

**REVISTA
DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E
HISTÓRIA MILITAR
DO
BRASIL**



ANO 82 N° 111 2º Sem. 2023

ISSN 0020-3890



EXPEDIENTE

O IGHMB foi fundado em 7 de novembro de 1936. Órgão Consultivo Oficial dos Assuntos de Geografia e História Militar reconhecido pelo Decreto nº 27.512, de 26 Nov 1949, e Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro pela Lei nº 2.217, de 28 Ago 1973.

Representante do Brasil na Comissão
Internacional de História Militar

Presidente do IGHMB

Gen Bda Márcio Tadeu Bettega Bergo

Diretor e editor da Revista do IGHMB

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

Secretário do IGHMB

Cel Cláudio Luiz de Oliveira

Conselho Editorial

Prof. Dr. Sebastião Amoêdo de Barros
Cel Prof. Dr. Carlos Roberto Carvalho Daróz
Cineasta Prof. Ms. Daniel Mata Roque
Cel Prof. Ms. João Rafael Mallorca Natal
Historiador Alberto Gomes Filho

Sede no Clube Militar

Av. Rio Branco, 251 – Centro
20.040-009 Rio de Janeiro-RJ
Brasil

ighmb.org.br
revista@ighmb.org.br

SUMÁRIO

- 2 – Editorial
- 4 – Tutmés III e a Batalha de Megido
Cel Cláudio Passos Calaza
- 21 – Liberalismo luso-brasileiro no início do século
XIX: contradições e antinomia
Cel Av Marco Túlio Freire Baptista
- 51 – O exército sem Pátria: a Legião Tchecoslovaca
na França durante a Primeira Guerra Mundial
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz
- 65 – A história militar de Belém por meio dos
prédios militares históricos: da Colônia à
República Velha
Maj Roberto de Castro
- 87 – A permanência da Força Expedicionária
Brasileira como tropa de ocupação na Áustria:
mito ou verdade ?
Ten Cel PM André Luís Woloszyn
- 103 – As condecorações portuguesas às tropas da
Força Expedicionária Brasileira
Prof. Humberto Nuno de Oliveira
- 114 – Símbolos e insígnias da Força Expedicionária
Brasileira
Prof. Júlio César Fidelis Soares
Marcelo Etienne Nunes
- 122 – Resenha – 1820 - *Revolução Liberal do Porto*
Prof. Sebastião Amoêdo de Barros

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Estão autorizadas as transcrições integrais ou parciais das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Por imposição do espaço, a redação do artigo poderá receber pequena modificação, sem alterar o seu entendimento e a sua compreensão. Os anúncios desta revista são de total responsabilidade dos anunciantes.

Editorial

Neste segundo número publicado em 2023, celebramos a expansão da Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil na perspectiva de uma edição semestral, que contribui para a ampliação do nível e de nossa qualificação acadêmica junto à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) do Ministério da Educação.

Selecionamos alguns artigos com amplo e variado escopo, que se estende desde a História Antiga até os feitos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial.

A publicação inicial da revista está enquadrada na história militar da Antiguidade, centrada nas instituições militares do Egito e na Batalha do Megido, uma das

mais significativas de sua era. Os ensinamentos auferidos, no campo político-militar, são decisivos e relevantes até os dias atuais.

No campo da Ciência Política, um segundo artigo analisa as contradições do Liberalismo luso-brasileiro no início do século XIX, destacando suas características heterodoxas, e as disputas políticas das mais variadas facções e vertentes.

Abrindo o século XX, a Primeira Guerra Mundial, à época denominada Grande Guerra, mostrou ao mundo o poder destrutivo da “guerra total”. Ao fim do conflito, em 1918, quatro impérios deixaram de existir (Alemão, Russo, Austro-Húngaro e Otomano), e, em sentido oposto, novos países surgiram, como a Tchecoslováquia, a Polônia e outros. Ainda sob o escopo do mesmo conflito, a ter-





ceira investigação aborda o papel desempenhado pela Legião Tchecoslovaca incorporada ao Exército, que contribuiu para a vitória dos Aliados e, em segunda e mais importante instância, para a independência do país.

No tocante à história militar brasileira, desenvolvido em caráter interdisciplinar entre a história militar e a arquitetura, tornamos público o resultado de uma investigação que privilegia e analisa os monumentos e edificações de caráter militar na cidade de Belém, no estado do Pará.

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, e o conseqüente desdobramento da FEB na Itália constituem fontes recorrentes para o estudo e pesquisa de temas correlatos com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Fontes históricas e doutrinárias da época indicam relevantes caminhos de pesquisa centrados na história militar brasileira, especialmente no tocante à FEB. Coerente com essa linha de pesquisa, um artigo estabelece a discussão sobre o possí-

vel emprego de tropas da FEB como força de ocupação após o término da Segunda Guerra Mundial, problematizando se tal possibilidade seria mito ou verdade.

Ampliando a internacionalização da revista, uma pesquisa com origem em Portugal tem a mesma época como referência de pesquisa, ao estudar as condecorações concedidas pelo governo português aos integrantes da FEB por ocasião do desfile realizado pelo Depósito de Pessoal em seu regresso ao Brasil.

Finalmente, ainda no contexto da celebração do bicentenário da Independência do Brasil, trazemos uma detalhada resenha de importante obra publicada em Portugal que analisa as Revoluções Liberais do Porto.

Desejamos aos nossos leitores uma agradável experiência de imersão no conhecimento histórico.

Cel Carlos Daróz
Doutor em História
Editor da Revista do IGHMB.

Tutmés III e a Batalha de Megido

Cláudio Passos Calaza^a

Resumo: A Batalha de Megido foi um combate travado no século XV a.C. entre o Exército Egípcio, comandado pelo faraó Tutmés III, e uma coalizão sírio-cananeia liderada pelo rei de Kadesh. Essa foi a primeira batalha a ser registrada pela história, baseada em fontes arqueológicas autênticas e detalhadas. Em Megido ocorreu o inédito emprego do arco composto em combate e a vitória egípcia abriu caminho para o apogeu do Império. O local da batalha, no atual norte de Israel, tornou-se profético, pois, segundo a Bíblia, esse é o local do Armagedom.

Palavras-chave: Egito, História Militar da Antiguidade, liderança militar.

INTRODUÇÃO

Poucos veem o Antigo Egito através de sua expressão militar, sobressaindo apenas uma sociedade hierarquizada que desenvolvia a agricultura e se dedicava às grandes obras de engenharia à exemplo das pirâmides. Todavia, Tutmés III, sexto faraó da 18^a Dinastia, notabilizou-se não apenas pela atividade construtora, mas também por suas campanhas militares. Durante seu reinado, o Império Egípcio manteve um exército for-

midável que garantiu a segurança e a expansão de seus domínios. A Batalha de Megido não apenas marcou o início do reinado de Tutmés III como se tornou um marco na história militar ao ser o primeiro confronto bélico com registros autênticos e detalhados. Segundo a maior parte dos historiadores, a batalha teria ocorrido no ano de 1.457 a.C, segundo as estimativas cronológicas, embora algumas publicações defendam a data de 1.479 a.C.

^a Coronel da Força Aérea Brasileira, mestre em Ciências Aeroespaciais. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



TUTMÉS III

Em geral, temos a percepção de que os faraós tinham uma vida reclusa, cercada de luxos e adoração, intocáveis e tratados como deuses vivos. Isso também é verdade, mas Tutmés III, ou Tutemosis III, foi um faraó guerreiro, que se destacava na frente da batalha como um respeitado comandante militar. Nos trinta e quatro anos em que esteve no poder, empreendeu 17 campanhas bem-sucedidas no Oriente Médio. Por seus feitos, ele é frequentemente referido como "Napoleão do Egito"¹. Todavia, ao contrário de Napoleão, Tutmés III nunca perdeu uma batalha, ampliou o império e o manteve até o final de seu reinado. Terminou adorado por seu povo por séculos após sua morte.

Descendente de uma linhagem de guerreiros, Tutmés III era filho de Tutmés II, mas, quando seu pai morreu, ele tinha apenas três anos e, portanto, sua madrasta e tia, a rainha Hatshepsut, assumiu o trono como regente. Sete anos depois, ela rompeu com a tradição e elevou

seu status para rainha-faraó, assumindo plenos poderes e a distinção de divindade. A monarca destacou-se por ser uma governante hábil e inteligente, que jamais negligenciou a manutenção de um exército organizado e bem treinado. Durante o Novo Império², o Egito atingiu o auge em prestígio, poder e riqueza, caracterizando-se por ser um estado imperialista que anexava territórios fora de suas fronteiras tradicionais e os controlava para seu próprio benefício. Nesse contexto, o reinado de Hatshepsut foi marcado por um longo período de relativa paz e prosperidade econômica.

Durante a infância e a juventude, Tutmés III foi criado na corte de Tebas³, sendo mantido longe dos assuntos do poder. Sua educação tinha ênfase no desenvolvimento físico e intelectual, abrangendo atividades esportivas, manejo armas e táticas militares. Provavelmente participou das primeiras campanhas militares que Hatshepsut se envolveu, pois essa era uma prática comum entre faraós do Novo Império, que treinassem seus



sucessores para a arte da guerra desde cedo. Não há dúvida de que o preparo militar foi a prioridade, mas a educação de Tutmés III foi muito além disso. Ele era um jovem bastante culto e sofisticado, que dava importância às artes e arquitetura.

Após a morte de Hatshepsut, Tutmés III ascendeu ao trono. Tinha 20 anos de idade quando herdou um império próspero que controlava grandes áreas da Núbia e do Levante⁴. Porém, logo após assumir o trono, o jovem faraó deparou-se com uma grave insurgência na região de Canaã e sul da Síria. Era frequente no mundo antigo que estados vassalos se rebelassem contra um novo governante a fim de aproveitar a transição do poder para conquistar autonomia ou negociar novas condições de submissão. Se para os egípcios Tutmés III era um ser sagrado, para os sírios e cananeus⁵ ele era apenas um jovem rei sem experiência em batalha e com um frágil controle do poder.

Fig. 1 – Tutmés III, o maior dentre os faraós guerreiros.



Fonte: History Explained.

Respaldados pelo Império Mitani, do norte da Síria, e liderados por Durusa, rei de Kadesh, os insurgentes sírios formaram uma aliança entre cidades e tribos, dispostos a encerrar o domínio egípcio na região. Com tal objetivo, organizaram um exército rebelde, que se concentrou nas cercanias de Megido, no atual Israel. O centro nervoso da revolta era uma cidade fortificada e de grande relevo estratégico e econômico pois controlava a principal rota comercial entre o Egito, a Mesopotâmia e a Anatólia, conhecida como Via Maris. Megido era importante entreposto comercial, vital no suprimento de muitas mercadorias, especialmente



de insumos do bronze, liga metálica indispensável para a fabricação de armas, ferramentas e diversos utensílios.

ESTRATÉGIA E MARCHA PARA MEGIDO

Os povos da região do Levante lutavam contra a dominação do Império Egípcio desde muito tempo. O rei de Kadesh, pretendia deslocar suas tropas rumo ao sul e atacar o Egito em seu território. Nenhum dos ancestrais recentes de Tutmés III havia enfrentado um desafio militar tão grande quanto o que ele vivenciava naquele momento. Rejeitando qualquer possibilidade de negociação, o jovem faraó decidiu se anteciper mediante uma demonstração de força. Algumas semanas depois, o monarca e seus séquitos seguiram em direção ao norte, para a fortaleza fronteira de Tjaru, a fim de organizar um grande exército, estimado em cerca de 20 mil homens. Para compor as fileiras, os oficiais egípcios recorreram ao alistamento forçado

de camponeses e artesãos, percorrendo as aldeias do interior. O jovem faraó cercou-se de dois de seus melhores generais, Ahmuned e Djehuty, contudo, não abriu mão de assumir diretamente o comando militar da campanha.

Não havia muito tempo para delinear estratégias de defesa para a fronteira ameaçada. Tutmés III decidiu que não iria lutar uma guerra defensiva e que partiria em uma expedição militar para Megido para conter em um só golpe o ímpeto dos rebeldes. Acompanhando de perto os planejamentos da guerra havia um quarto homem que se dedicou a registrar não apenas os eventos da batalha, mas também cada palavra dos diálogos e decisões de comando. Era Tjaneni, um escrivão militar. Este personagem pode ser considerado o primeiro correspondente de guerra do mundo. Seus escritos, inicialmente gravados sobre pergaminho, fornecem um relato detalhado da campanha militar. Nos textos de Tjaneni, o faraó é retratado como um comandante astuto, ciente de suas capacidades e totalmente confiante



na vitória. Algum tempo depois, a saga egípcia seria transcrita para as paredes de pedra do templo de Karnak, em Tebas.

Fig.2 – Hieróglifos em pedra registram a Batalha de Megido no Templo de Karnak.



Fonte: www.worldhistory.org

Em Tjaru, os egípcios organizaram o maior e mais moderno exército que o mundo antigo jamais tinha visto. Oficiais intendentess cuidavam do abastecimento de víveres, armas e vestimentas para os soldados. Uma tropa de milhares de homens, com todos os animais, consumia diariamente 14 toneladas de cereais e 90 mil litros de água. A logística era monumental e, naquele momento, grande parte da riqueza do Egito foi canalizada

para o esforço de guerra. Na fortaleza, oficiais e guerreiros mais tarimbados dedicavam-se ao treinamento dos jovens camponeses recrutados que chegavam a todo momento.

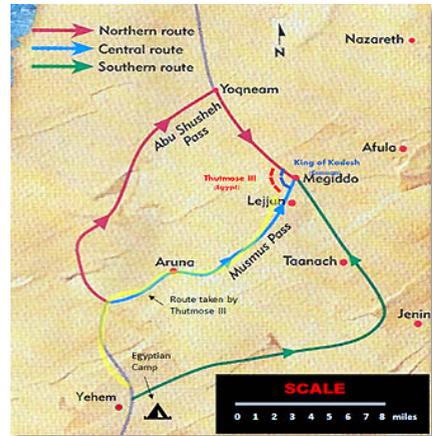
Em abril de 1457 a.C, Tutmés III colocou seu exército em marcha em direção a Megido. Depois de transpor o Deserto do Sinai e percorrer 240 km, em 10 dias depois atingiram Gaza, onde estacionaram para descansar. Os soldados estavam exaustos e sobre eles repousavam muitas dúvidas, dentre elas o medo da morte no campo de batalha, especialmente se ocorresse em solo estrangeiro. Nessa situação, não poderiam ser sepultados em seus túmulos familiares na terra natal e, conforme suas crenças, seus espíritos seriam esquecidos e não alcançariam a vida após a morte. Esse tormento era ainda maior para o faraó, pois sua posição exigia um grande funeral e um túmulo majestoso, conforme as máximas tradições da civilização egípcia.

De Gaza, levantaram acampamento e seguiram em ritmo mais lento até Yaham, atual Israel. Nes-



se local acamparam e Tutmés III convocou um conselho de guerra. Seus generais lhe apresentaram três opções de rotas para atingir Megido. Duas delas eram mais longas, porém mais seguras. Uma delas usaria o caminho pelo Norte, por Yokneam. A segunda passaria por Taanakh, ao caminho do Sul. A terceira era uma rota central, mais curta e rápida, porém mais arriscada, atravessando o estreito de Aruna⁶ entre as montanhas, o que exigiria que o exército marchasse em fila indiana em alguns trechos. Os generais o assessoram de que o inimigo poderia surpreendê-los no final da passagem estreita e, além disso, o progresso seria lento e difícil com a vanguarda alcançando o local da batalha, enquanto a retaguarda ainda se encontrava em marcha. Tutmés III enfrentou, então, a decisão mais importante de sua campanha. Ele atentamente ouviu os membros do conselho, mas discordou de seus pontos, preferindo o caminho mais arriscado, porém mais curto, pelos desfiladeiros de Aruna. O jovem faraó privilegiava o princípio da surpresa

e da velocidade em detrimento da segurança.



Fonte: www.godswarplan.com

Os generais acataram a decisão do comandante supremo e, então, Tutmés III dirigiu-se ao seu exército. Conforme registrou Tjaneni, ele encorajou a tropa a marchar rapidamente pelo caminho estreito e assegurou-lhes que ele próprio lideraria a vanguarda, dizendo: "Não deixarei meu exército vitorioso avançar à frente de minha majestade neste lugar!". As carruagens e carroças foram desmontadas



e carregadas e os homens conduziram os cavalos em fila indiana através do desfiladeiro para emergir no Vale de Qina, diante da fortaleza de Megido. Conforme prometera, Tutmés III marchou todo o tempo à frente de seus homens e durante a travessia do estreito, que durou cerca de 12 horas, não enfrentaram nenhuma ameaça, mas estiveram em posição altamente vulnerável a emboscadas. Tal conduta mostra a face destemida do jovem faraó, mas também revela uma faceta eminentemente desejável ao comando militar, a liderança pelo exemplo.

De fato, os sírios presumiram que os egípcios viriam pelas estradas mais longas e tranquilas, pois Durusa havia enviado tropas para atacar os egípcios pelo caminho do sul. Ao atingir o Vale de Qina, a apenas 2 km de Megido, Tutmés III avistou seu alvo e montou acampamento, enquanto esperava que toda a retaguarda do exército completasse a travessia. Ao final, ordenou que as tropas descansassem, se alimentassem e se refrescassem perto do riacho Qina. Ao

longo da noite, recebeu pessoalmente relatórios de sentinelas e deu ordens para a manutenção da prontidão, ao mesmo tempo em que supervisionava o abastecimento das tropas para o combate que viria. Conforme escreveu Tjaneni, Tutmés III disse aos soldados: "Preparem-se! Preparem suas armas, visto que alguém entrará em combate com aquele infeliz inimigo pela manhã."

AS FORÇAS COMBATENTES

O Exército Egípcio havia evoluído muito a partir da 17^a e 18^a Dinastias, portanto, estava mais organizado, hierarquizado e melhor equipado. O contingente para a guerra ainda era formado, em sua base, por camponeses e operários recrutados para o serviço temporário da guerra, entretanto, naquela campanha, contavam com tropas profissionais vindas da Núbia, no Alto Nilo. Os núbios formavam a elite de guerreiros da época e eram temidos por sua coragem, força e habilidade em combate. Eram tam-



Fig. 4 – Biga egípcia no início do Novo Império. Arte de Simon Seitz.



Fonte: www.worldhistory.org.

bém excelentes arqueiros. Como muitos guerreiros do passado, combatiam pela prática da pilhagem, mas muitos deles almejavam ascender na hierarquia do Exército Egípcio, conquistando posição de oficiais. E isso era possível, pois muitos deles já tinham ascendido a altos postos do Exército Egípcio.

A infantaria era a base da força militar e envolvia diversas classes de soldados que lutavam em unidades organizadas que se colocavam para o combate em formações compactas. De acordo com suas habilidades, portavam uma ampla variedade de armas que

incluía maças, fundas, machados, espadas, lanças e adagas. O metal usado era o bronze, pois o ferro ainda não era conhecido. O escudo era feito de couro sobre madeira e tinha um formato trapezoidal alongado com topo arredondado.

Os núbios portavam escudos retangulares de madeira revestidos de palha com uma abertura circular na parte superior. O armamento em geral havia melhorado com a introdução do arco composto. Esses arcos eram feitos de bétula, madeira proveniente da Europa que era montada em camadas sendo combinada com diferentes materiais como chifres e tendões de animais. O resultado era um arco menor e muito mais potente. As flechas tinham pontas de marfim. Os arqueiros eram tropas especializadas que combatiam nos flancos ou na retaguarda.



Fig. 5 – Soldados do Egito Antigo.



Fonte: www.igmur.com

A cavalaria era a espinha dorsal do Exército Egípcio, sendo empregada por meio dos carros de guerra. A biga egípcia, ou carro de guerra, era uma pequena carroça de duas rodas puxada por dois cavalos. Era uma máquina de guerra fantástica que podia alcançar 40 km/h, conferindo velocidade e mobilidade ao ataque. Além do condutor, havia um combatente que portava arco e flecha, ou lanças. Cocheiros e guerreiros eram combatentes provenientes das classes sociais mais altas. Eficazes em

terrenos planos e abertos, as bigas eram empregadas em uma carga inicial no centro das formações, atacando as bigas inimigas ou se lançando de forma brutal e veloz contra a infantaria inimiga.

Os egípcios conseguiram reunir e levar para Megido cerca de 3.500 bigas. Quanto ao uso de cavalos como montaria, ainda eram pouco empregados devido à baixa estatura dos animais na época, que não suportavam o peso de um homem armado. A domesticação e criação de cavalos era algo recente



nas primeiras civilizações. Raças de grande porte, velozes e intrépidas ainda não haviam sido desenvolvidas. Além disso, as selas, arreios e principalmente estribos, como conhecemos hoje, não haviam sido inventados, o que impedia que o cavaleiro conseguisse ter estabilidade sobre o animal e ainda ter que manejar armas.

Para enfrentar os egípcios, o rei de Kadesh e o príncipe de Megido conseguiram reunir cerca de 7.500 homens e 2.500 carruagens provenientes de centenas de cidades e tribos de Canaã e sul da Síria. Era o maior exército jamais visto naquela região. Os combatentes pertenciam, principalmente, às classes dominantes, que começavam seu treinamento muito jovens e provinham de famílias de guerreiros. Os sírios também empregavam a biga, mas essa não era tão leve e veloz se comparada a egípcia. Usavam também o arco e flecha, mas eram equipamentos menos sofisticados e os arqueiros não tinham um bom preparo. A infantaria portava lanças e espadas, mas era menos treinada que a egípcia.

Havia um corpo de elite chamado "Bando Sagrado" o qual era fortemente blindado e que portava lanças longas e escudos redondos. Completavam a tropa fileiras de guerreiros tribais e mercenários vindos de terras mais distantes, mas tinham distintos preparos para a guerra, o que comprometia o emprego combinado.

Os reis e príncipes sírios não se engajavam no combate direto e comandavam suas tropas à distância, sob a proteção de guardas pessoais. Alguns oficiais permaneciam atrás das muralhas ou no topo das colinas e só eram chamados para o combate no campo aberto quando convocados, normalmente atuando com papel defensivo em nome do comandante. O problema militar era que as cidades-estados sírias sofriam de fraca coesão política e social. Seus líderes tinham uma estrutura de poder confusa e governavam conforme acordos diplomáticos e comerciais de ocasião. A consequência foi a formação de um exército rebelde com frágil unidade de comando e carente de liderança.



A BATALHA E O CERCO

Durusa, rei de Kadesh, foi surpreendido com a aparição do Exército Egípcio diante de Megido e muito próximo de suas linhas defensivas. Teve pouco tempo para organizar suas tropas do lado de fora da fortaleza e preparar-se para a batalha. Imperou, então, grave desunião no comando sírio-cananeu. Príncipes e chefes tribais propunham táticas diferentes e discutiam entre si, cada qual querendo comandar sua própria tropa de forma isolada. Durusa decidiu não atacar à noite, pois sequer estava preparado para uma guerra defensiva, quanto mais para uma ofensiva noturna contra um exército que se mostrava superior a olhos vistos.

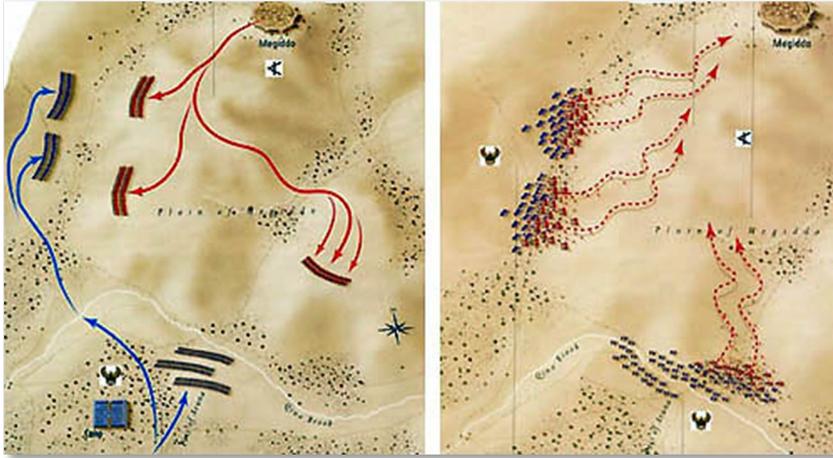
Na manhã seguinte, o Exército Egípcio organizou-se para a batalha diante de Megido. Em seguida, as tropas desfilaram em reverência a Tutmés III, a bordo de uma biga dourada, portando suas armas de combate e ostentando na cabeça uma reluzente coroa azul de guerra. Na passagem diante do faraó, os

soldados eram ungidos com perfume sagrado por sacerdotes para que fossem abençoados pelos deuses. Ao som das trombetas, tambores e com estandartes ao vento, o Exército Egípcio se posicionou em três alas: a ala sul ficava em uma pequena colina ao sul do rio Qina, a ala norte a noroeste de Megido e, no centro, a ala formada pelos carros de guerra, na qual se encontrava o faraó. A exibição, mesmo que avistada de longe, abalou o ímpeto dos insurgentes ao mesmo tempo em que reforçou o moral dos soldados egípcios, muitos dos quais estreados na guerra.

A batalha teve início quando Tutmés III ordenou pessoalmente um avanço de choque da ala central. Fileiras de bigas avançaram velozmente em direção às formações sírias, enquanto os guerreiros a bordo disparavam suas flechas. Em seguida arremetiam e retornavam para uma nova passagem. Esse tipo de ataque produziu pesadas baixas nas linhas da infantaria inimiga, especialmente as que combatiam sem escudos nem armaduras. Uma iniciativa intelligen-



Fig. 6 – Esquemas da batalha, dos movimentos iniciais (esq.) até o confronto final (dir.)



Fonte: www.godswarplan.com

te que os sírios usaram para desarticular o avanço das bigas egípcias foi soltar uma égua no cio para desorientar os cavalos, mas a égua foi logo abatida pelos egípcios antes que isso acontecesse.

Em pouco tempo de um confronto sangrento, evidenciou-se a falta de coordenação entre as unidades sírias. Prontamente, as linhas defensivas foram sendo rompidas, seguindo-se uma debandada de soldados sírios em direção às muralhas de Megido. Após a entrada

de parte da tropa síria em fuga, os portões da fortaleza foram fechados para que os egípcios não invadissem. Os demais, que encontravam os portões fechados tentavam subir pelas cordas que eram lançadas pelas defesas das muralhas. Dentre os que se salvaram nessas condições estavam o rei de Kadesh e o príncipe de Megido. Os egípcios tiveram a vitória a seu alcance, mas a deixam escapar por entre os dedos. Em vez de perseguir os inimigos em fuga e combatê-los, os



soldados egípcios se entregaram a capturar os espólios deixados no campo de batalha. Inimigos mortos ou mesmo feridos passaram a ser disputados pelas tropas egípcias que se atiraram a uma pilhagem desenfreada em busca de armas e até pequenos objetos pessoais do inimigo vencido.

Tutmés III, que combatia da linha de frente, assistiu a tudo indignado, mas não pode fazer nada naquela altura da batalha. A pilhagem era um prêmio formalmente concedido a combatentes, e era especialmente importante para os soldados das classes mais baixas. Como resultado, em vez de uma conquista imediata, os egípcios tiveram que partir para uma prolongada guerra de cerco. Foi escavado um longo fosso em torno de Megido, erguendo-se em seguida uma paliçada de isolamento. O cerco do Exército Egípcio durou cerca de sete a oito meses, quando, então, os líderes rebeldes e a população de Megido, todos famintos, decidiram pela capitulação. Tutmés III concedeu termos de rendição

bastante razoáveis ao inimigo vencido, segundo os costumes da época. O faraó garantiu que nenhum dos líderes sírios seria executado e que a cidade não seria pilhada nem destruída, tudo com a promessa de que não se levantariam em outra rebelião contra o Império. Tutmés III destituiu os líderes sírios de suas posições de mando e nomeou oficiais egípcios de sua confiança para governar a cidade.

Contudo, o vitorioso faraó fez questão de exigir seu butim de guerra. Não apenas Megido, mas outras cidades e tribos da região envolvidas na revolta tiveram que entregar parte de suas riquezas. Foi apresado e levado para o Egito um rico butim que incluía armamentos, carroças, cavalos, vacas, cabras, ovelhas, cereais, vinho, utensílios e obras de arte de ouro, prata e bronze. Os registros de Tjaneni descrevem cerca de 900 carros, incluindo dois forrados de ouro), cerca de 200 armaduras (incluindo as de bronze dos governantes de Megido e Kadesh), cerca de 2.500 cavalos e mais de 25.000 animais diferentes.



Fig. 7 – Tutmés III na Batalha de Megido



Fonte: www.wordmedia.com

Uma das condições da capitulação foi que os líderes rebeldes deveriam entregar seus filhos em garantia para serem levados ao Egito. Em caso de nova revolta, as crianças poderiam ser executadas. Embora isso possa parecer cruel nos dias de hoje, era uma prática aceitável e muito comum na Antiguidade e que perdurou até a Idade Média. Na prática, os jovens reféns eram bem tratados e viviam em bom nível de vida conforme a posição social de origem. Passariam a ser educadas sob a cultura e os

valores egípcios e quando atingissem a maioria, seriam enviados de volta para suas terras cultivando novos valores culturais e lealdade ao faraó.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A insurgência das cidades e tribos de Canaã e da Síria representaram uma séria ameaça para a integridade do próspero Império Egípcio da época. Tutmés III sabia que não poderia demonstrar fra-



queza no início de seu reinado, pois o precedente poderia gerar uma onda de rebeliões em seus domínios. O trabalho do escritor Tjaneni fez a diferença para que Megido fosse assentada como a primeira batalha registrada com detalhes pela história da humanidade. Hoje, as inscrições nas paredes do templo de Karnak tornaram-se uma importante atração turística para aqueles que visitam Luxor, no Egito, ofertando um cenário claro e preciso de um dos grandes triunfos da história militar da Antiguidade.

A vitória na Batalha de Megido significou a confirmação de capacidade do poder militar egípcio durante o Novo Império e fez com que Tutmés III fosse lembrado pela história como o maior dentre os faraós guerreiros. Ele analisou a inteligência disponível para elaborar um plano ousado para derrotar a coalizão inimiga desprevenida. Aproveitou o terreno, sua superioridade numérica, a logística, a velocidade e usou o engodo para explorar a fraqueza tática do oponente. Sun Tzu provavelmente teria

apreciado a iniciativa tática e a estratégia de Tutmés.

O grande erro, contudo, foi que o faraó não conseguir controlar seus homens no campo de batalha, permitindo-lhes lançarem-se à prática desenfreada da pilhagem no transcorrer de um combate que se mostrava decisivo. Certamente uma falha de doutrina e disciplina que comprometeu o pleno e rápido êxito militar, mas que, devemos considerar as limitações da imposição dessas doutrinas na cultura daqueles tempos. A falha fez prolongar a campanha, exigindo uma guerra de sítio que certamente consumiu maiores recursos do Império Egípcio. Todavia, o faraó executou um cerco bem-sucedido, que foi capaz de exaurir as capacidades de subsistência do inimigo, quebrando-lhe o moral e forçando-lhe à rendição.

A campanha militar atingiu seu objetivo político ao pacificar os insurgentes sírios durante todo o reinado. Além de conter a rebelião e enriquecer o tesouro do Egito, a vitória também deu a Tutmés III o controle sobre o norte de Canaã,



fornecendo-lhe uma base estratégica de onde lançaria sua campanha para tomar Kadesh. A partir daí, pode empreender campanhas contra os inimigos do Império Mitani. Chegou a controlar algumas cidades da Mesopotâmia que lhe renderam tributos em troca de segurança. Noutro *front*, nas campanhas militares ao sul, na Núbia, o Exército Egípcio foi igualmente bem-sucedido. Ao fim de seu reinado, Tutmés III havia alargado seu império, que se estendia desde o rio Eufrates na Mesopotâmia, passando pela Síria e o Levante, descendo pela Núbia até a Quinta Catarata do Nilo.

Em todos os aspectos, Tutmés III representou um grande líder militar da Antiguidade, valendo-se justamente da alcunha de “Napoleão do Egito”. A Batalha de Megido foi uma impressionante vitória que colocou o Egito em um caminho de domínio militar na região que durou cerca de duzentos anos. Embora haja poucas dúvidas de que os povos dessas terras tenham preferido a independência, eles prosperaram economicamente sob

um reinado de paz que o faraó estabeleceu e manteve por meio de suas habilidades militares e diplomáticas.

BIBLIOGRAFIA

BUNSON, Margaret. *Encyclopedia of ancient Egypt*. New York: Infobase Publishing, 2014.

CLINE, Eric H. *Thutmose III: a new biography*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006.

DUPUY, Trevor Nevitt. *The evolution of weapons and warfare*. Ann Arbor: University Microfilms Incorporated, 1984.

FREEWALT, Jason; CIRAOLO, Leda. *The Battle of Megiddo (Thutmose III)*. Charles Town: American Military University, dez. 2014.

FAULKNER, Raymond Oliver. The Battle of Megiddo. *The Journal of Egyptian Archaeology*, London, v. 28, p. 2-15, 1942.

GILBERT, Adrian. *Encyclopedia of warfare: From the earliest times to the present day*. London: Routledge, 2013.



KIFFER, André Geraque. *Batalha De Megido, abril de 1479 a.C. s./l.*: Clube de Autores, 2006.

KNIGHTON Andrew. The Battle of Megido: The Beginning of Military History. *War History On Line*. 10 dez. 2017. Disponível em: <https://www.warhistoryonline.com/ancient-history/battle-megido-beginning.html>.

MARK, Joshua J. Thutmose III at The Battle of Megido. *World History Encyclopedia*, 24 jul. 2017. Web. 4 ago. 2021. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/artic/e/1101/thutmose-iii-at-the-battle-of-megido/#references>.

MARK, Joshua J. Ancient Egyptian Warfare, *World History Encyclopedia*, Out. 2006. Disponível em: https://www.worldhistory.org/Egyptian_Warfare/

NELSON, Harold Hayden. *The Battle of Megiddo*. PhD diss., University of Chicago, 1913. Reprint, Miami: HardPress Publishing, 2014.

REDFORD, Donald B. *The wars in Syria and Palestine of Thutmose III*. Leiden: Brill, 2003.

VAN DE MIEROOP, Marc. *A*

history of ancient Egypt. New Jersey: John Wiley & Sons, 2021.

¹ A referência foi dada pelo historiador e egíptólogo norte-americano James Henry Breasted.

² O Novo Império corresponde ao período de 1550-1069 a.C. e é mais conhecido por alguns governantes famosos como Hatshepsut, Tutmés III, Seti I e Ramsés II.

³ Capital do Antigo Reino Egípcio e atual Luxor.

⁴ A Núbia corresponde ao atual Sudão. Levante é um termo geográfico que se refere, historicamente, a uma grande área do Oriente Médio ao sul dos Montes Tauro, correspondendo aos atuais territórios de Israel, da Síria, do Líbano e da Jordânia.

⁵ As tribos e cidades rebeldes que compunham a coalisão contra o Egito se situavam na região de Canaã e sul da Síria, porém para simplificar sua designação, doravante serão apenas denominados apenas como sírios.

⁶ Atual Wadi Ara em Israel.

Liberalismo luso-brasileiro no início do século XIX: contradições e antinomia

Marco Túlio Freire Baptista^a

Resumo: O início do século XIX marcou a entrada do liberalismo no Brasil. Um liberalismo luso-brasileiro que diferiu de todos os movimentos liberais de qualquer parte do mundo ocidental. Por suas características heterodoxas, ensejou disputas políticas das mais variadas facções e com os mais diversos posicionamentos que eram, muitas vezes, antagônicos. Entender as diferenças que envolveram as lutas políticas do início do século XIX, sejam elas pela Independência ou, posteriormente, contra o regime no interior das províncias, demanda conhecer esse liberalismo luso-brasileiro em suas contradições e antinomias. Este artigo dedica-se a deslindar as diferentes matizes e concepções que compunham esse tão heterodoxo liberalismo.

Palavras-chave: liberalismo; século XIX; contradições; ciência política.

LIBERALISMOS

Todas as análises histórico-políticas, brasileiras ou portuguesas, que apontam seus recortes temporais para a virada do século XVIII e início do XIX esbarram na questão da ascensão do liberalismo. Por vezes, falar-se no estabe-

lecimento de um pensamento liberal nesse período parece tão óbvio que são dispensadas maiores definições. No entanto, isso pode se constituir em grave erro, visto que o liberalismo adquire diferentes formas, variando segundo o ambiente no qual se instala.

^a Coronel Aviador, mestre em História Política e Sociedade. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Finalmente, como qualquer outra corrente de opinião, o liberalismo adquiriu diferente feição em cada uma das diferentes culturas nacionais em que teve uma persistente existência. Ao longo da sua história, o liberalismo francês tem sido notavelmente diferente do inglês; o alemão sempre defrontou problemas únicos; e o liberalismo americano, devendo muito ao pensamento e às práticas dos Franceses e Ingleses, depressa adquiriu características próprias. Por vezes, parece ao historiador das ideias e movimentos que não existe um só liberalismo, mas sim muitos, apenas articulados por uma esbatida semelhança familiar¹.

Portanto, deve-se falar em liberalismos e não um liberalismo genérico que se adequaria a todos os casos. Complexificando o problema, as formas de análises bem como os instrumentos intelectuais utilizados modificam a essência desse liberalismo, obrigando os pesquisadores a terem o cuidado de especificar de que liberalismo se fala antes de começar qualquer

análise. Veja-se alguns casos a serem considerados.

Para os moldes marxistas de Immanuel Wallerstein, o liberalismo, juntamente com o conservadorismo e o radicalismo seriam ideologias modernas surgidas como consequência da Revolução Francesa. Mais especialmente como consequência de duas crenças surgidas na Revolução: primeiramente, a legitimação da concepção de normalidade para as mudanças políticas e, em segundo lugar, a ideia de que a soberania não repousa mais nos soberanos e sim no povo. Para Wallerstein o liberalismo “centrista” teria sido capaz de “domar” as outras duas ideologias e emergiu triunfante no curso do século XIX, privilegiando a criação de estados liberais, iniciando pela Grã-Bretanha e pela França². Certamente, estudar o liberalismo como ideologia abre diversas portas, ou melhor, proporciona diversas chaves de compreensão da história europeia e norte-americana. No entanto, ao aplicar tal concepção para o Brasil das primeiras décadas do século XIX, parece haver um



vácuo de produção intelectual que dificulta este tipo de análise, em especial ao se focalizar os fenômenos regionalmente, onde a falta de uma *intelligentsia* local impedia o refinamento, adaptação e operacionalização adequada das ideias políticas que assomavam às províncias brasileiras, em especial as do Norte. Pelo contrário, com exceção de alguns poucos centros urbanos, na maior parte do Império brasileiro os diversos grupos e associações políticas se digladiavam pelo poder sem que houvesse um direcionamento ideológico eficazmente organizado por uma parcela de intelectuais, impedindo que alguma facção atingisse uma verdadeira hegemonia sobre as demais³. Acresce que estudar o liberalismo no Brasil do início do século XIX como ideologia implicaria amarrá-lo a algumas chaves teóricas externas que não se reproduziram aqui da mesma forma (luta de classes, por exemplo).

Outra forma de abordagem do liberalismo é considerá-lo como fez Norberto Bobbio, entendendo-o como Estado (limitado) e sua dou-

trina de sustentação, em oposição ao Estado absolutista. Nesta abordagem, fica mais evidente a doutrina dos direitos do homem unida ao contratualismo pela comum concepção do individualismo, uma das características mais marcantes do liberalismo moderno⁴. Nesse sentido, ressalta-se a importância da contribuição de John Gray que definiu as quatro características do liberalismo que estão presentes em qualquer variante dessa doutrina: individualista, igualitarista, universalista e melhorista⁵. No entanto, esbarra-se em grandes obstáculos ao se estudar o caso lusitano e brasileiro, principalmente tomados em suas vertentes regionais, pois não é possível encontrar um corpo doutrinário completo e finalizado orientando a formação de um Estado no início do século XIX. Pelo contrário, regionalmente, muitas das proposições ditas liberais naquele período parecem ser contraditórias, conservadoras ou mesmo antiliberais. Além do mais, deve-se ter claro que no início do século XIX o liberalismo no Brasil estava dando seus primeiros passos, portanto



não passava no crivo de uma doutrina política consolidada.

Muitos autores procuram abordar o liberalismo fugindo ao árduo trabalho de definir a sua essência (se ideologia, doutrina, ação política etc.). Dessa forma, desfilam múltiplas facetas provenientes de movimentos intelectuais, numa procura pouco frutífera de, a partir de um mosaico de características, definir “o” liberalismo, sem, no entanto, esclarecer de que se trata o objeto que pretende definir. Procedem como Mênon que ao ser questionado por Sócrates sobre a essência da virtude, enumera um “enxame” de virtudes sem, no entanto, definir do que se trata seu objeto⁶. Uma prática confusa que, por mais que se identifique características, deixa o leitor perdido naquilo que primeiro deveria estabelecer, seu objeto de estudo.

Com o recorte que se pretende estudar, a experiência mostrou que a melhor forma de estudar o liberalismo político no Brasil das primeiras décadas do século XIX é seguir a linha de pesquisadoras como Lúcia Bastos e Gladys Sabina ana-

lisando o liberalismo como discurso político, ou discurso que orienta a ação ou, em última instância, que orienta um programa político. Em suas diversas análises sobre o liberalismo no Brasil e em Portugal nas primeiras décadas do século XIX, Lúcia Bastos se ligou à literatura política (panfletos, jornais, catálogos de livrarias e pedidos de licenças para importação de livros) para daí extrair uma linguagem discursiva característica daquele liberalismo em foco. Também, tomando-o como discurso é possível proceder uma análise interna, mais própria para compreender como os homens do século XIX no Brasil concebiam aquilo que eles chamavam de liberalismo, um fenômeno ainda em formação⁷. E quanto a esse último aspecto, um fenômeno ainda em formação, Gladys Sabina acrescenta que as noções que seguiam com o liberalismo, igualdade e fraternidade, “eram complexas” e foram “elaboradas a partir do constitucionalismo”. Em suma, os “conceitos foram sendo edificados a partir dos acontecimentos”⁸.



A partir dessas proposições, é possível definir-se uma forma de análise baseada no discurso, porém orientada à edificação de uma doutrina. Em outras palavras, o discurso seria a doutrina em formação. Melhor esclarecendo esta posição, tratar-se-á a forma discursiva do liberalismo político como uma doutrina em formação, portanto como ramo da ciência e, mais especificamente, ciência política.

Como doutrina em formação, espera-se encontrar nas primeiras décadas do século XIX uma forma transitória dessa doutrina, característica de sua época, meio e condições prévias. No entanto, é certo que o liberalismo político não pode ser visto como a totalidade dos fenômenos que levaram a humanidade à modernidade. Na verdade, o liberalismo político está ligado a algo muito maior, a uma ordem liberal que emergiu na virada do século XVIII para o XIX.

O termo *ordem* se refere à plenitude da sociedade, abrangendo todos os campos do conhecimento humano: a teologia, a ciência e a

filosofia. Conforme aponta Cláudio Monteiro

Seu sentido fundamental é o de sucessão de um estado a outro. Ou de uma razão geral, em conformidade com os princípios da causalidade ou da lei, sempre explicitando condição, sentido ou composição (natural ou racional) na organização social, política e econômica (privada ou pública). Nesse caso, ordem se opõe à desordem, às paixões, ao irracional, à desobediência⁹.

A ordem liberal apresenta-se claramente como oposição a ordem do Antigo Regime e é resultado do embate desse com diversos movimentos, dentre os quais ressalta-se o Iluminismo, nas suas mais variadas vertentes. Por ser uma forma abrangente do homem se relacionar com o mundo a sua volta, a ordem é muitas vezes definida resumidamente como visão de mundo de uma sociedade, no entanto, sem se esquecer que afeta e relaciona todos os campos do conhecimento.

Tomando-se, portanto, a ideia de ordem liberal e do liberalismo político, devidamente situado no campo científico dessa ordem e



expresso na forma discursiva, pode-se dar os primeiros passos no sentido de compreender o liberalismo no início do século XIX.

OS PRIMEIROS PASSOS DO LIBERALISMO

A historiografia registra de maneira muito impactante a entrada do liberalismo no Brasil momentos antes de se constituir em Estado, ou seja, a partir de 1821, como decorrência da Revolução do Porto. Juntamente com a denominação de liberalismo, abraçou-se o conceito de constitucionalismo. De fato, a entrada do liberalismo no Brasil se deu pela adesão ao movimento constitucionalista português, exigido pelas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa que passavam a reger os destinos do Império português a partir daquele momento¹⁰ Ser liberal, de certa forma, significava ser constitucional. Mais exatamente, durante o Vintismo, tanto Constitucionalismo quanto Governo Representativo eram mais usados para

significar Liberalismo. Assim, inicialmente, os termos se intercambiavam, tanto em Portugal quanto no Brasil, pois “somente era liberal quem queria a Constituição, e com ela, o governo representativo.”¹¹

Principalmente nas capitais das províncias, o poder local se fortaleceu com o regime das Cortes Gerais. Isso levou a um efeito colateral, a fragmentação dessas elites, com a conseqüente disputa de poder nas instâncias locais. No entanto, todas as diferentes facções se auto intitulavam liberais. Isso se dava pelo fato desse liberalismo nascente, usado como forma discursiva, ser extremamente heterodoxo. Em outras palavras, combinava elementos de diferentes convicções sob uma mesma bandeira, parecendo, por vezes, contraditório. Veja-se o liberalismo das Cortes Gerais, considerado por um tempo, como extremamente radical e revolucionário e, num segundo momento, apontado como extremamente conservador e recolonizador.



A partir desse momento, colocou-se em movimento toda a im placável máquina política de transformações que culminaria com a autonomia do Império do Brasil. Foi o liberalismo desse momento (décadas de 1820 e 1830) que abriu múltiplas possibilidades e deu azo a diversificados movimentos políticos e sociais, ora radicais, ora conservadores.

Esse liberalismo que se pretende analisar, trata-se, de certo, de um liberalismo “impuro”, que precisou ser destilado nas décadas seguintes¹². Se “impuro” não é um adjetivo que melhor expresse seu conteúdo, pelo menos serve para distinguir do que se convencionou chamar de liberalismo clássico e que Roque Spencer prefere nominar de liberalismo romântico. O liberalismo que se busca deve ser confrontado com versões atuais, tal como a consagrada na obra de John Gray, *Liberalism*, publicada em 1986. Desta forma, é possível um parâmetro de comparação com o que foi modificado ou expurgado daquele liberalismo do início do século XIX.

Assim, para Gray, o liberalismo, embora não tenha uma única natureza, ou essência, e seja permanentemente mutável, possui, acima de tudo, um “conjunto de distintas características que mostram a sua modernidade” e, simultaneamente, o distingue das demais “tradições intelectuais modernas”, assim como de seus respectivos movimentos políticos¹³. Portanto, para John Grey, esse conjunto de características pode ser encontrado em qualquer forma de liberalismo, servindo como uma espécie de padrão de identificação. Antes, no entanto, de passar a sua descrição, vale alertar que elas não servem, pelo menos na íntegra e com exclusividade, para caracterizar o liberalismo foco desse estudo, são apenas parâmetro de comparação.

Conforme Grey demonstra, o ponto comum entre todas as variantes da tradição liberal é a “concepção de homem e sociedade, distintamente moderna quanto ao caráter.”¹⁴ Para melhor compreensão veja-se os elementos dessa concepção:



Em primeiro lugar, é *individualista*, no sentido em que pugna pela primazia moral da pessoa contra qualquer pretensão da coletividade social; em segundo lugar, é *igualitária*, porque confere a todos os homens o mesmo estatuto moral e nega a relevância de graus de diferenciação, legais ou políticos, da riqueza moral entre seres humanos; em terceiro lugar, é *universalista*, afirmando a unidade moral da espécie humana, com importância secundária para as associações históricas e as formas culturais específicas; quarto e último, é *melhorista*, a sua afirmação da correção e aperfeiçoamento de todas as instituições sociais e dos acordos políticos.¹⁵

Não é necessário um grande esforço para perceber que tais características, embora estivessem presentes no liberalismo brasileiro do início do século XIX, apresentavam-se de formas bastante falhas. O individualismo era uma doutrina que vinham em ascensão havia muito tempo, mesmo assim, é evidente que o peso institucional da monarquia, ou mesmo de qualquer instituição no seu interior, suplantava a força da pretensão individu-

al. Isso para não falar na igualdade que, mesmo sendo peça discursiva já bastante frequente entre os políticos da época, jamais deixaria de atender a reivindicações de distintos estratos sociais e políticos.

Uma importante consideração sobre o liberalismo político que ascendia no início do século XIX era o fato de que, mesmo sendo uma forma discursiva, uma doutrina ainda em formação, não havia sequer um único concorrente. Deve-se aceitar que o campo político se reestruturara (ou se estruturara) abruptamente em 1821, logo após a chegada das notícias sobre a Revolução do Porto. Como por passo de mágica, saía-se de um regime plebiscitário (relacionando o soberano diretamente com seus súditos, sem representantes intermediários) para um regime que dava seus primeiros passos na representatividade, visto que com o regime das Cortes portuguesas o Congresso Nacional seria o órgão colegiado, representante dos cidadãos da nação, que limitaria fortemente o poder real e ditaria as regras para a condução da política nacional. Da mesma forma,



as capitanias, transformadas em províncias do vasto império português, deixariam de ser dirigidas por um único poder central, o governador e capitão-general, para ter, inicialmente, um governo civil, representado por uma junta de governo provisória, eleita entre e pelos próprios habitantes da província. Daí pode-se falar na emergência de um campo político dominado por regras liberais. Portanto, o liberalismo e as próprias regras de conduta dentro do campo político se fundiam numa única coisa: política era, então, liberalismo.

Sem concorrentes no campo político, todas as mentalidades se fundiam em torno da ideia de liberalismo, mesmo que algumas dessas mentalidades fossem completamente contraditórias ao “espírito” liberal. Mas como determinar quais eram essas mentalidades que habitavam o corpo do liberalismo e foram posteriormente expurgadas?

Para facilitar a resposta a esse questionamento, deve-se dar um salto no tempo e ver o que dele se depurou, ou se extraiu, para que

restasse um “novo liberalismo”. E o caminho está em focalizar o campo político três décadas à frente, num momento conhecido como Ilustração Brasileira.

AS MENTALIDADES NA ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA

O termo Ilustração Brasileira foi uma criação de Roque Spencer Maciel de Barros que veio à luz com o lançamento de sua tese intitulada *A Ilustração brasileira e a ideia de universidade*, publicada em 1959. Esta obra se transformou num marco em termo de estudos das mentalidades, motivo pelo qual ainda hoje é estudada, analisada e criticada. Seu objetivo naquela pesquisa era analisar os debates que giravam em torno do ensino superior no Brasil no final do século XIX. Tendo em foco esta questão, Roque Spencer identificou e caracterizou as principais matrizes de pensamentos envolvidas no debate público, chamando-as de mentalidades.



Ao trabalhar com estas mentalidades do último quartel do século XIX, patenteou-se que elas eram fruto de uma ação liberal, ou mais especificamente, uma reação às incursões liberais. Como reação, estas mentalidades respondiam com um movimento de fortalecimento e, mais especificamente, com um movimento de individualização, visto que se separavam mais claramente do pensamento político vigente, o pensamento liberal¹⁶. É certo que as mentalidades possuem certo nível de confusão, característico do ser humano. Elas podem ser individualizadas, mas guardam entre si certo grau de imbricação. Se por um lado, se inclina para uma forma de pensar, também não descarta em diferentes níveis as demais formas de pensamento. No entanto, Roque Spencer definiu com maior precisão três mentalidades que vigoravam, ou predominavam no último quartel do século XIX: a católico-conservadora, a cientificista e a liberal. Se as duas primeiras eram vistas pelo autor como uma herança portuguesa a

última era apontada como genuinamente brasileira¹⁷.

Esta proposição é de grande utilidade para este estudo sobre o liberalismo no início do século XIX, pois se, como pensamento político, o liberalismo era hegemônico, ao cabo de algumas décadas fica fácil perceber que as mentalidades extraídas desse liberalismo, heterodoxo, como afirmou-se anteriormente, compunham seu antigo corpo e, da mesma forma, observa-se que a resultante desse processo é o que Roque Spencer chamou de novo liberalismo. Portanto, analisa-se as mentalidades extraídas do pensamento político para compreender como era a antiga constituição do discurso liberal.

A MENTALIDADE CATÓLICO- CONSERVADORA

De acordo com Roque Spencer havia no Brasil do final do século XIX um catolicismo nominal que não correspondia ao catolicismo real. Se por um lado, esse cato-



licismo era forte na sua forma institucional, era, no entanto, débil na prática cotidiana do brasileiro. Até o período anterior, a força da religião na forma institucional havia conseguido barrar o avanço de instituições liberais no Brasil, a começar por uma religião oficial em detrimento da liberdade de culto, “estava ele nos códigos, na lei, no limiar das carreiras intelectuais e políticas, pela obrigação do juramento religioso, na base das famílias, pela inexistência do casamento civil, à beira dos túmulos, em virtude do caráter religioso dos cemitérios.”¹⁸ Roque Spencer aponta o ano de 1868 em diante como o momento em que o “liberalismo na sua forma mais radical, começa a ganhar inteiramente os espíritos”, fazendo evidenciar todas as contradições e, principalmente, expondo a fragilidade do catolicismo¹⁹. Assim, os católicos passaram a se empenhar para manter as antigas instituições, contra as modernidades laicas do liberalismo. A reação católico-conservadora não foi uma exclusividade brasileira, aliás, toda a Europa, e porque não

falar todo o mundo ocidental sentia os efeitos da reação da Igreja Católica no pontificado de Pio IX, travando uma verdadeira luta contra a modernidade, deixando evidente a iminente perda de predomínio da autoridade espiritual por um predomínio laico característico das instituições liberais.

A reação papal veio na forma da encíclica *Quanta Cura* de 1864 e do anexo *Syllabus* que listava 80 proposições condenadas pela Igreja. Dentre as muitas proposições condenadas estava a separação do Estado da Igreja e, conseqüentemente, a necessidade de exclusão de outros cultos; condenava-se, também, a liberdade de pensamento e imprensa, além de denunciar a falsidade do pensamento que o Sumo Pontífice poderia e deveria se reconciliar com o progresso, o liberalismo e com a civilização moderna. Nestas condições a Igreja passou a ser o principal baluarte do conservadorismo, refletindo-se em todos os lugares abalados pelo liberalismo e procurando fortalecimento, individualização e oposição às novas ideias.



No Brasil, os principais viabilizadores dessas ideias foram os bispos d. Vital, bispo de Olinda, e d. Antônio de Macedo, 10º bispo do Pará. Essa reação católica se espalhou proficuamente por meio dos jornais e da tribuna parlamentar. Na Câmara dos Deputados, destacavam-se Leandro Bezerra e Tarquínio de Souza. “No Senado, Cândido Mendes de Almeida, Zacarias, Figueira de Mello, Rodrigues Silva, Francisco de Paula Silveira Lobo, etc. fazem-se paladinos do *Syllabus*.”²⁰

As discussões que afloraram neste período deram o tom desse conservadorismo. Em geral, posicionavam-se os católicos contra a total liberdade de imprensa, contra a instituição do casamento civil e a secularização dos cemitérios. O sufrágio universal era impensável, pois não poderiam dar poderes àqueles que não fossem fiéis à religião de Pedro. Quanto à falta de braços para a lavoura, sinalizavam com a catequese dos índios para evitar a entrada de estrangeiros de outros cultos. Viam com desinteresse a questão servil e eram radi-

calmente contra a emancipação das mulheres, pois afetaria a estrutura patriarcal da sociedade.²¹

Por fim, pode-se afirmar que, segundo a análise de Roque Spencer, a questão religiosa reforçou e deu unidade ao pensamento católico-conservador ou, em outras palavras, fez com que os católicos se transformassem nos defensores das antigas estruturas. Descolava-se totalmente o posicionamento conservador do discurso liberal e, por assim dizer, expurgava-o de contradições e antagonismos, presentes no discurso político do início do século XIX e que propiciava a existência de diferentes facções liberais com posicionamentos políticos conflitantes e até opostos. Portanto, ao se focalizar o discurso político liberal do início do século XIX, deve-se pensá-lo portador de todos os posicionamentos católicos-conservadores acima mencionados.

Retornando à virada do século XVIII para o XIX e levando em conta toda a carga conservadora mencionada, deve-se observar que o liberalismo triunfou em Portugal



e no Brasil após um movimento semelhante ao que Roque Spencer observou na Ilustração Brasileira. Pois a segunda metade do século XVIII, ou, pelo menos, o período do reinado de d. José I, especificamente o consulado do Marquês de Pombal, Portugal e suas colônias experimentaram iniciativas administrativas que refletiam fortemente as ideias iluministas. Assim, sem que se ofendesse o regime absoluto, ideias que também influenciaram o desenvolvimento do liberalismo atingiram a administração do Brasil, no que se chamou despotismo esclarecido. Esta administração foi marcada por um forte expurgo do poder eclesiástico que se refletiu em diversos campos, em especial no campo pedagógico e neste, em particular, na Região Amazônica. Levando-se em consideração o aspecto religioso, a laicização promovida por Pombal, principalmente no campo da economia, mas também no campo educacional, levou a administração a uma grande perseguição aos jesuítas que passaram a ser acusados de diversos crimes contra a economia

e segurança da monarquia. Figurou entre eles a acusação de estabelecimento de repúblicas no Paraguai, além da tentativa de regicídio e outras, culminando com a lei de 3 de setembro de 1759 que determinou que eles “fossem havidos por desnaturalizados, proscritos e exterminados, ficando para sempre expulsos de Portugal” e seus domínios.²² Certamente este ato configurou o maior ataque à religião católica até aquele momento, o que reduziu fortemente sua influência no Brasil e abriu as portas para uma laicização institucionalizada.

O jogo político, porém, mudou bruscamente com a morte do rei d. José I, em 24 de fevereiro de 1777. Já em 4 de março, e ciente do que lhe esperava, Pombal se demitiu e requereu recolher-se em sua propriedade. Desencadeou-se uma verdadeira reação contra o ex-ministro, com a qual se pretendia retornar tudo ao *status* de 1750. Segundo Soares, o reinado de d. Maria I degenerou num “absolutismo freirático”, com o qual “a Rainha empenhava-se em ouvir a opinião do Vaticano sobre assuntos



de política administrativa.”²³ Embora a rainha tenha tido o cuidado de, por razões de Estado, não desfazer tudo que Pombal, na figura de d. José I, fez institucionalmente contra a ordem Jesuíta, eles, os jesuítas, individualmente tinham toda a atenção e benevolência de d. Maria I²⁴.

Com a “Viradeira”, portanto, há de se imaginar um fortalecimento da religiosidade católica a partir de 1777, continuando pelo período seguinte ao seu reinado, quando após 1792 a rainha foi obrigada a deixar o trono sob a regência de d. João. Com isso, toda aquela mentalidade católico-conservadora estava claramente presente no pensamento político liberal que passou a aflorar em Portugal com a Revolução do Porto. É sintomática, a grande participação política de religiosos nos regimes após 1820, sejam como deputados, ministros e até presidentes de Juntas Provisórias de governos civis das províncias, como foi o caso do Grão-Pará.²⁵ Muito esclarecedor da carga religiosa (católico-conservadora) que co-mungava com o movimento liberal

das Corte foram as palavras do bispo do Pará, D. Romualdo de Souza Coelho, recitadas no dia 10 de dezembro de 1821 quando se procedeu a eleição dos deputados para o Congresso português, sendo, ele mesmo, um dos eleitos:

Supondo como verdade incontestável, fundada na experiência de tantos Séculos, que não pode ser bom Cidadão, aquele, que despreza por inútil o Cristianismo; e que é um erro tão grosseiro, como ruinoso separar os interesses da Sociedade dos da Religião, como se as regras invariáveis do Evangelho não fossem compatíveis com as máximas de humana e Sábida Política; nada pode ser mais digno de um Representante do que dirigir seus votos nas Discussões preparatórias sobre o plano da Religião; bem persuadido de que todos os esforços do homem serão sempre inúteis, na frase da Escritura, se Deus o não auxilia – *Nisi Dominus Custodierit Civitaten, frustra vigilat, qui custodit eam.* Pois se o homem, como diz o Apóstolo, não vive, nem respira um só instante, nem dá um só movimento, sem o socorro imediato de Deus, como poderá ele dispor, nem sustentar em-



presa de Governo, de Reforma, e Melhoramentos, sem dependência do Supremo Arbítrio do Universo, que eleva e abate os Impérios, quando bem lhe parece?²⁶

Não é de se surpreender, portanto, o fato de, na Primeira Legislatura do Império do Brasil, de 1826 a 1829, o Senado ter contado com oito eclesiásticos, dentre os 50 nomeados e 22 deputados religiosos dentre os 102 eleitos²⁷.

Constatando-se a parcela de conservadorismo católico na composição do discurso liberal do início do século XIX, contrastará o cientificismo herdado do Iluminismo.

A MENTALIDADE CIENTIFICISTA

Retornando à Ilustração Brasileira e à obra de Roque Spencer, ele identifica também no último quartel do século XIX, o descolamento de um liberalismo cientificista, decorrente de uma mentalidade cientificista que acompanhava e evoluía no pensamento europeu

e, depois, brasileiro, desde o Iluminismo. Pode-se constatar que para o cientificista não ocorre a consagrada separação, tendo, de um lado, normas e ideias e, do outro, o mundo dos fatos, pois ambos os planos pertencem a uma só natureza. Dessa forma, no mundo humano, valores espirituais e consciência são apenas fenômenos mais complicados da mesma ordem física²⁸. Roque Spencer afirma que uma “filosofia científica” já estava presente no materialismo da Ilustração, como pode ser bem observado na obra do barão D’Holbach, *O sistema da natureza* publicado pela primeira vez em 1770:

O Universo – explicava logo no seu primeiro capítulo a obra famosa – este vasto conjunto de tudo que existe, não nos oferece por todas as partes senão matéria e movimento; todo ele não oferece à vista mais do que uma cadeia imensa e ininterrupta de causas e efeitos.²⁹

Todas as leis físicas explicariam não apenas o mundo físico, mas também a própria vida moral, pois o homem moral é exatamente o



mesmo ser físico. Sendo assim, “a autêntica moralidade (e com ela a política e o direito autêntico) decorre dessa natureza física e a condição de sua prática adequada é o conhecimento preciso dela.”³⁰ É extremamente importante que se entenda a maneira peculiar com que o cientificismo propõe seu posicionamento. Conforme explica Roque Spencer, trata-se de “derivar os fins e os valores do próprio conhecimento.” Nessa perspectiva, “o mundo humano, enquanto objeto de conhecimento, não mais é dado como algo que *é*, mas como algo que *vem a ser*, a história incorpora-se à natureza.” Portanto, no que se refere ao homem, uma filosofia científica não se constituirá mais como estática social e sim como dinâmica social. “Assim, a elaboração dos valores morais, dos ideais sociais e políticos, etc., depende do estágio em que se encontra a humanidade e a sua validade há de ser aferida pela adequação, maior ou menor, à realidade presente.”³¹

Mais uma vez, retornando ao liberalismo da virada do século XVIII para o XIX, quando estas

ideias científicas borbulhavam ainda do Iluminismo europeu, não é difícil de se constatar que a busca pela fundamentação científica de qualquer doutrina levaria a um choque com a concepção religiosa. Um movimento de laicização dentro do nascente liberalismo que o acompanharia por todo o século XIX, até ser vitorioso ao fim.

Por outro lado, já no século XVIII desenvolviam-se teorias científicas que procuravam classificar os grupos humanos, o que posteriormente ficou conhecido como racismo científico. Conforme aponta Leila Gibin:

Nesse contexto são relevantes os trabalhos de Buffon e De Pauw que definiam as características e diferenças entre grupos humanos. Buffon e De Pauw tinham uma perspectiva negativa dos habitantes do Novo Mundo, associando a eles palavras como “infantilidade” e “degeneração”. Buffon caracteriza a América como se fosse uma terra imatura, onde só existiam animais de pequeno porte, homens sem pelos e local de espaçada ocupação. Já De Pauw vê a América como deturpada e



corrompida, e seus animais como inferiores.

Outro trabalho de relevância no período é a produção de *Le Cat* sobre as cores humanas, publicado em 1765. O autor tinha uma preocupação em entender como se deram as diferenças nos tons de pele dos seres humanos, especialmente da pele negra. Cientistas desse período “apresentaram teorias sobre o desenvolvimento da humanidade que implicavam fatores morais, históricos e teológicos, encaixando os povos em escalas hierárquicas de civilização”.³²

Embora as teorias racistas ficassem mais aparentes no final do século XIX e início do XX, suas raízes no século XVIII eram suficientemente fortes para marcar um antagonismo contra princípios do liberalismo clássico, marcadamente contra a questão da igualdade entre os homens³³.

Para os limites desse estudo, basta que se observe o cientificismo como um fator gerador de contradições, tanto contra a mentalidade católico-conservadora, como contra o liberalismo clássico e que se encontrava presente no pensa-

mento político liberal do início do século XIX.

De todas as mentalidades envolvidas nas disputas intelectuais da Ilustração Brasileira, Roque Spencer identifica uma que vem a ser o motor principal das transformações e que ele denomina simplesmente de mentalidade liberal.

A MENTALIDADE LIBERAL

Como foi proposto desde o início deste artigo, imagina-se que todas as mentalidades em disputa discriminadas por Roque Spencer tenham anteriormente composto o corpo heterodoxo do discurso político liberal do início do século XIX. Porém, a mentalidade que ele identifica como liberal clássica e que juntamente com o liberalismo cientificista compunha toda a força da Ilustração Brasileira em oposição ao conservadorismo católico, também, nesse caso, seria a estrutura principal do liberalismo não só do início do século XIX, mas de tudo aquilo que ainda hoje se pretende rotular como liberalismo.



Segundo Roque Spencer, trata-se de “um liberalismo autêntico, completo, e não o seu simulacro consagrado na constituição outorgada – e o liberalismo, sistema que se deduz inteiro a partir do ideal da liberdade de consciência.”³⁴ Embora não seja possível, em matéria tão heterodoxa, se definir o que seja um liberalismo autêntico e completo, é fácil perceber que Spencer dirige o desvelar do liberalismo clássico, não no sentido de desmascarar qualquer ideologia, mas sim no sentido de identificação das diferentes fontes teóricas, pois são elas, “no plano da história das ideias, que inspiram as diferentes visões liberais, o que deveremos buscar a compreender.”³⁵

O liberalismo clássico ligado ao direito natural que orientava, por exemplo, o pensamento de Montesquieu, vinha experimentando uma transformação, ainda no século XVIII, que procurava, sem invalidar os direitos originais, uma conciliação entre as estruturas racionais e o empirismo e materialismo. Conforme afirmou D’Holbach (antes de Bentham e os utilitaristas

ingleses) a base de uma justiça imutável seria a utilidade, o interesse e o desejo de felicidade. Este pensamento se resume no fato de todo homem buscar seu próprio interesse, que, de fato, significa o desejo de ser feliz. Antes, ainda, Rousseau adequou a noção de direito natural, moralizando o *estado de natureza* para um *pacto social* que dá origem ao direito. Rousseau entendia que a verdadeira justiça era a felicidade de todos e, portanto, o interesse absoluto de cada um. O útil representaria a contribuição ao bem-estar dos semelhantes. Assim, sua doutrina superava o direito natural clássico para alcançar um direito racional, embora nem sempre tenha sido entendida dessa forma durante o século XIX. Segundo Spencer, ora era vista como mais uma expressão do direito natural clássico, ora, ao contrário, como sua negação total³⁶.

Querem normalmente os historiadores do liberalismo português, e com ele o brasileiro, atrelar às grandes influências teóricas aos pensadores franceses (no que têm razão), porém, não se pode descui-



dar da grande contribuição inglesa (e com ela dos economistas escoceses) ao pensamento liberal português. No Pará, estabelecida uma Junta de Governo Provisória para um governo liberal em nome das Cortes, Filipe Patroni, filho ilustrado da província, procurou demonstrar sua erudição e conhecimento liberal apresentando, em 1822, a concepção utilitarista de Jeremy Bentham (1748-1832):

He pois de absoluta necessidade, que, chamando a hum ponto único todos os artigos da mais perfeita administração, se reconcentre no coração de cada hum dos Membros da Junta o princípio consagrado na teoria do famoso Bentham: = A MAIOR FELICIDADE DO MAIOR NÚMERO.³⁷

É inglês também o uso do conceito de individualidade (o corpo em si) para justificar a propriedade privada da terra. Deve-se a John Locke uma das primeiras e mais influentes defesas da propriedade privada, a qual se encontra justamente em uma das obras fundamentais para a constituição do

liberalismo político moderno, *O segundo tratado sobre o Governo*, publicado pela primeira vez em 1690. O capítulo quinto da obra é dedicado à propriedade, mais especificamente, a defesa da propriedade individual. Como era característico de sua época, e posterior, qualquer grande definição doutrinária ou filosófica deveria passar primeiro pelo crivo da teologia e assim fez Locke. Primeiramente reconhecendo que a terra e tudo que dela nasce foi dado ao homem por Deus em condições de igualdade. Todos teriam, por princípio de liberalidade divina, o mesmo direito à terra. No entanto, se dispôs a “demonstrar como os homens podem chegar à propriedade de partes daquilo que Deus deu à humanidade em comum, e sem necessidade de um pacto lavrado entre os membros da comunidade.”³⁸ Locke ponderou que ao homem compete uma propriedade particular em sua própria pessoa, da qual ninguém tem direito senão ele mesmo. Sobre este ponto de vista acrescenta o direito total sobre o seu próprio trabalho e o poder de transforma-



ção do seu trabalho em propriedade sua:

O trabalho de seus braços e obra das mãos, pode-se afirmar, são propriedade dela. Seja o que for que ele retire da natureza no estado em que lho forneceu e no qual o deixou, misture e superpõe-se ao próprio trabalho, acrescentando algo que pertence ao homem e, por isso mesmo, tornando-o propriedade dele. Retirando-o do estado comum em que a natureza o colocou, agregou-lhe com seu trabalho um valor que o exclui do direito comum de outros homens. Uma vez que esse trabalho é propriedade exclusiva do trabalhador, nenhum outro homem tem direito ao que foi agregado, pelo menos quando houver bastante e, também, de boa qualidade em comum para os demais.³⁹

De fato, durante o século XVII a noção de propriedade se tornava cada vez mais absoluta e triunfavam abundantes reivindicações de poderes cada vez mais ilimitados sobre as terras e sua comercialização no século XVIII, contudo o processo não se dava de maneira única. Pelo contrário, ex-

punha duas faces concorrentes. Para os proprietários as terras estavam cada vez mais dependentes dos contratos. Absolviam as “qualidades e funções do capital”. Visto pelo lado das “camadas mais baixas”, o triunfo da propriedade individual e absoluta destruíam os direitos comunais⁴⁰.

Sem dúvida, na mesma obra de Locke é possível encontrar os fundamentos daquilo que mais marca o liberalismo, a luta contra o absolutismo. No capítulo XII, Locke apresenta sua fórmula de divisão dos poderes para evitar o abuso deste. São eles os poderes legislativo, executivo e federativo. Com relação ao executivo e o federativo, Locke vê no primeiro o poder de fazer executar as leis internas (proveniente do legislativo) e o segundo o poder de fazer executar o ordenamento que rege o contato com elementos estrangeiros e outras sociedades, tal como o direito das gentes (espécie de direito internacional). Sendo assim, ambos se referem a força da sociedade, não convindo ficarem sob comandos diferentes. Acresce que



Locke entende que o legislativo deve ser o poder supremo, mesmo sendo ele um poder fiduciário que entra em ação em apenas alguns casos.⁴¹ Por parte, no entanto, do pensamento francês, tal proposição ficou mais bem formulada por Montesquieu que dividiu diferentemente os três poderes, acrescentando a ideia de autonomia e equidade entre eles. Manteve-se a ideia de poder legislativo, reunindo-se temporariamente para confeccionar as leis; o executivo que se atribuiu poderes de fazer executar as leis, tanto interna quanto externamente (diferente de Locke) e o poder judiciário, com o poder de punir o descumprimento das leis⁴².

Ainda por parte da influência do pensamento francês, sem dúvida, incorpora-se a “famosa tríade da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade”. Embora sua força tenha sido compatível com as poucas luzes portuguesas, “serviram de esteio para o novo vocabulário político que permeou as principais discussões na imprensa e nos folhetos e panfletos de 1820 a 1823, publicados tanto no

Brasil, quanto em Portugal”.⁴³ Ao contrário do que possa parecer, os preceitos da revolução liberal do Porto chegaram ao Brasil sem que houvesse uma fórmula concluída. Pelo contrário, as noções que seguiam com o liberalismo, igualdade e fraternidade, “eram complexas” e foram “elaboradas a partir do constitucionalismo”. Em suma, os “conceitos foram sendo edificados a partir dos acontecimentos”.⁴⁴

A palavra liberdade passou a se ligar aos ensinamentos da Ilustração do século XVIII, cuja acepção, baseada em Montesquieu, traduzia-se por fazer tudo que a lei não proibia. A palavra liberdade ganhou sentido político e definidor da nova ordem. Confundindo-se com o próprio movimento revolucionário, era o oposto ao despotismo e tirania e, em caso limite, o oposto ao Antigo Regime. Sendo assim, assumia as feições de direito fundamental do cidadão e precisava ser protegido por uma lei fundamental, uma Constituição⁴⁵.

Conforme Lúcia Bastos:

O triunfo do liberalismo tomou forma nos jornais e folhetos,



por meio de um instrumento que realizava, na prática, esse ideário político: a Constituição. Símbolo da Regeneração vintista iniciada em 1820, a palavra exprimia o anseio político de todos os membros das elites política e intelectual, tanto do Brasil, quanto de Portugal.⁴⁶

Segundo Lynch, durante o Vintismo o próprio termo liberalismo era pouco empregado, sendo substituído por outros como constitucionalismo ou governo representativo, os quais eram tomados como sinônimos pelos portugueses dos dois lados do Atlântico⁴⁷. Assim, a questão que se impunha era a seguinte: o que significava Constituição para os habitantes de Portugal e Brasil naqueles primeiros anos de liberalismo? Os periódicos e panfletos que circulavam nos maiores centros urbanos procuravam esclarecer seu significado, principalmente para as camadas mais baixas da sociedade. Dessa forma, exprimiam, no geral, que seu pressuposto básico seria definir direitos e deveres, com base nas Luzes e progresso por ela determinado, de forma a garantir os direi-

tos individuais e “retrogradar a autoridade real aos seus justos limites”. Para tanto, tinha como principal arma a separação dos Poderes, conforme os ensinamentos de Montesquieu⁴⁸.

Finalmente, pode-se afirmar que a materialização do liberalismo português que chegou ao Brasil ficou expressa nas Bases da Constituição portuguesa, apresentada ainda em 1821. Ela pode ser visualizada como uma espécie de radiografia do pensamento liberal lusobrasileiro naquele momento. Imbuída da liberdade de imprensa e da necessidade de participação e representação, as Cortes Gerais e Extraordinárias instituíram um periódico, *Diário das Cortes*, que visava dar ampla divulgação aos trabalhos realizados em cada sessão, bem como petições, decisões e leis aprovadas. Sua primeira aparição data de 27 de janeiro de 1821. Já no seu número 30, de 9 de março, apresentou o decreto que aprovou as Bases da Constituição portuguesa que se ia redigir, ficando estas mesmas bases servindo de Constituição provisória. O *caput* do de-



creto já esclarece que os princípios adotados são os mais adequados para assegurar os direitos individuais e os limites dos Poderes do Estado, portanto resumindo as bases do liberalismo clássico. Sua primeira seção (Dos direitos individuais do cidadão) aponta no seu primeiro artigo quais são esses direitos: liberdade, segurança e propriedade. O segundo artigo repete a fórmula de Montesquieu, de que liberdade consiste em fazer tudo o que a lei não proíbe. O sétimo artigo transforma a propriedade em “direito sagrado”, um princípio liberal que sempre achará contradição dentro de sua própria liberdade. Como exemplo da grande radicalidade liberal, encontra-se, no artigo 8º, a “livre comunicação dos pensamentos”, como “um dos mais preciosos direitos do homem.” Ficando este livre para “manifestar suas opiniões em qualquer matéria [...]”.⁴⁹ Neste sentido as bases apontam para uma imediata proteção da liberdade de imprensa, com leis próprias a serem elaboradas com celeridade, além de Tribunal Especial. Está presente

nas bases o princípio da universalidade, decorrente da noção de igualdade civil: “A lei é igual para todos. Não se devem, portanto, tolerar nem os privilégios do foro nas causas cíveis ou crimes, nem Comissões especiais.” Estão ainda entre os direitos individuais, a abolição dos castigos cruéis, a igualdade de admissão em empregos públicos, o direito de reclamação ou petição naquilo que se achar ofendido e a inviolabilidade de correspondência. Na segunda seção (Da Nação portuguesa, sua Religião, Governo e Dinastia) está mais claramente o esforço liberal contra o absolutismo:

23º. Guardar-se-á na Constituição uma bem determinada divisão dos três poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário. O Legislativo reside nas Cortes, com a dependência da sanção do Rei, que nunca terá um Veto absoluto, mas suspensivo, pelo modo que determinar a Constituição. [...]

O Poder Executivo está no Rei e seus Ministros que o exercem debaixo da autoridade do mesmo Rei.



O Poder Judiciário está nos juízes. Cada um destes poderes será respectivamente regulado de modo que nenhum possa arrogar a si as atribuições do outro.⁵⁰

Mais princípios liberais clássicos que visam combater o absolutismo são o reconhecimento da soberania recaindo sobre a nação, art. 20, e a representatividade, visto que a nação age por meio de seus representantes legitimamente eleitos, art. 21. Lembra que a “Lei é a vontade dos Cidadãos declarada pelos seus representantes junto em Cortes.”⁵¹

Como era de se esperar as Bases reconheciam a monarquia, contudo davam o tom das restrições aos poderes reais, garantindo às Cortes realizar seus trabalhos (legislar) sem a interferência do rei. Além do mais, acrescia maiores poderes às próprias Cortes.

Quanto à religião, as Bases procuravam não dar muita atenção, mas nem era preciso, pois a nação portuguesa ainda estava extremamente ligada à Igreja Católica Apostólica Romana, sendo esta

reconhecida como religião oficial, art. 17. Pouco se poderia fazer com relação à liberdade religiosa nestas condições. Acrescentou-se, porém, que nos abusos da liberdade de imprensa em matéria religiosa, ficava “salvo aos Bispos a censura dos escritos publicados sobre dogma e moral, cabendo ao Governo auxiliar os mesmos Bispos, para serem castigados os culpados.”⁵² Não é necessária muita reflexão para compreender que as poucas menções sobre a religião eram firmes fermentos de contradição ao discurso liberal que se formava.

CONCLUSÃO

Do acima exposto, pode-se concluir que o discurso liberal que se formava naquele momento adquirira fortes traços progressistas que marcariam as bases de uma radicalidade que não se consumaria até, pelo menos, o final do século XIX, mas também mantinha traços conservadores, baseados na doutrina católica. Incorporava-se um discurso revolucionário baseado



em grandes pensadores da liberdade, como Locke, Rousseau, Montesquieu e outros, mas que, na prática, não se realizavam em plenitude devido às contradições internas do próprio liberalismo. Em seu bojo pairava a liberdade, representada pela equidade dos três poderes, o individualismo, a segurança individual, a livre expressão e a sacralidade da propriedade, tudo materializado nas Bases da Constituição portuguesa que chegou ao Brasil ainda em 1821. Os discursos se moldavam segundo a ideia de constitucionalismo, adaptando-se às novas condições.

O movimento liberal luso-brasileiro sofreu fortes entraves com a restauração do absolutismo português em 1823, porém, no Brasil, com a Independência, tais ideias passaram a correr frouxas entre as massas, por mais que o novo Império seguisse uma linha mais conservadora. Esse descompasso gerou desarranjos sociais, como comprovam as diversas comissões populares que se seguiram até o final da Regência.

O discurso liberal se definia pelos principais valores de uma monarquia constitucional, porém com forte defesa da Religião que, a partir daquele momento e até o último quartel do século, passaria a ser colocada inteiramente a serviço do Estado, visto que diante de um processo de secularização incompleto, a doutrina cristã ainda era um eficiente meio de controle social⁵³.

Finalmente, as contradições internas existentes nesse discurso se evidenciariam posteriormente com a formação de partidos que, sob a mesma bandeira do liberalismo, se distanciariam cada vez mais entre si. Uns retornando às ideias radicais de liberdade e igualdade civil, outros brigando para manterem vivas instituições que davam sobrevida ao velho conservadorismo, se opondo às transformações da modernidade, e, ainda, outros que procuravam o meio termo, dosando modernidade liberal com importantes costumes e tradições.



BIBLIOGRAFIA

BAPTISTA, Marco Túlio Freire. *Instabilidade política na província do Grão-Pará: o processo de difusão do liberalismo (1817-1834)*. Dissertação (Mestrado em História Política) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A Ilustração Brasileira e a ideia de universidade*. São Paulo: Editora Convívio: EDUSP, 1986.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo; Editora Brasiliense, 2013.

COELHO, Romualdo de Souza. *Discurso que recitou o bispo do Pará, D. Romualdo de Souza Coelho, no dia 10 do mez de dezembro de 1821 em que se procedeo a eleição dos deputados de Cortes depois da Missa Pontifical, que o mesmo Prelado celebrou. Estampado por intervenção e generosidade do benemérito cidadão comendador Antonio Joze Meirelles*. Maranhão: Typographia Nacional, 1822.

COUTINHO, Leila Cristina Gibin. *Uma cidade pitoresca? A representação visual dos negros e da capital*

do Império do Brasil nos álbuns de viagem (1845-1861). Dissertação (Mestrado em História Política) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

DIÁRIO das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa. n. 30. Lisboa: Impressão Nacional, 8 mar. 1821.

GREY, John. *O liberalismo*. Lisboa: Editora Estampa, 1987.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Editora Martin-Claret Ltda, 2002.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Liberal/ Liberalismo. In: FERES JÚNIOR, Feres (Org.). *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MACHADO, André Roberto de Arruda. As esquadras imaginárias no extremo norte, episódios do longo processo de Independência do Brasil. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

MONTEIRO, Cláudio Antônio Santos. Ordem. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da histó-*



ria dos conceitos políticos do Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MONTESQUIEU, Charles-Luis de Secondat. *Do espírito das leis*. Bauru: EDIPRO, Série Clássicos, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Liberalismo Político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (orgs). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Ed. Revan/UERJ, 2013.

O PARAENSE. Belém: Imprensa Liberal de Daniel Garção de Mello e CIA., n. 2, 25 mai. 1822, Arquivo Histórico Ultramarino, AHU-ACLCU 013, caixa 155, doc. 11.875.

PLATÃO. *Mênon (ou Da Virtude)*. *Platão: diálogos V*. Bauru: EDIPRO, 2010.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro:

Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

SOARES, Teixeira. *O Marquês de Pombal*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

THOMPSON, Eduard Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System IV: centrist liberalism triumphant, 1789-1914*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2011.

¹ GRAY, John. *O liberalismo*. Tradutor: M. H. Costa Dias. Lisboa: Editora Estampa, 1987, Ciências sociais, temas, p. 13.

² WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System IV: centrist liberalism triumphant, 1789-1914*. University of California Press, Berkeley and Los Angeles (CA), 2011, p. xvi.

³ A falta de hegemonia de uma das facções locais, permitindo que se perpetuasse a disputa entre os grupos políticos locais é defendida por Ma-



chado para o caso paraense, “a sociedade paraense desse período dividiu-se em diversos grupos de tal maneira que nenhum deles era capaz de chegar ao poder e mantê-lo de forma estável”. Veja: MACHADO, André Roberto de Arruda. As esquadras imaginárias no extremo norte, episódios do longo processo de Independência do Brasil. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005, p. 307. Tal modelo pode ser facilmente aplicado a diversas outras províncias, onde o embate local não cessava.

⁴ BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 6 ed. São Paulo; Editora Brasiliense, 2013, p. 11-15.

⁵ GREY, 1987, p. 12.

⁶ PLATÃO. *Mênon (ou Da Virtude)*. *Platão: diálogos V*. Tradução Edson Bini. Bauru (SP): EDIPRO, 2010.

⁷ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Liberalismo Político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823)*. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (orgs). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Ed. Revan: UERJ, 2013, p. 75. Para um aprofundamento sobre o discurso político no Brasil por volta da Independência veja: NEVES, Lúcia

Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

⁸ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002, p. 30.

⁹ MONTEIRO, Cláudio Antônio Santos. *Ordem*. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 341.

¹⁰ O liberalismo aparece nesse momento como uma espécie de rótulo para os políticos que se sentiam vanguardistas, de fato, por todas as partes se autodenominavam liberais, embora a grande maioria nem sequer tivesse tomado conhecimento de todo o conjunto das doutrinas liberais até aquele momento.

¹¹ LYNCH, Christian Edward Cyril. *Liberal/ Liberalismo*. In: FERES JÚNIOR, Feres (Org.). *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 125.

¹² Desde já se propõe uma penitência por utilizar a expressão “liberalismo impuro”, visto que, em sua oposição, deveria existir um “liberalismo puro”, o que se fosse possível desprezaria totalmente a grande heterogeneidade



presente em sua gênese. Entenda-se esse liberalismo impuro simplesmente como um liberalismo que necessitava ser expurgado de suas “principais” contradições internas. Logicamente, nem todas as contradições desapareceriam com o tempo.

¹³ GREY, 1987, p. 11-12.

¹⁴ Ibidem, p. 12.

¹⁵ Ibidem, p. 12.

¹⁶ BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A Ilustração Brasileira e a ideia de universidade*. Prefácio de Antônio Paim. São Paulo: Editora Convívio: EDUSP, 1986.

¹⁷ Ibidem, p. XI-XVII.

¹⁸ Ibidem, p. 27.

¹⁹ Ibidem, p. 28.

²⁰ Ibidem, p. 33.

²¹ Ibidem, p. 45-47.

²² SOARES, Teixeira. *O Marquês de Pombal*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 213.

²³ Ibidem, p. 226 e 227.

²⁴ Ibidem, p. 227.

²⁵ O bispo d. Manoel de Almeida de Carvalho participou da junta de sucessão provisional do Pará de 1810 a 1817. D. Romualdo Antônio de Seixas, futuro Primaz do Brasil, foi presidente da junta de governo provisória do Pará por duas ocasiões durante o período das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa. Incontá-

veis clérigos tiveram cargos nos governos provinciais, eletivos ou nomeados. No Pará destacou-se o cônego Baptista Campos entre 1820 e 1834. Veja BAPTISTA, Marco Túlio Freire. *Instabilidade política na província do Grão-Pará: o processo de difusão do liberalismo (1817-1834)*. Dissertação (Mestrado em História Política) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

²⁶ COELHO, Romualdo de Souza. *Discurso que recitou o bispo do Pará, D. Romualdo de Souza Coelho, no dia 10 do mez de dezembro de 1821 em que se procedeo a eleição dos deputados de Cortes depois da Missa Pontifical, que o mesmo Prelado celebrou. Estampado por intervenção e generosidade do benemérito cidadão comendador Antonio Joze Meirelles*. Maranhão: Typographia Nacional, 1822, p. 4.

²⁷ Para estes dados veja SENADO FEDERAL. *O clero no parlamento brasileiro*. Brasília: Senado Federal: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982, p. 15; CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Anais do Parlamento Brasileiro*, Câmara dos Srs. Deputados, primeiro ano da primeira legislatura, sessão de 1826 – tomo 1. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial Instituto Artístico, 1887.

²⁸ BARROS, 1986, p. 107.



²⁹ D'HOLBACH apud BARROS, p. 107.

³⁰ BARROS, 1986, p. 108.

³¹ *Ibidem*, p. 109.

³² COUTINHO, Leila Cristina Gibin. *Uma cidade pitoresca? A representação visual dos negros e da capital do Império do Brasil nos álbuns de viagem (1845-1861)*. Dissertação (Mestrado em História Política) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021, p. 84.

³³ Para mais informações quanto a interpretação científica dessa época sobre as diferenças raciais, veja: COUTINHO, 2021, p. 83-86.

³⁴ *Ibidem*, p. 57.

³⁵ *Ibidem*, p. 58.

³⁶ *Ibidem*, p.60-62.

³⁷ O PARAENSE. Belém: Imprensa Liberal de Daniel Garção de Mello e CIA., n. 2, 25 mai. 1822, p. 4. AHU-ACL-CU 013, caixa 155, doc. 11.875.

³⁸ LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o Governo*. Tradução: Alex Martins. São Paulo: Martins Claret, 2002, p. 29.

³⁹ *Ibidem*, 2002, p. 30.

⁴⁰ THOMPSON, Eduard Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 132.

⁴¹ LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Editora Martin-Claret Ltda, 2002, veja capítulo 12 e 13.

⁴² MONTESQUIEU, Charles-Luis de Secondat. *Do espírito das leis*. Tradução, introdução e notas de Edson Bini. Bauri, SP: EDIPRO, Série Clássicos, 2004, p. 189-197.

⁴³ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003, p. 141.

⁴⁴ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002, p. 30.

⁴⁵ NEVES, 2003, p. 142

⁴⁶ *Ibidem*, p. 148, grifo nosso.

⁴⁷ LYNCH, 2014, p. 125.

⁴⁸ NEVES, 2003, p. 150.

⁴⁹ Desde que responda também pelo abuso desta liberdade, nos casos e na forma em que a lei determinar.

⁵⁰ DIÁRIO das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa. N. 30, Lisboa: Imprensa Nacional, 8 mar. 1821, p. 233.

⁵¹ *Ibidem*, 1821, p. 233.

⁵² *Ibidem*, 1821, p. 233.

⁵³ NEVES, 2003, p. 151.

O exército sem Pátria: a Legião Tchecoslovaca na França durante a Primeira Guerra Mundial¹

Carlos Roberto Carvalho Daróz^a

Resumo: A Primeira Guerra Mundial estimulou o anseio de independência de alguns povos que, à época, encontravam-se subjugadas por poderes imperiais mais fortes, como os tchecos e eslovacos, então dominados pelo Império Austro-Húngaro. Dessa forma, voluntários tchecos e eslovacos constituíram as chamadas Legiões Tchecoslovacas, que combateram junto aos exércitos da Rússia, da Itália e da França. O presente ensaio tem como objetivos avaliar o desempenho desses voluntários no Exército Francês durante a Grande Guerra, bem como analisar seu papel na independência da Tchecoslováquia, que foi alcançada poucas semanas antes do armistício de 11 de novembro de 1918.

Palavras-chave: Legiões Tchecoslovacas, Primeira Guerra Mundial, Tchecoslováquia.

INTRODUÇÃO

A Grande Guerra foi um conflito de caráter mundial, travado no princípio do século XX, que se caracterizou pelo poder de destruição massivo das novas tecnologias de armamentos e pela imensa quantidade de mortos e feridos sem precedentes².

O conflito foi gestado em

meio às tensões geopolíticas latentes existentes entre as potências europeias desde o final das Guerras Napoleônicas, em 1815, que explodiram cerca de um século mais tarde. Conforme observou Marc Ferro³, não há dúvida que o conflito global das coalizões teve sua origem nas rivalidades imperialistas, contudo, os combates singulares que as nações enfrentaram, uma

^a Coronel de Artilharia, doutor em História. Associado titular emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



a uma, atenderam a outra dinâmica. Cada uma delas pressentiu que sua existência estava ameaçada por um inimigo histórico e, para todas elas, o conflito obedeceu a uma espécie de rito fatal, que explicou o caráter de luta de “vida ou morte”, segundo o conceito da guerra total.⁴

Foi um acontecimento crucial do século XX, do qual derivaram o comunismo, o fascismo, a Segunda Guerra Mundial, a desestabilização do Oriente Médio e a ascensão dos EUA como potência global. Entre as consequências do conflito, definidas pelo Tratado de Versalhes⁵, quatro impérios deixaram de existir⁶, e as fronteiras da Europa foram redesenhadas, com o surgimento de novos países.

Um desses novos Estados criados foi a Tchecoslováquia.

O conflito mundial estimulou o anseio de independência de alguns povos que, à época, encontravam-se subjugadas por poderes mais fortes, como os tchecoslovacos e poloneses. Desde 1806, a Boêmia e a Morávia, situadas ao norte da Áustria, haviam sido incorporadas ao Império Austro-

Húngaro sob os Habsburgos, após a dissolução do Sacro Império Romano-Germânico. Nesse contexto, com a deflagração da guerra mundial, tchecos e eslovacos voluntariaram-se para lutar ao lado das potências europeias da Entente⁷, visando conquistar apoio no sentido de respaldar a independência de seu país. Dessa forma, voluntários tchecos e eslovacos constituíram as chamadas Legiões Tchecoslovacas⁸, que combateram junto aos exércitos da Rússia, da Itália e da França.

O presente ensaio tem como objetivos avaliar o desempenho desses voluntários no Exército Francês durante a Grande Guerra, bem como analisar seu papel na independência da Tchecoslováquia, que foi alcançada apenas quatorze dias antes do armistício de 11 de novembro de 1918.

SURGEM AS LEGIÕES TCHECOSLOVACAS

As Legiões Tchecoslovacas⁹ tiveram como origem as comuni-



dades tchecas e eslovacas distribuídas em diferentes partes do mundo: 70 mil pessoas na Rússia, 1,2 milhão nos EUA, e algumas dezenas de milhares da França, Grã-Bretanha, Suíça e Itália¹⁰. Quando

Os antepassados dos tchecos e eslovacos haviam criado um primeiro ducado no século IX¹¹ e, mais tarde, passaram a viver sob o domínio dos Habsburgos desde 1526, e no domínio da Áustria-

Fig. 1 – Tropas do 21º Regimento Tchecoslovaco na caserna de Reuilly. Observar as boinas típicas dos Caçadores Alpinos do Exército Francês



Fonte: Gallica Digital Library.

a guerra foi deflagrada, as associações que as representavam reagiram formando unidades dentro dos exércitos da Entente, vislumbrando uma real oportunidade de formação de seu novo país.

Hungria até o final do conflito de 1914-18. Durante a Guerra Austro-Prussiana de 1866, os tchecos lutaram incorporados nas forças militares austríacas. No entanto, o Compromisso Austro-Húngaro de



1867¹² frustrou seus anseios constitucionais, na medida em que aos húngaros foi concedida ampla autonomia, o que não ocorreu com os tchecos.

A atmosfera no Império era fortemente marcada pelo sentimento pangermânico, o qual enfatizava que os tchecos, na condição de eslavos, eram por definição potenciais inimigos e traidores da monarquia. No início da Grande Guerra, os alemães e austríacos classificaram-na como "a guerra dos alemães contra os eslavos", de modo que os recrutas tchecos ingressaram no conflito com relutância, sendo frequentemente forçados a lutar, com limitado entusiasmo, contra outros eslavos na Sérvia e na Rússia. A situação dos eslovacos na porção húngara do Império não era muito diferente.

Foi nesse contexto que surgiu o movimento *Sokol* (Falcão), que desempenharia um papel importante, se não o principal, na formação das Legiões. Fundado em 1862 em Praga¹³, era um movimento cívico que estimulava o treinamento físico e o patriotismo. Seus princípios

foram estabelecidos por Miroslav Tyrš¹⁴ e compreendiam o conceito de "força e virilidade, atividade, resistência, amor à liberdade e à Pátria, trabalho voluntário e disciplina e irmandade de todos os membros"¹⁵. A organização utilizava uniformes próprios e seus membros se cumprimentavam com saudação *Nazdar!*¹⁶. O *Sokol* caracterizava-se pelo incentivo a adoção de um estilo de vida saudável e uma relação calorosa e patriótica com as terras natais, tcheca e eslovaca. Na transição dos séculos XIX para o XX, o movimento organizava exercícios diários de ginástica, tiro com arco e flecha, luta livre, remo, esgrima, marchas de fim de semana através do campo, tudo coroado com apresentações públicas.

O *Sokol* incorporava jovens de ambos os sexos e de todas as classes sociais. Além das atividades físicas, estimulava o desenvolvimento intelectual, disponibilizando bibliotecas que exaltavam a história tcheca e a mitologia nacional, e publicava uma revista com temas afins. Seus fundamentos, valores e



crenças desempenharam papel fundamental na formação das Legiões e suas ações subseqüentes.

Compreendendo as ramificações políticas deste movimento cada vez mais popular e nacionalista, as autoridades austro-húngaras dissolveram o *Sokol* em 1915, após a deflagração da Grande Guerra. No entanto, os antigos membros continuaram a servir à causa do nacionalismo, encorajando a deserção nas fileiras do Exército Austro-Húngaro, ao mesmo tempo em que muitos ex-integrantes tchecos da instituição alistaram-se como legionários nos exércitos da Entente.

OS TCHECOSLOVACOS NO EXÉRCITO FRANCÊS

Depois que o conflito foi deflagrado, em agosto de 1914 e atendendo à sua aliança militar com a Alemanha, o Império Austro-Húngaro posicionou-se contra a Entente, formada por Rússia, França e Grã-Bretanha. A Grande Guerra foi o evento que os tchecoslovacos precisavam, a chance de consti-

tuírem seu Estado nacional. Para que isso se efetivasse, o Império Austro-Húngaro teria que ruir e os tchecos e eslovacos deveriam prestar uma contribuição militar para o esforço de guerra dos Aliados, a fim de ganharem o respaldo e o reconhecimento internacional para suas aspirações.

Desde os primeiros dias da guerra, os tchecos e eslovacos estabelecidos na França, Sérvia, Bulgária, e, especialmente, na Rússia, deram início a sua luta por independência. Inicialmente se juntaram aos exércitos nacionais de determinados Estados da Entente e, mais tarde, formaram as primeiras unidades militares de voluntários tchecos e eslovacos, principalmente na França, na Itália e na Rússia. Formalmente denominadas "forças militares tchecoslovacas no exterior", constituíram um exército de mais de 100 mil homens e mulheres que lutaram contra as Potências Centrais, embora ainda não possuíssem seu próprio país¹⁷.

Os voluntários permaneceram formalmente como cidadãos da monarquia dual austro-húngara e,



como tal, se fossem capturados, seriam julgados sumariamente e executados em tribunal marcial como traidores. Muitos deles temiam uma possível perseguição a seus familiares ainda residentes no Império e, por isso, não mantiveram praticamente nenhum contato com suas famílias até outubro de 1918, quando a Tchecoslováquia foi declarada independente.

A França aglutinou voluntários de diferentes nações, tanto em unidades constituídas, quanto individualmente alistados em sua Legião Estrangeira. Tal política foi estimulada pelo *soft power* (poder brando)¹⁸ e pela diplomacia cultural francesa, desenvolvidos nos anos que antecederam a guerra.¹⁹ Diferentemente do processo que levou o governo da Rússia a enviar uma unidade constituída – o Corpo Expedicionário russo – para apoiar a França na Frente Ocidental²⁰, a Legião Tchecoslovaca que combateu incorporada no Exército Francês foi organizada por grupos de nacionalistas tchecos e eslovacos, formalmente súditos ao Império

Austro-Húngaro, que aspiravam a independência de seu país.

No Exército Francês, a participação dos tchecos e eslovacos teve início logo no primeiro mês da guerra, com a inscrição de 300 voluntários na Legião Estrangeira francesa em Paris, no dia 23 de agosto de 1914²¹. Eram expatriados que vivem na França, especialmente os organizados nas associações patrióticas *Sokol* e *Rovnost*²². Os voluntários foram reunidos na 1ª Companhia do Batalhão C do 2º Regimento de Infantaria da Legião Estrangeira, ativada em Bayonne. Reunidos na cidade, os soldados se cumprimentavam com a já tradicional saudação *Nazdar*, pelo que passaram a ser conhecidos como Companhia *Nazdar* (*Rota Nazdar*, em tcheco).

Em 23 de outubro de 1914, o regimento dirigiu-se para Rheims e foi incorporado à 1ª Divisão Marroquina, que, em maio do ano seguinte, foi transferida para o setor de Artois e designada para o 33º Corpo do general Philippe Petain, como parte do 10º Exército francês. Seguiu-se a segunda Batalha



de Artois, uma ofensiva realizada em conjunto com o ataque britânico a Aubers Ridge²³. No dia 9 de maio, a Divisão Marroquina liderou um ataque contra as posições alemãs conhecidas como Ouvrages-Blanches, em terreno completamente plano entre Arras e Vimy. Ansiosos para provar seu valor, os tchecoslovacos da *Nazdar* investiram contra as três primeiras linhas de trincheiras e avançaram 3 mil metros para subir as encostas da colina Vimy. Nesse movimento ousado, todavia, as baixas foram de quase 50%, e dentro de 24 horas os contra-ataques alemães recuperaram todo o terreno que havia sido perdido. A Companhia *Nazdar* sofreu 42 mortos e 90 feridos e, como consequência de suas perdas massivas, foi dissolvida, e os sobreviventes distribuídos entre outras unidades da Legião Estrangeira²⁴.

Entre 1915 e 1916, os esforços diplomáticos de Tomáš Masaryk (futuro presidente da Tchecoslováquia), e do general Milan Stefanik²⁵ lograram obter compromissos da França no sentido de apoiar

a expansão do engajamento tchecoslovaco na Frente Ocidental. Masaryk e Stefanik começaram a organizar as tropas tchecoslovacas na França.

Fig. 2 – Uniforme de soldado do 21º Regimento de Fuzileiros tchecoslovacos na França, 1917.



Fonte: Musée d'histoire militaire et des forces armées de Bruxelles



Em março de 1916, Masaryk obteve uma promessa do governo francês de expandir a participação da Tchecoslováquia na Frente Ocidental. Em resposta, voluntários de todo o mundo começaram a chegar: 400 da Romênia, em julho de 1917; 1.240 liderados pelo capitão Otakar Husak da Rússia, em novembro e, no mesmo mês, os primeiros tcheco-americanos, que acabariam totalizando 2.309²⁶. Em abril de 1918 chegou um segundo contingente da Rússia, liderado pelo tenente-coronel Hynek Gibis, juntamente com outros 400 homens libertos de campos de prisioneiros de guerra. Em maio, 250 ex-integrantes da 1ª Divisão de Infantaria sérvia, outros 850 voluntários chegaram da Frente italiana, mais 50 da França, e até 14 da longínqua Austrália²⁷.

No dia 19 de dezembro de 1917, o presidente francês Raymond Poincaré assinou um decreto que permitia a organização de um núcleo de Forças Militares Tchecoslovacas, embora ainda inseridas na estrutura do Exército Francês²⁸. Nesse sentido, pouco tempo de-

pois, em 12 de janeiro de 1918, foi criado o 21º Regimento de Fuzileiros tcheco, com base em Cognac. Na primavera do mesmo ano, foi organizado o 22º Regimento de Fuzileiros. Ambas as unidades formaram a 1ª Brigada Tchecoslovaca, com sede em Darney, subordinada à 53ª Divisão de Infantaria francesa, que lutou na frente da Alsácia de 8 de julho a 16 de setembro²⁹.

Sob o comando do coronel francês A.C. Philippe, a brigada participou dos combates em Michelbach, Jonchéry-sur-Vesle, e, com mais intensidade, em Terron e Vouziers³⁰. No dia 29 de junho de 1918, o governo francês reconheceu o direito dos tchecos dos eslovacos em estabelecerem seu próprio Estado soberano, dentro das fronteiras históricas de suas terras. No dia seguinte, 6 mil soldados de ambos os regimentos prestaram juramento e foram inspecionados pelo presidente francês, que lhes concedeu seus estandartes e bandeiras de guerra, fato que precedeu a independência da Tchecoslováquia em 4 meses³¹.



As conquistas militares das Legiões Tchecoslovacas nas frentes francesa, italiana e russa tornaram-se um dos principais argumentos que os líderes pró-independência da Tchecoslováquia, especialmente Tomáš Masaryk utilizaram nos EUA e junto aos Aliados da Grande Guerra para angariar o apoio para a independência do país³².

Ao todo, 650 legionários tchecos e eslovacos morreram a serviço da França durante a Grande Guerra³³. Transferidos para a retaguarda em Mourmelon para se recuperarem, receberam elogios em despachos do Quartel-General da França. Em 8 de novembro, desfilaram diante de seu recém-designado Ministro das Relações Exteriores da República Tchecoslovaca, Edvard Benes. Três dias depois, o Armistício finalmente silenciou as armas na Frente Ocidental³⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Grande Guerra promoveu profundas transformações geopolí-

ticas na Europa. Os Impérios Alemão, Russo, Otomano e Austro-Húngaro deixaram de existir, dando origem a uma nova configuração territorial e a uma nova composição de forças global.

Como resultado e consequência do conflito, a independência da Tchecoslováquia foi proclamada em Praga no dia 28 de outubro de 1918³⁵, quatorze dias antes do armistício que pôs fim ao conflito mundial. O novo país incorporou os territórios históricos da Boêmia, Morávia e Eslováquia, a partir de diversas províncias do colapsado Império Austro-Húngaro.

Em razão do desenvolvimento de sua diplomacia cultural baseada no *soft power*, a França teve papel central no processo de independência da Tchecoslováquia, particularmente em função da contribuição dada pelos voluntários tchecoslovacos ao Exército Francês durante a Grande Guerra, inicialmente na Legião Estrangeira e, depois, constituindo a Brigada Tchecoslovaca.

Nessa perspectiva, o presidente francês Raymond Poincaré ratificou a criação de um exército na-



cional Tchecoslovaco em dezembro de 1917, meses antes de a Tchecoslováquia ser fundada como país. A independência da Tchecoslováquia foi confirmada por intermédio do Tratado de Saint-Germain-em-Laye, assinado em 10 de setembro de 1919, também com a contribuição do Estado francês.³⁶

Assim, a Legião Tchecoslovaca precedeu e antecipou a criação da própria Tchecoslováquia, um exército que deu origem à sua Pátria.

BIBLIOGRAFIA

BULLOCK, David. *The Czech Legion 1914–20*. Oxford: Osprey Publishing, 2009.

CLAUSEWITZ, Karl von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

DZIAK, Robert. *The Czechoslovak legions in World War I*. Quantico: USMC Command and Staff College, 2012.

FARREL, Santiago. *Todo lo que nesecitás saber sobre la Primera Guerra Mundial*. Buenos Aires: Paidós, 2013.

FERRO, Marc. *La gran guerra (1914-1918)*. Corrientes: Hyspamerica Ediciones, 1985.

HASLINGER, Peter. Saint-german, Treaty of. *1914-1918 International Encyclopedia of the First World War online*, 6 dez. 2016. Disponível em <https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/saint-german_treaty_of#:~:text=The%20Treaty%20of%20Saint%20Germain,the%20former%20Austro%20Hungarian%20monarchy>. Acesso em 27 ago. 2022.

HUGHES, Stuart. *Contemporary Europe: a History*. Hoboken: Prentice Hall, 1961.

MARÈS, Antoine. Les légions tchécoslovaques, 1914-1919. *Encyclopédie d'histoire Numérique de l'Europe*. Paris: Sorbonne Université, s./d.

MCMILLAN, Margaret. *Paris 1919*. New York: Random House, 2002.

MOUGEL, Nadège. World War I casualties. *Reperes*. Bruxelles: Centre Virtuel de la Connaissance Sur l'Europe, 2011.



NYE, Joseph. *Soft power: the means to success in world politics*. New York: Public Affairs, 2004.

ORZOFF, Andrea. *Battle for the Castle: the myth of Czechoslovakia in Europe, 1914-1948*. New York: Oxford University Press, 2009.

SCHNEIDER, Fernand. *História das doutrinas militares*. São Paulo: DIFEL, 1975.

ZAMORANO, Mariano. Reframing cultural diplomacy: The instrumentalization of culture under the soft power theory. *Culture Unbound*, Linköping, v. 8, p. 166-186, 2016.

¹ Pesquisa desenvolvida durante estágio doutoral na Université Libre de Bruxelles, com fomento do *Programme Erasmus+*, da União Europeia.

² MOUGEL, Nadège. *World War I casualties. Reperes*. Bruxelles: Centre Virtuel de la Connaissance Sur l'Europe, 2011.

³ FERRO, Marc. *La gran guerra (1914-1918)*. Corrientes: Hyspamerica Ediciones, 1985, p. 32-33.

⁴ A ideia de uma guerra total começou a ser gestada ainda no século XIX, pelo teórico prussiano Karl von Clausewitz, em sua clássica obra *Da guerra (Der*

krieg): CLAUSEWITZ, Karl von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1979. Sua principal contribuição para as guerras contemporâneas consistiu na proposta de aniquilação do exército rival por intermédio da batalha e da força. Em sua visão, era imprescindível que a ideia de guerra absoluta fosse retomada. Muitos comandantes militares da Grande Guerra, como o francês Foch e o alemão Moltke, foram fortemente influenciados pela teoria Clausewitziana e, por isso, enfatizaram a importância da destruição completa do adversário. Ver SCHNEIDER, Fernand. *História das doutrinas militares*. São Paulo: DIFEL, 1975.

⁵ O Tratado de Versalhes, firmado em 1919, foi assinado pelas potências europeias encerrando oficialmente a Primeira Guerra Mundial. Após seis meses de negociações, em Paris, o tratado foi assinado como uma continuação do armistício de Novembro de 1918, que tinha posto um fim aos combates. Seu ponto principal determinava que a Alemanha deveria aceitar a responsabilidade por causar a guerra e fazer reparações às nações da Entente.

⁶ Como consequência da Grande Guerra, os derrotados Impérios Alemão, Otomano, Russo e Austro-Húngaro deixaram de existir, dando lugar a novos países.



⁷ Aliança político-militar formada pela França, Reino Unido e Rússia.

⁸ Do tcheco *Československé legie*.

⁹ O termo "Legião", em seu nome, foi originalmente cunhado pelo Comitê Tcheco em Londres, no outono de 1914, mas, de fato, os legionários tenderam a não utilizá-lo, referindo-se a si mesmos como "Irmãos Voluntários". Entretanto, após seu retorno da Europa e da Rússia em 1919-1920, a palavra "Legião" tornou-se uma referência de honra e um elogio, que distinguiu essas forças expedicionárias do novo Exército Tchecoslovaco que se formou. Ver BULLOCK, David. *The Czech Legion 1914–20*. Oxford: Osprey Publishing, 2009.

¹⁰ DZIAK, Robert. *The Czechoslovak legions in World War I*. Quantico: USMC Command and Staff College, 2012.

¹¹ A Grande Morávia foi fundada em 833, quando Mojmír I unificou dois estados vizinhos; o "Principado de Nitra" e o "Principado da Morávia", e durou até o ano de 902. Ver BULLOCK, op.cit.

¹² O Compromisso Austro-Húngaro foi, de fato, a divisão do Império Austríaco em dois. Criado em 1867, o compromisso estabeleceu uma federação com base na Áustria e na Hungria. O Reino da Hungria foi reconhecido, mas os tchecos não aprovaram a nova

composição, pois esperavam que seu próprio reino também fosse reconhecido, o que não ocorreu, dando início a movimentos nacionalistas.

¹³ O movimento *Sokol* ainda persiste na República Tcheca. Com 190 mil integrantes, trata-se da maior organização cívica do país. No passado, foi banido e legado à ilegalidade por nazistas e comunistas.

¹⁴ Miroslav Tyrš (1832-1884) foi um historiador tcheco e organizador de eventos esportivos. Fundou o movimento *Sokol* juntamente com Jindřich Fügner.

¹⁵ *Pravidla Tělocvičné jednoty pražské Sokola* (Regulamentos da Fraternidade de Educação Física do *Sokol* em Praga). Praga: [s./e], 1862.

¹⁶ No idioma tcheco, a expressão *nazdar* corresponde a um cumprimento simples, como "oi", ou "olá".

¹⁷ *Ibid*,

¹⁸ De acordo com o cientista político Joseph Nye, o poder pode ser exercido por duas habilidades: o *hard power* (poder bruto), relacionado à capacidade militar e econômica de coerção, e o *soft power* (poder brando), caracterizado pelo poder cultural e pelos valores institucionais. Para o autor, *soft power* é a habilidade de persuadir por meio da atração e cooptação. Ver NYE, Joseph. *Soft power: the means to*



success in world politics. New York: Public Affairs, 2004.

¹⁹ Na transição dos séculos XIX-XX, o governo francês desenvolveu uma diplomacia cultural no sentido de fortalecer seu poder. Entre as ações governamentais, destaca-se a criação da Aliança Francesa, em 1883, com o propósito de propagar a língua francesa no exterior. Mariano Zamorano estabelece que a diplomacia cultural se refere à troca de ideias, informação, arte e outros aspectos de cultura entre nações e seus povos a fim de promover uma mútua compreensão. Ver ZAMORANO, Mariano. Reframing cultural diplomacy: The instrumentalization of culture under the soft power theory. *Culture Unbound*, Linköping, v. 8, p. 166-186, 2016.

²⁰ Os russos enviaram tropas para a França atendendo ao Acordo Franco-Russo, de 1894, uma das muitas alianças militares pretéritas à guerra.

²¹ Ibid.

²² A *Rovnost* (Igualdade) era uma associação política socialista e literária, fundada por Josef Hybes, deputado do Partido Social-Democrata tcheco na Áustria. Ele disseminou ideias de social democracia associada a sentimentos patrióticos tchecos.

²³ Esta ofensiva conjunta anglo-francesa teve como objetivo desalojar os alemães de suas posições ao longo

da colina dominante de Vimy, que eles haviam conquistado em outubro de 1914 durante a "Corrida para o Mar".

²⁴ BULLOCK, op.cit.

²⁵ Inseridos no processo de independência da Tchecoslováquia, o professor universitário tcheco Tomáš Masaryk teve, entre seus alunos, o eslovaco Milan Stefanik. Este, mais tarde, naturalizou-se francês e atingiu o posto de general da Força Aérea Francesa. Ver MCMILLAN, Margaret. *Paris 1919*. New York: Random House, 2002.

²⁶ MCMILLAN, op.cit.

²⁷ Ibid.

²⁸ BULLOCK, op.cit.

²⁹ MARÈS, Antoine. Les légions tchécoslovaques, 1914-1919. *Encyclopédie d'histoire Numérique de l'Europe*. Paris: Sorbonne Université, s./d.

³⁰ DZIAK, op.cit.

³¹ Cf. DZIAK, op.cit., este evento ainda é comemorado de forma simbólica como o aniversário do Exército Tcheco.

³² ORZOFF, Andrea. *Battle for the Castle: the myth of Czechoslovakia in Europe, 1914-1948*. New York: Oxford University Press, 2009.

³³ DZIAK, op.cit.

³⁴ BULLOCK, op.cit.



³⁵ HUGHES, Stuart. *Contemporary Europe: a History*. Hoboken: Prentice Hall, 1961.

³⁶ HASLINGER, Peter. Saint-german, Treaty of. *1914-1918 International Encyclopedia of the First World War online*, 6 dez. 2016. Disponível em <https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/saint-german_treaty_of#:~:text=The%20Treaty%20of%20Saint%2DGermain,the%20for-mer%20Austro%2DHungarian%20monarchy>. Acesso em 27 ago. 2022.

A história militar de Belém por meio dos prédios militares históricos: da Colônia à República Velha

Roberto de Castro ^a

Resumo: O artigo integra a arquitetura e a história do Brasil, com ênfase no campo militar, tendo como palco principal a cidade de Belém pela gama de construções que conectam o período colonial à República Velha. O trabalho tem sua relevância para como proposta de roteiro educacional para apresentar os prédios históricos em Belém. A pesquisa histórica foi realizada pela análise qualitativa de fontes históricas de cunho documental encontradas em espaços de memória (museus, prédios históricos, blogs), arquivos históricos, fontes primárias e secundárias (bibliográficas e digitais). Essa metodologia é voltada para a pesquisa histórica por meio da pesquisa qualitativa, a fim de exaltar a tradição e história militar da Amazônia Oriental. A jornada inicia pelo Forte do Presépio, o Hospital Real (Casa das Onze Janelas) e o Arsenal (4º Distrito Naval), que remontam ao período Colonial, seguindo para o Monumento General Gurjão, obra do período Imperial, e, por fim, segue o Palacete Guilherme Paiva, residência oficial do Comandante Militar do Norte e Quartel General de Belém, ambos construídos na República Velha durante o período áureo da borracha.

Palavras-chave: História do Brasil. Arquitetura. Prédios históricos.

INTRODUÇÃO

A história pode ser transmitida de várias formas, por meios materiais e imateriais, onde prédios históricos permitem conhecer a

história por meio da arquitetura. O processo de apresentação desses prédios está intimamente ligado com o turismo militar, neste caso da cidade de Belém transitando do período colonial à República Ve-

a Major de Artilharia, mestre em desenvolvimento rural. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



lha.

Desta forma, constata-se, que os museus militares e outros recursos patrimoniais, eventos e ações de animação associados à temática de locais históricos, têm determinado que o turismo é um dos meios que a sociedade em geral possui para redescobrir conflitos militares resolvidos, relacionando com a história, o que permite reviver o passado¹.

Este trabalho tem sua importância para a divulgação dos locais históricos, das potencialidades turísticas e de ensino da história militar, além de sensibilizar a sociedade civil da importância da preservação da memória e dos locais históricos.

Tal preocupação é tema recorrente na centenária capital da Amazônia, para Flávio Lassar, a preocupação com o estado de desuso e abandono do patrimônio histórico em Belém é fruto de uma cidade decadente, que perdeu seu papel de protagonismo regional e nacional, como teve no período colonial, imperial até o início da primeira República com a riqueza

da borracha². Reforça assim, a necessidade de esforços públicos e privados para a preservação e divulgação desse patrimônio material cultural.

A seguir, serão apresentados locais históricos da cidade de Belém, primeiramente o Forte do Presépio e o Hospital Real (Casa das Onze Janelas), do período Colonial; seguindo para o Monumento General Gurjão obra do período Imperial; o Palacete Guilherme Paiva, residência oficial do Comandante Militar do Norte e o Quartel-General de Belém, ambos construídos na República Velha, encerrando uma proposta de roteiro turístico com importância para a história militar da Amazônia Oriental.

A apresentação dos locais históricos foi proposta para manter uma sequência cronológica, iniciada no período colonial e encerrando mais próximo da atualidade, já no período do início da república.

Os prédios militares históricos fazem parte do conjunto urbano tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



(IPHAN) que compreende os bairros da Cidade Velha e Campina, na cidade de Belém-PA. O tombamento teve início em 1982, sob o número do processo 1.071, e foi concluído em agosto de 2012.

O FORTE DO PRESÉPIO (1616)

O Forte do Presépio, denominação atualmente, foi conhecido já foi conhecido por diversos nomes, tais como: Forte do Castelo do Senhor Santo Cristo, Forte do Presépio de Belém, Forte do Senhor Santo Cristo e Forte do Castelo.

A Fortaleza está situada na confluência do Rio Guamá com a Baía de Guajará. A região coincide com a entrada do porto e do canal que circunda a Ilha das Onças, na cidade de Belém do Pará.

Com a fundação de uma feitoria pelos franceses Charles de Vaux e Jacques Riffaut, em 1594,

Fig. 1 – Planta Geral da Cidade de Belém Do Pará. É um original manuscrito de meados do Século XVII (por volta de 1640), Arquivo Real de Haia, Países Baixos.



Fonte: FERREIRA, 2006.

na Ilha de São Luís, o Rei de Portugal e Espanha, Filipe II, ordenou aos portugueses a expansão militar nas matas do Maranhão (como era conhecida a região amazônica na época), ao longo do Rio Amazonas, culminando na fundação da cidade de Belém em 1616³.

No dia 12 de janeiro de 1616, o capitão-mor Francisco Caldeira Castelo Branco juntamente com uma expedição de 200 homens, a bordo de três embarcações sob sua liderança, partiram de São Luís-MA no dia 25 de dezembro de



1615, e desembarcaram em terras Tupinambás, onde ergueram uma fortificação denominada Forte do Presépio, a qual foi batizada de “Feliz Luzitânia”⁴.

Ajudados pelos Tupinambás, levantaram uma dupla linha de paliçada, repleta de areia, formando um parapeito ao lado do mar, onde montaram dez peças de artilharia das que trouxeram da frota. Essa descrição acha-se em frei Agostinho de Santa Maria Jaboação, Manuel Aires do Casal, Constâncio Abreu Lima, James Anderson, David Warden, Manoel Barata, entre outros. Mais tarde, em 1617, os Tupinambás, liderados por um índio chamado pelos portugueses de “Cabelo de Velha”, reuniram-se para lutar contra os portugueses.

A localidade alta, de quatro a cinco braças acima do nível comum das terras, adaptava-se aos dispositivos de defesa militar. O dispositivo do

Forte do Presépio tinha duas faces escarpadas para o rio. Esse era ligado ao continente apenas por uma estreita faixa de terra; o isolamento facilitava sua defesa. O forte erguido era de paliçada, em quadrilátero, feito de taipa de pilão na margem do rio. Cestões guarneciam a da terra. Peças de artilharia apontavam para as posições de possíveis inimigos⁵.

Portugal e Espanha realizaram assentamentos à foz do Rio Amazonas e se preparavam para comba-

Fig. 2 – Planta da Cidade de Belém, fortificada pelo método mais simples.



Fonte: Sgt Mor Eng Gaspar João Geraldo de Gronfeld, s/d (AHEx).



ter ingleses e holandeses, então senhores do vantajoso comércio na calha do Rio Amazonas. Historicamente, o Forte do Presépio foi o local de partida de forças civis,

materiais precários, predominantemente, de taipa e taipa de pilão. Entre o rio e o igarapé, cercada por grandes regiões de florestas e recursos hídricos, a cidade Belém era

Fig. 3 – Vista Aérea do Forte do Presépio, Belém, Pará.



Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2018.

militares e eclesiásticas, que se lançaram na construção da Amazônia do século XVII.

As primeiras ruas e saídas foram construídas no século XVII, legando o Forte, a Igreja de Nossa Senhora da Graça ao vilarejo. Naquele período, observaram-se as primeiras edificações, feitas com

um núcleo colonial de pouca expressão.

O Forte sofreu reformas em 1759 e em 1773. A partir de 1759, uma parte de suas instalações foi adaptada para a construção do hospital. Em seguida, o então Governador Fernando da Costa de Ataíde Teive o transformou em



Hospital Militar, local que é conhecido atualmente como a “Casa das Onze Janelas”.

Reformado e rearmado a partir de 1850, durante o governo de Jerônimo Francisco Coelho, Presidente da Província do Grão Pará, o Forte do Presépio recebeu limpeza geral interna. Posteriormente, ganhou novos aposentos para tropa, a Casa do Comandante, a ponte sobre o fosso, um portão e muralha de cantaria na face defronte ao Rio Guamá.

Em 1907, o Governo Federal autorizou a companhia *Port of Pará* a instalar-se no Forte, e a promover as mudanças que lhe fossem convenientes, desde que se comprometesse a devolvê-lo com as muralhas reconstruídas e realizasse reformas na Fortaleza. Em 1920, passou a ser administrado pelo Exército Brasileiro⁶.

As dependências do forte foram utilizadas para diversas finalidades, tais como depósito de armamentos e munições. Durante a Segunda Guerra Mundial, serviu de quartel para uma Bateria de Artilharia. Na década de 1950, as suas

dependências eram usadas para a execução de diversos serviços da 8ª Região Militar⁷.

O Forte do Presépio foi tombado em 1962, pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Na década de 1980, seu estágio de deterioração era avançado, havendo necessidade de garantir a integridade do conjunto arquitetônico através de obras emergenciais. Então, a partir de 1983, o Exército Brasileiro, com recursos da Fundação Pró-Memória, o IPHAN, realizou obras de conservação e restauração.

HOSPITAL REAL MILITAR - PALACETE DAS ONZE JANELAS

O Palacete das Onze Janelas foi construído em meados do século XVII como residência para o senhor do engenho de açúcar, Domingos da Costa Bacelar, e funcionava como sua propriedade de final de semana, já que nos outros dias ficava no interior onde estavam localizados seus engenhos. Em

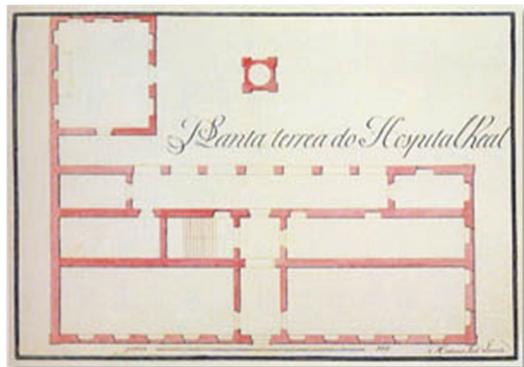


1768, o edifício foi vendido para o governador do Grão-Pará, Fernando da Costa Ataíde Teive⁸. O hospital militar funcionou no local até 1870, quando o prédio começou a ser usado para outras atividades militares, abrigando o Corpo da Guarda e a Subsistência do Exército até o final do século XX⁹.

A disputa territorial da segunda metade do século XVIII expressa tanto na execução dos tratados de demarcação de limites quanto nas tensões revolucionárias nacionais e internacionais, que intensificou a instalação de tropas no Grão Pará. Nesse sentido, tornou-se necessário o estabelecimento de hospitais militares como medida preventiva à saúde dos soldados. As práticas da medicina política, visando à conservação da saúde da população como força de trabalho e como vassalos do rei, encontraram maior expressão na prevenção à saúde dos militares¹⁰.

A construção do Hospital Real Militar destacou-se no processo de institucionalização da medicina e implementação de iniciativas para substituir as práticas tradicionais por uma medicina “cultu”¹¹. O hospital foi estabelecido com o objetivo de atender à demanda médica dos militares. O edifício foi reformado e adaptado com projeto do arquiteto régio, Antônio José Landi. A posição do edifício na cidade, ao lado do Forte, do Colégio dos Jesuítas e da Catedral da Sé, representa a centralidade defensiva do território, expressando o poder político da medicina e da

Fig. 4 – Planta da reforma do Hospital Real Militar.



Fonte: Sgt CODINA, 1971.



cura dos súditos por meio da disciplina, da ordenação territorial e do controle humano. Antes da construção desse hospital, os doentes militares eram atendidos em uma enfermaria do Forte, que se tornou insuficiente para o atendimento de todos, tendo em vista o aumento do efetivo, sendo, em muitas ocasiões, necessário acomodar os pacientes nos armazéns do Colégio dos Jesuítas. Além disso, as recorrentes epidemias na cidade, dentre as quais a de 1749, demandaram a construção de novos dispositivos para a cura dos doentes¹².

As reformas hospitalares permitiram segmentar por especialização, com a criação de um setor cirúrgico e a nomeação do físico-mor e do cirurgião-mor do Reino, a criação de um sistema de registro de tudo que acontecia nas instituições, desde a chegada do paciente, com o preenchimento de prontuários médicos até sua saída. O efetivo, em 1784, era de 33 pessoas no hospital, dentre as quais estavam um médico, um cirurgião com seis ajudantes, um boticário, um sangrador, dois enfermeiros, um in-

tendente dos armazéns, um almoxarife, um escrivão, um capelão, um cozinheiro com seu ajudante e 12 serventes¹³.

O ARSENAL DE MARINHA DO PARÁ

O Arsenal de Marinha do Pará tem sua origem na antiga Casa das Canoas, conjunto de oficinas que foi edificada em 1729, em frente ao Palácio do Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará, destinadas a construção e reparos das canoas de guerra. Em 1761 as oficinas foram transferidas para o Convento S. Boaventura, onde passaram a se chamar Arsenal de Marinha do Pará, local que ocupa até hoje, possível ver na figura 7, situado na Rua do Arsenal. Essa transferência fez com que suas atribuições ficassem mais amplas, entre elas a construção de navios de guerra de maior porte para operarem em mar aberto. No seu período áureo, o Arsenal de Marinha do Pará construiu uma nau armada com 74 canhões, 5



Fig. 5 – O Arsenal de Marinha do Pará.



Fonte: IBGE, 2022.

fragatas de 44 canhões, 4 charruas e 12 calupas artilheiras¹⁴. Entre as fragatas, se destaca a *Imperatriz*, que serviu no Rio da Prata, onde repeliu vitoriosamente a abordagem de 11 navios inimigos. Daí em diante, o Arsenal limitou-se apenas a fazer reparos nos navios de guerra, os quais, posteriormente, vieram a constituir a Flotilha do Amazonas. As oficinas do Arsenal da Marinha do Pará foram transferidas para a Base Naval de Val-de-Cães em 1949. Atualmente o edifício onde o Arsenal estava localizado abriga o Comando do 4º Distrito

Naval da Marinha, criado em 1933¹⁵.

O HERÓI DO PERÍODO IMPERIAL

Em 2 de setembro de 1870, a lei imperial nº 615 autorizou o governo provincial a erguer o monumento ao brigadeiro Hilário Maximiano Antunes

Gurjão, primeiro oficial paraense a atingir o generalato, esta estátua localizada no Centro Comercial de Belém, na Praça Dom Pedro II.

Nos combates da Guerra do Paraguai, destacou-se o militar paraense Hilário Maximiano Antunes Gurjão, o qual foi ferido no combate da Ponte de Itororó, tendo falecido no dia 10 de janeiro de 1869, em Humaitá. Gurjão teve sua bravura elogiada pelo Marquês de Caxias, que comandava o Exército na conquista da ponte.

O brigadeiro Hilário Maximiano Antunes Gurjão, já vantajosamente conhecido e



respeitado no Exército, por seu amor à disciplina, inteligência superior, bravura e intrepidez, de que tantas são tão brilhantes provas dera nas difíceis e arriscadas comissões de que foi encarregado no Chaco, selou as listas do seu nome pela intrepidez e calma com que se portou no combate de 6 de

1820 e foi incorporado ao Exército como praça em 1º de maio de 1836, quando combateu na Cabanagem, terminando como primeiro-tenente em 2 de julho de 1840, com antiguidade de 2 de dezembro de 1839, sendo designado para estudar no Rio de Janeiro após o conflito. Diplomou-se em Matemática,

Fig. 6 – Monumento ao Brigadeiro Gurjão.



Fonte: Monumentos de Belém.

dezembro de 1868 e pelo honroso ferimento que nele recebeu, como se publicou em ordem do dia 14 de janeiro de 1869¹⁶

O brigadeiro Gurjão nasceu em Belém, no dia 4 de maio de

em Matemática, Artilharia e Fortificações em 1845. Serviu nos 1º e 3º Batalhões de Artilharia. Exerceu o cargo de comandante do contingente do Amazonas. Na Guerra do Paraguai, comandou a Brigada de Artilharia, participou do bombardeio de Itapiru, da Batalha do Passo da Pátria, da Campanha do Chaco e da Batalha do Sauce, nas cercanias de Humaitá, destacando-se quando comandava a 4ª Divisão de Infantaria na conquista da Ponte do rio Itororó¹⁷.

A matéria ressalta que, “no dia 7 de dezembro de 1868, o general



Gurjão, verificando a hesitação da tropa, tomou a dianteira e bradou: “Vejam como morre um general brasileiro!”. Os soldados, motivados pelo corajoso general, que foi gravemente ferido, avançaram e conquistaram a ponte.” Gurjão foi o primeiro paraense a chegar ao posto de oficial-general. A Artilharia Divisionária da 3ª Divisão de Exército (AD/3), localizada em Cruz Alta-RS é conhecida pelo nome histórico de Artilharia Divisionária Brigadeiro Gurjão. Também a Base de Administração e Apoio do Comando Militar do Norte tem no general Gurjão seu patrono.

Hoje, a arquitetura urbana de Belém abriga um monumento em homenagem ao general Gurjão. De acordo com o site “monumentos de Belém”, a estátua foi inaugurada por ocasião dos festejos à Adesão do Pará a Independência, em 15 de agosto de 1882. Conforme este estudo desenvolvido pela Universidade Federal do Pará, o monumento “é uma homenagem aos paraenses que colaboraram

para a vitória da Tríplice Aliança na Guerra contra o Paraguai, em especial, o general Hilário Maximiano Antunes Gurjão”.

PALACETE GUILHERME PAIVA RESIDÊNCIA DO COMANDANTE MILITAR DO NORTE

O imóvel foi adquirido por compra do doutor Pedro Chermont Raiol pelo engenheiro civil Guilherme Paiva em 1925¹⁸. A iniciativa da aquisição do imóvel partiu do então Ministro da Guerra, o marechal Eurico Gaspar Dutra, que, ao receber a proposta de venda do proprietário e em virtude da falta de residência para oficial-general no âmbito da 8ª Região Militar, considerou a proposta vantajosa. O Ministro da Guerra fez a proposição para a aquisição do imóvel em Exposição de Motivos datada em 15 de setembro de 1937, ao então presidente da República, Getúlio Vargas. No dia 13 de dezembro de 1937, por meio do

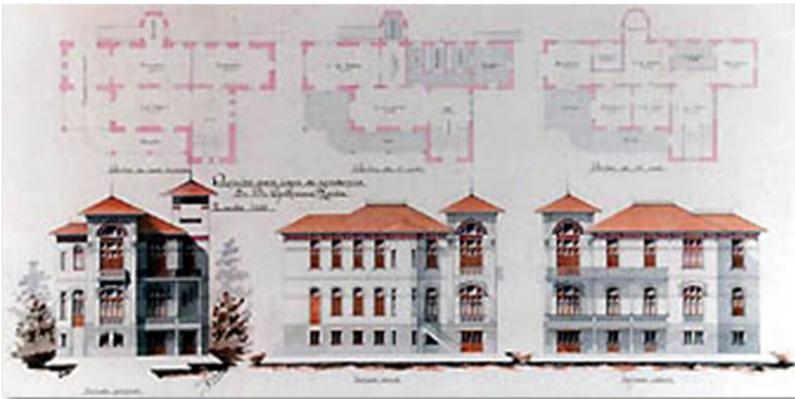


Decreto Lei nº 61, foi autorizada a aquisição do imóvel e abertura de crédito especial para esse fim. Não houve relatório de escolha de imóvel, existindo apenas uma referência ao seu estado, à conveniência da aquisição e ao valor do imóvel, resultante de exame pessoal procedido pelo general Basílio Barbosa,

considerada também por essa autoridade como vantajosa.¹⁹

Em 21 maio 1938, a aquisição do imóvel foi efetivada e procedida a lavratura da escritura de transmissão, sendo na mesma data efetuado o pagamento de 170:000\$000 (cento e setenta contos de réis) para pagamento do

Fig. 7 – Palacete Guilherme Paiva – Desenho de José Sidrim.



Fonte: MATTOS, 2017.

então Comandante da 8ª RM, em 31 de julho de 1937, conforme Ofício nº 97/S-E, dirigido ao Ministro da Guerra que, ouvindo o Diretor de Engenharia, obteve o mesmo parecer favorável à aquisi-

imóvel propriamente dito e 30:000\$000 (trinta contos de réis) para pagamento dos móveis e utensílios nele contidos, pagamentos esses ocorridos por conta do crédito especial do Dec. Lei nº 61, de 13



dez 37 (DO nº 290, de 21 dez 37, p. 25.200).

A compra do imóvel foi procedida pela União, por intermédio do então Ministério da Guerra, representado no ato pelo Chefe do Serviço de Engenharia da 8ª RM, major Olympio Ferraz de Carvalho, devidamente autorizado pelo Ministro da Guerra.

O palacete foi encomendado por Guilherme Paiva, gerente da companhia Portof Pará, para ser um *villino* italiano. A construção projetada por José Sidrim tem como inspiração a *Vila Leoncini* de Valle Provino, em Udine na Itália. A imponente residência de telhado baixo, construída em 1924, está localizada no centro do lote, de onde é possível contemplar seus jardins, característica do Romantismo.²⁰

Os elementos mais marcantes da construção são o *hall* que permite o acesso aos cômodos de serviço sem a necessidade

de um longo corredor, o mirante ou *belvedere* e as escadarias, características marcantes das obras de Sidrim. Na figura, à esquerda, se encontra a escadaria principal com seu acesso ao segundo pavimento; ao centro, a escadaria é vista de cima pelo acesso ao *belvedere*; e, à direita, a escadaria em caracol que permite acessar o mirante da casa. Por meio das fotografias, é possível ver os detalhes na confecção dos assoalhos, que são diferentes a cada pavimento.

Fig. 8 – Vitrais de Joana d’Arc (à esquerda) e Santa Helena (à direita).



Fonte: MATTOS, 2017.



Os vitrais ingleses se destacam na composição, com riquíssimos detalhes coloridos e representações sacras das santas Joana d'Arc e Helena, escolhidas pela devoção de Guilherme Paiva.

O imóvel está situado na Travessa Dr. Moraes, nº 32, entre Av Nazaré e Av. Gov José Malcher, bairro de Nazaré. Possui palacete com três pavimentos, destinada à residência do Comandante Militar do Norte, com uma área de 314 m², numa área total de 3.845,52 m².

O QUARTEL-GENERAL DE BELÉM

O Exército Brasileiro relatou ao Ministério da Guerra, em 1910, o parecer de visita técnica patrimonial à guarnição de Belém (1909) com o seguinte parecer.

[...] existe, em Belém, um edifício velho e em ruínas, antigo aquartelamento do 4º Batalhão de Artilharia, em terreno bem situado e de dimensão regular onde podem ser construídos o quartel-general de Inspeção, ca-

sas para residência dos oficiais de seu estado-maior e o quartel para o 5º Batalhão de Artilharia e mais uma casa igualmente velha e arruinada no lugar. S. João, cujo terreno é bem localizado, pôde ser construído o edifício para enfermaria militar da guarnição²¹.

O texto histórico aponta os motivos para a demolição do Quartel dos Soldados, obra do arquiteto italiano Antônio Landi, erguida no século XVIII (instalações do 4º Batalhão de Artilharia), que estava em ruínas, o que acarretou na decisão de construir o Quartel-General na guarnição de Belém para instalar a 2ª Região de Inspeção Permanente. No terreno militar, em frente à Praça Saldanha Marinho (atual Praça da Bandeira), entre as travessas de Muçajá (atual São Pedro) e São Francisco, foi construído o Quartel-General, no período de 16 de agosto de 1910 a 1912.

Os detalhes da construção do Quartel-General em Belém foram publicados em 1914, por meio de minucioso relatório, informando sobre o custo de 200 contos de réis e as imposições arquitetônicas para



manter o padrão da Belém, influenciada pela *Belle Époque*

No relatório do inspetor da região, há informações minuciosas sobre o conhecimento exato do estado desse serviço e para o que deve ser feito no futuro. Com relação a obras militares, trata o inspetor do andamento das do Quartel-General desde o início, em 1910, da demonstração de que o orçamento respectivo foi excedido apenas de 956S, apesar da grande modificação que sofreu o pé direito daquele edifício, ficando mais elevado para atender as normas municipais, havendo ainda serviços que não tinham sido contemplados no orçamento como a instalação de luz elétrica e grade. Relativamente ao estado financeiro, necessita de cerca de 200:000\$ para pagamento de obras executadas no corrente exercício²².

O edifício em estilo Neoclássico com traços leves do Barroco e elementos do *Art Nouveau*, solenemente inaugurado às 11h do dia 4 de agosto de 1913, pelo Chanceler

Lauro Muller, Ministro das Relações Exteriores, é o imponente prédio que hoje abriga o Comando Militar do Norte (CMN). Sendo que, nesta data, foi instalada no Quartel General a 2ª Região de Inspeção Permanente, transferida do prédio do extinto 47º Batalhão de Caçadores (34º BC), instalação que ocupava provisoriamente na Avenida São Jerônimo, esquina com a Rua Dom Romualdo de Seixas, no bairro de Nazaré.

Comandava a 2ª Região de Inspeção Permanente, em 4 de agosto de 1913, o coronel Carlos Jorge Calheiros de Lima, sendo engenheiro construtor do Quartel-General o coronel Manuel Luiz de Melo Nunes tendo como auxiliar o primeiro-tenente Engenheiro Graciliano Negreiros.

O Quartel General de Belém foi instalado em 27 de março de 1909 e ocupava, provisoriamente, o prédio do extinto 34º Batalhão de Caçadores na Avenida São Jerônimo, esquina com a Rua Dom Romualdo de Seixas, no bairro Nazaré. Em 1910, ocupou prédio na Avenida da Independência nº 18 ao



custo de 700 réis mensais²³. Foi transferido no dia 4 de agosto de 1913 para as instalações do atual prédio histórico. Em 10 de setembro de 1997, recebeu a denomina-

Militar foi transferida para as instalações à retaguarda.

O prédio histórico do Comando Militar do Norte ocupa uma área de 872,50 m², possui três andares construídos em alvenaria em estilo neoclássico, com leves traços barrocos. Ao todo, são sessenta e quatro dependências, piso esquadrado em madeira, cobertura em telha tipo colonial, tubulações de água fria em ferro fundido.

A fachada do edifício apresenta uma profusão de elementos ornamentais dos quais podemos destacar o frontão, a porta principal e janelas. O frontão da edificação em relevo apresenta ao centro a figura de um anjo sobre o Brasão Nacional, ladeada por figuras de lanças, flamulas e tambores e mais afastados, dois canhões cruzados sob três balas de canhões. Abaixo do frontão, há a inscrição em relevo “Quartel-General” ladeada de pilastras sobre as quais há mascarões (carrancas). Logo abaixo dessa inscrição, há uma sequência de

Fig. 9 – Fachada do Quartel General.



Fonte: Arquivo CMN.

ção histórica de Região Forte do Presépio. Posteriormente, em 11 de julho de 2013, com a implantação do Comando Militar do Norte, passou a sediar o mais novo Comando Militar de Área nesse prédio histórico, enquanto a 8ª Região



mísulas que marca toda a extensão da fachada.

As extensões da fachada do edifício, à direita e à esquerda, apresentam uma exuberância de elementos ornamentais em relevo como canhões, balas de canhões, ferramentas de construção tipo pá e machados, além dos detalhes tipo muralha que remontam a arquitetura neomedieval. A imponente porta principal em arco pleno tem ao centro, na parte superior, a data de finalização da construção do prédio, 1912, ladeada de colunas em estilo grego coríntias.

As janelas do piso superior têm verga em arco pleno e as do piso inferior retas e alternam balaustradas ou gradis em ferro fundido. Os capitéis das pilastras apresentam volutas, cabeças femininas e elementos vegetais e pendentes que se repetem diversas vezes ao longo da fachada.

O Quartel-General possui uma característica singular como a pintura de fingidos pontilíneos, um tipo de pintura que imita materiais mais nobres, utilizada em fachadas e interiores. Essa técnica foi utili-

zada na decoração do Quartel-General, conforme prospecção do IPHAN, sendo encontrados duas tonalidades de cinza imitando granito²⁴. O QG possuiu três pinturas principais sendo: cinza granito, branco e detalhes em bege e, a atual, verde e branco.

As denominações do Quartel General de Belém

O Quartel-General, na cidade de Belém, passou a abrigar a 2ª Região de Inspeção Permanente²⁵ em 27 de março de 1909 até 1915, com a edificação em obras até 1912, ano de inauguração. O referido quartel foi transformado na 1ª Região Militar²⁶ em 23 de fevereiro de 1915 até 1919. A denominação de Quartel-General foi alterada para 7ª Região Militar em 11 de dezembro de 1919, permanecendo até 1923. A partir de 22 de janeiro de 1923, assumiu a denominação de 8ª Região Militar²⁷. O QG passou a ser sede do Comando Militar da Amazônia²⁸, de 1956 a 1969, por mudança de sede para Manaus-AM. Tornou-se a 8ª Região Militar novamente de 1º de julho de 1969²⁹



a 1992. Este comando foi convertido a Comando Militar do Norte e 8ª Região Militar³⁰ em 8 de julho de 1992 até 1995. Tornou-se a 8ª Região Militar³¹ em 03 de abril de 1995 até 2004. Foi a 8ª Região Militar e 8ª Divisão de Exército³² em 1º de abril de 2004 até 2013. Atualmente, o Quartel-General é a sede do Comando Militar do Norte, implantado em 26 de junho de 2013³³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A breve pesquisa permite integrar diversos ambientes da região metropolitana de Belém, para incentivar a prática da educação construtiva, aliando conhecimentos de história e de arquitetura, redescobrando a importância da participação militar para a formação, consolidação e defesa do território nacional.

A divulgação institucional do patrimônio arquitetônico militar de Belém permite conhecer a história por meio de uma holística diferente do ambiente escolar, interagindo os

diversos sentidos do discente para o aprendizado. Uma experiência única para valorizar a cultura, integrando sociedade à memória da formação amazônica, unindo elementos simbólicos para que o futuro cidadão se conscientize da importância da preservação historiográfica.

BIBLIOGRAFIA

CODINA, Joaquim José. Fronteira do Hospital Real Militar, 1784. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica*. Iconografia, v.1: antropologia e geografia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura. p.22. 1971.

COELHO, J. P.; FIGUEIRA, L. M.; COSTA, C. O turismo militar e a ativação turística do patrimônio: conceitos, perspectivas e tendências. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, n. 21/22, p. 113-120, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.34624/rtd.v1i21/22.11089>>. Acesso em: 30 nov. 21.

BRASIL. *Decreto nº 11.497 e 11.499*, de 23 de fevereiro de 1915.



BRASIL. *Decreto nº 13.651*, de 18 de junho de 1919.

BRASIL. *Decreto nº 15.934*, de 22 de janeiro de 1923.

BRASIL. *Decreto nº 40.179*, de 27 de outubro de 1956.

BRASIL. *Decreto nº 34.366*, de 17 de abril de 1969.

BRASIL. *Decreto Presidencial 598* de 8 de julho de 1992.

BRASIL. *Decreto nº 4.964*, de 28 de janeiro de 2004.

BRASIL. *Decreto nº 8.053*, de 11 de Julho de 2013.

FARIA, Maria Beatriz Manesch. *Arquitetura residencial eclética em Belém (1870-1912): um estudo da gramática das fachadas*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, Belém. 2013.

FERREIRA, Arnaldo Manuel de Medeiros. Fortificações portuguesas na cartografia manuscrita do Brasil. In: *simpósio luso-brasileiro de cartografia histórica*. Rio de Janeiro, 2016.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. v. 2. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2011.

MATTOS, Ana Léa Nassar. *José Sidrim (1881-1969): um capítulo da biografia de Belém*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Pará, Belém. 2017.

FROTA, Guilherme de Andrea. *Quinhentos anos de história do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2000.

GUERRA DA COSTA, Graciete. *Fortes portugueses na Amazônia Brasileira*. Pós Doutorado em relações internacionais. Brasília: UNB, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Arsenal de Marinha*. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=42526&view=detalhes>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Belém*. Disponível em: <ipatrimonio.org>. Acesso em 01 ago. 2019.

LORENZI, Mariana. Palacete, Hospital Real, Subsistência do Exército, Museu Casa das Onze Janelas, Belém, Pará.



Periódico Permanente, v. 4, n. 7, 2016.

MARINHA DO BRASIL. *Base Naval de Val de Cães*. Disponível em:

<<https://www.marinha.mil.br/bnvc/node/4>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

O LIBERAL. *Uma das mais bonitas de Belém, Igreja das Mercês sofre com abandono*. Disponível em:

<<https://www.oliberal.com/belem/uma-das-mais-bonitas-de-belem-igreja-das-merces-sofre-com-abandono-1.213191>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

PATACA, Ermelinda Moutinho. Entre a engenharia militar e a arquitetura médica: representações de Alexandre Rodrigues Ferreira sobre a cidade de Belém no final do século XVIII. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.25, n.1, jan.-mar. 2018.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec. 1997.

¹ COELHO, J. P.; FIGUEIRA, L. M.; COSTA, C. O turismo militar e a ativação turística do patrimônio: conceitos, perspectivas e tendências. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, n. 21/22, p. 113-120, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.34624/rtd.v1i21/22.11089>>. Acesso em: 30 nov. 21.

² O LIBERAL. *Uma das mais bonitas de Belém, Igreja das Mercês sofre com abandono*. 2019. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/belem/uma-das-mais-bonitas-de-belem-igreja-das-merces-sofre-com-abandono-1.213191>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

³ FROTA, Guilherme de Andrea. *Quinhentos anos de história do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2000.

⁴ GUERRA DA COSTA, Graciete. *Fortes portugueses na Amazônia Brasileira*. Pós Doutorado em relações internacionais. Brasília: UNB, 2015.

⁵ Ibid.

⁶ Ibid.

⁷ Ibid.

⁸ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Belém*. Disponível em: <ipatrimonio.org>. Acesso em 01 ago. 2019.

⁹ LORENZI, Mariana. Palacete, Hospital Real, Subsistência do Exército, Museu Casa



das Onze Janelas, Belém, Pará. *Periódico Permanente*, v. 4, n. 7, 2016.

¹⁰ PATACA, Ermelinda Moutinho. Entre a engenharia militar e a arquitetura médica: representações de Alexandre Rodrigues Ferreira sobre a cidade de Belém no final do século XVIII. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.25, n.1, jan.-mar. 2018.

¹¹ RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec. 1997.

¹² PATACA, op.cit.

¹³ Ibid.

¹⁴ A princípio o termo deve se referir a chalupas em vez de calupas como obtido nas fontes oficiais. A chalupa é uma embarcação de pequeno porte a remo ou a vela, parecida com botes, no caso armada com artilharia (nota do autor).

¹⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Arsenal de Marinha*. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=42526&view=detalhes>>. Acesso em: 22 jan. 2022; e MARINHA DO BRASIL. *Base Naval de Val de Cães*. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/bnvc/node/4>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

¹⁶ FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. v. 2. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2011, p. 327.

¹⁷ FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. v. 2. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2011.

¹⁸ Conforme escritura de 20 de fevereiro de 1925, lavrada às folhas 73-verso, do livro nº 254, do 1º Ofício de Notas, transcrita no Registro de Imóveis da Comarca, em 28 de fevereiro de 1925.

¹⁹ Of nº1218 G/DirEng, de 4 ago 1937.

²⁰ MATTOS, Ana Léa Nassar. *José Sidrim (1881-1969): um capítulo da biografia de Belém*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Pará, Belém. 2017.

²¹ Relatório do Ministério da Guerra de 1910, p. 47-48.

²² Relatório do Ministério da Guerra de 1914, p. 58.

²³ Relatório do Ministério da Guerra de 1910. p. 47.

²⁴ FARIA, Maria Beatriz Maneschy. *Arquitetura residencial eclética em Belém (1870-1912): um estudo da gramática das fachadas*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, Belém. 2013.



²⁵ BRASIL. *Lei 1860*, de 4 de janeiro de 1908.

²⁶ BRASIL. *Decreto 11.497*.

²⁷ BRASIL. *Decreto 15.934*.

²⁸ BRASIL. *Decreto 40.179* de 27 de outubro de 1956 cria o Comando Militar da Amazônia.

²⁹ Cf. Boletim Especial nº 11.

³⁰ BRASIL. *Decreto 598*.

³¹ BRASIL. *Decreto 1.431*.

³² BRASIL. *Decreto 4.964*.

³³ BRASIL. *Decreto 8.053*.

A permanência da Força Expedicionária Brasileira como tropa de ocupação na Áustria: mito ou verdade ?

André Luís Woloszyn ^a

Resumo: O presente artigo se debruça sobre a tese apresentada pelo historiador militar Frank McCann, acerca de um suposto convite feito pelo general Mark Clark, ao Comandante da Força Expedicionária Brasileira (FEB), general Mascarenhas de Moraes, para que esta permanecesse como tropa de ocupação na Europa, deslocada para a Áustria, zona onde o V Exército dos EUA deveria atuar. Análise as possíveis implicações caso o Brasil tivesse aceitado o convite, inclusive, a possibilidade de ter facilitado seu acesso a uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, como defende a tese original de McCann.

Palavras-chave: Força Expedicionária Brasileira; tropa de ocupação; Áustria.

INTRODUÇÃO

Um tema tratado nos bastidores e até recentemente desconhecido do grande público acerca da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e sua participação na Segunda Guerra Mundial reside no fato de a FEB ter sido convidada para fazer parte, como tropa de ocupação, na Áustria no pós-guerra. O episódio, objeto desta

pesquisa, teria ocorrido nos meses finais do conflito, em 1945, momento em que as forças brasileiras começavam a acumular vitórias no teatro de operações da Itália.

Trata-se da tese defendida por historiadores norte-americanos e britânicos da existência de um convite, feito pelo general Mark Clark, comandante do V Exército dos EUA, unidade à qual a FEB estava subordinada, para que esta

^a Tenente-coronel PM da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, mestre em Direito. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



permanecesse na Europa, deslocada para a Áustria, permanecendo junto ao V Exército como tropa de ocupação.

Segundo apontam as raras fontes disponíveis, o convite não foi aceito pelo então presidente Getúlio Vargas ao considerar que os acordos de Cooperação Militar de Defesa Mútua, Brasil-Estados Unidos, assinado em 24 de julho de 1941, e de criação da FEB, em 8 de novembro de 1943, possibilitando condições para que as forças armadas brasileiras combatessem junto aos aliados, haviam sido cumpridos integralmente¹.

Outra hipótese levantada por estes mesmos pesquisadores para que Getúlio Vargas recusasse o convite recai no fato de que o país temia arcar com os custos desta ocupação, tendo em vista enfrentar uma grave crise econômica e financeira.

Sem nenhuma comprovação documental esta questão tem sido replicada em eventos e obras nacionais situação que oportuniza críticas a uma suposta falta de visão estratégica de Getúlio Vargas e dos

militares brasileiros, tanto do Ministério da Guerra como da FEB.

Todavia, excursionando pela história militar, é preciso destacar, que a participação da FEB como tropa de ocupação nunca foi aceita pelo governo brasileiro, desde 1943, que desejava que seu efetivo tivesse uma participação ativa na guerra, em contrariedade ao desejo dos militares norte-americanos. O planejamento inicial dos EUA era enviar a FEB para ocupação das ilhas portuguesas dos Açores. Sem o aceite do governo brasileiro e por questões diplomáticas com o governo de Salazar, mudou de estratégia e decidiu enviá-la para o teatro de operações do Norte da África, onde a guerra já havia sido decidida em favor dos aliados. O Brasil, por meio de seu ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra e do Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, não aceitou a oferta uma vez que, estrategicamente, o país teria um papel menos relevante no conflito².

Nesse contexto, o presente artigo se propõe a apresentar novas reflexões a respeito deste tema,



pela análise ampliada das fontes disponíveis, em especial, da obra do historiador militar, Giovanni Latfalla, cujas pesquisas, possibilitaram desvendar o mistério que envolvia este importante episódio dos bastidores da participação brasileira no pós-guerra.

A TESE DE HISTORIADORES NORTE-AMERICANOS E BRITÂNICOS

Esta tese foi originalmente apresentada pelo historiador militar norte-americano, Frank McCann, professor da Universidade de New Hampshire e um dos especialistas da atuação da FEB na Itália.

Na perspectiva deste historiador, a resposta negativa acarretou em sérias implicações, pois caso o convite tivesse sido aceito pelo governo de Getúlio Vargas, teria modificado substancialmente o papel do Brasil nas relações internacionais no pós-guerra, pavimentando, segundo o autor, o caminho para o país obter a almejada cadeira permanente no Conselho de

Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Nesta mesma linha, o historiador britânico, Neill Lochery, da University College London, argumenta que o convite constava em um dos itens de um documento secreto, enviado pela embaixada dos EUA no Brasil ao Secretário de Estado Norte-americano em 31 de março de 1945, duas semanas antes da morte do presidente Roosevelt, assinado por militares brasileiros e norte-americanos e que definia os acordos militares do pós-guerra, determinando como se processaria a mecânica de continuidade da cooperação militar Brasil – Estados Unidos no pós-guerra.

Para embasar esta afirmação o autor cita como fonte um documento diplomático inscrito sob o número FRUS 810.20/7-2645, datado de 26 de julho de 1945, enviado pelo embaixador Adolf Berle³, no entanto, não apresenta provas da existência deste documento.

Acerca da decisão do presidente Vargas, Lochery tece o seguinte comentário analítico:



[...] na verdade, a decisão de Vargas de retirar as tropas brasileiras da Itália o mais depressa possível acabaria revelando um grande erro: ao sair da Europa antes que os EUA tivessem sentido que o trabalho acabara, o presidente alijara o Brasil de boa parte dos espólios econômicos e das recompensas políticas que os americanos começavam a distribuir a seus aliados⁴.

De maneira complementar, o referido historiador analisa em perspectiva, a exemplo de McCann, que o abandono precoce do Brasil ao Teatro de Operações da Europa, prejudicou severamente a reivindicação brasileira por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU:

[...] a decisão de Vargas, de repatriar a FEB logo após o fim dos combates na Europa também custou muito caro ao Brasil no pós-guerra. Se Vargas tivesse concordado com os pedidos dos EUA para deixar as tropas na Europa e ajudar a gerenciar o continente na esteira da guerra, sua presença teria fortalecido a reivindicação bra-

sileira por um assento permanente nas Nações Unidas⁵.

A obra de Medal argumenta no mesmo sentido quando assevera:

[...] após o sucesso, o governo brasileiro não aceitou o convite dos Estados Unidos para permanecer na Itália por um período mais longo, para ajudar as forças aliadas no enfrentamento do problema de Trieste, que envolveu uma disputa de fronteira entre os Aliados e a Iugoslávia, na Itália. O governo brasileiro indicou que havia cumprido seu acordo com os Estados Unidos, e a FEB não deveria se envolver na Iugoslávia, decidindo retirar suas forças de volta ao Brasil⁶.

Há muitas conjecturas acerca da veracidade do fato e da negativa de Vargas, baseado, segundo McCann, seguido por outros historiadores, no documento da embaixada dos EUA e em diálogos entre as lideranças militares do V Exército e da FEB testemunhadas por oficiais de ambos os Exércitos, entre estes o coronel Floriano de



Lima Brayner, chefe do Estado-Maior da FEB.

Um dos principais argumentos que McCann utiliza para apoiar sua tese é reproduzido abaixo:

[...] o diplomata Vasco Leitão da Cunha, em Roma, ouviu comentário do general britânico, Harold Alexander, de que “o brasileiro é um belo soldado, lamento saber que eles querem voltar para casa e não ir para a Áustria” O diplomata, por sua vez, teria entrado em contato com o Itamaraty defendendo a importância estratégica da permanência do Brasil na Europa. [...] o comandante do IV Corpo do Exército dos EUA, general Willis Crittenger, consultou o coronel Castello Branco, a respeito, pouco depois do Dia da Vitória⁷.

Neste contexto, é preciso destacar que o diplomata Vasco Leitão desempenhava a função de observador diplomático em Roma e era um frequentador assíduo das reuniões informais no posto de comando da FEB, fato relatado em pelo menos duas oportunidades pelo

general Mascarenhas de Moraes em suas memórias⁸.

Nesta conjuntura, é racional afirmar que Vasco Leitão, acompanhando de perto as decisões estratégicas dos aliados e sabedor da importância política para o Brasil em permanecer na Europa, tenha de fato advogado pela permanência dos brasileiros junto ao Itamaraty.

Também se mostra factível, que Mark Clark, satisfeito com a rápida adaptação da força expedicionária e face aos êxitos obtidos na campanha, desejasse que a FEB permanecesse na Europa dando continuidade a uma relação que se mostrou proveitosa, muito além de um ato de fidalguia entre militares de dois Exércitos distintos que lutaram juntos contra um inimigo comum.

Vale destacar que o comandante do V Corpo de Exército dos EUA, general Mark Clark, era presença constante na base militar brasileira, na Itália, inspecionando e coordenando pessoalmente os avanços da tropa durante as operações no terreno nos primeiros me-



Fig. 1 – General Mark Clark inspeciona tropas da FEB em novembro de 1944. Em primeiro plano, o general Zenóbio da Costa e, ao fundo, o general Mascarenhas de Moraes.



Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

ses de sua atuação, após a realização do treinamento. Ao final do conflito, estava perfeitamente familiarizado com os militares brasileiros.

Um ponto que considero relevante neste convite, era o fato de que Mark Clark sabia que, no pós-guerra, enfrentaria dificuldades em dividir a ocupação da Áustria com tropas soviéticas, o que de fato ocorreu, e lhe era conveniente, junto a seu comando, possuir um

efetivo aliado com o qual já estava familiarizado pelas experiências compartilhadas.

INDÍCIOS E PROVAS

Documentos que comprovam o convite são extremamente raros. Basta o fato de que nas principais obras relacionadas a FEB, escritas no pós-guerra como nas memórias de seu comandante, general Masca-



renhas de Moraes e dos generais Manoel Thomaz Castelo Branco e Oswaldo Cordeiro de Farias, assim como nos arquivos de documentos referente ao período de governo do presidente Getúlio Vargas, onde se esperava encontrar indícios, não há nenhuma menção.

O próprio McCann chegou a afirmar não ter encontrado nos registros oficiais norte-americanos referentes ao V Exército e ao IV Corpo de Exército, inclusive na obra de seu comandante, general Mark Clark, uma única menção ao convite, fato que fortaleceria sua teoria.

A única pista, até então, eram as afirmações do então coronel Lima Brayner, chefe do Estado-Maior da FEB, que, em suas memórias, confirma a existência do convite feito de forma oral, oportunidade em que afirma ter assessorado o comandante da FEB em uma reunião nos seguintes termos:

[...] períodos de ocupação degeram em ódios invencíveis. Nós somos ainda, um país de imigração. Precisamos da mão-de-obra do imigrante europeu.

Não podíamos provocar situações irremediáveis decorrentes do período de ocupação, com a tropa cansada, saudosa do lar, sem freios por não ter mais guerra, e com a disciplina afrouxada inevitavelmente. Só tínhamos uma aspiração, voltar imediatamente ao Brasil⁹.

Brayner relata que diante de seus argumentos contra a sugestão de Mark Clark, o que na sua visão transformaria a FEB em uma tropa de mercenários, obteve a concordância do general Mascarenhas de Moraes, o que motivou a elaboração de um documento ao Ministro da Guerra, contraindicando o uso da FEB, como força de ocupação no pós-guerra.

A prova inequívoca que trouxe a luz este episódio, até então considerado apenas no âmbito da conjectura, sobreveio por meio de extensa pesquisa realizada pelo historiador militar Giovanni Latfal-la nos arquivos da FEB, revelada em 2019 e enviada a McCann para comprovar sua tese.

Trata-se do ofício nº 90, datado de 27 de fevereiro de 1945, elaborado uma semana após a pri-



meira grande conquista brasileira na guerra, a tomada de Monte Castelo. O documento foi confeccionado pelo general Mascarenhas de Moraes e endereçado ao ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, contraindicando uma futura utilização da Força Expedicionária Brasileira, como tropa de ocupação, com base nos seguintes argumentos:

[...] Ele iniciou o documento falando da má vontade dos povos das nações aliadas do Eixo com os exércitos aliados na Itália. Previa uma série de revoltas no pós-guerra por causa de problemas políticos e também por causa da fome, e que as tropas de ocupação teriam que usar o vigor para reprimi-los, transformando-se em força coativa da liberdade pública e de instrumento odioso de repressão. Afirmou que mesmo atuando de maneira serena, não poderia ser evitada a irritação da população contra a tropa estrangeira, pela situação de ocupação que o país sofria, além de este povo estar na situação de derrotado¹⁰.

A existência deste documento é prova incontestada de que havia

sondagens a este respeito e foi uma espécie de *habeas corpus* preventivo, caso houvesse pressão futura de parte do Departamento de Estado dos EUA ao governo brasileiro, o que não ocorreu, além da possível decepção do general Mark Clark com a negativa.

Latfalla assevera, ainda, que o comandante da FEB considerava a missão de ocupação como de caráter policial, provavelmente um degrau abaixo da missão que estava sendo realizada na Itália.

Em uma linha argumentativa paralela, é preciso lembrar, como registra Lochery, que os EUA, desde a decisão do governo brasileiro de enviar uma força militar para participar ativamente da guerra em 1943, sempre consideraram sua atuação como uma tropa de ocupação e não diretamente envolvida nos combates, cedendo somente após pressões do governo brasileiro e face à intenção em manter bases militares de apoio no litoral da região Nordeste do Brasil, considerada, à época, ponto estratégico.



De forma diversa, alguns historiadores na tentativa de compreender os motivos que levaram o comandante da FEB a contraindicar a missão afirmam que ele não possuía uma visão mais ampla do cenário do pós-guerra, pois suas previsões de um quadro caótico, expressas no documento como argumentação, não se concretizaram. Alguns destes argumentos, inclusive, foram desqualificados como a de não ter recebido uniformes novos e a aparência da tropa estar em péssimas condições (o documento foi escrito em fevereiro de 1945), e no mês seguinte, todo o efetivo da FEB receberia novos uniformes.

Mas tal afirmação pode não ser toda a verdade. Seu agir pode ter sido parte de um pensamento uníssono dos militares brasileiros que percebiam a missão como um desvio de finalidade, como bem lembra Brayner, uma tropa de mercenários.

Todavia, a consequência mais impactante do teor deste documento, segundo a visão de Latfalla, é a hipótese de que ele pode ter contri-

buído para a desmobilização da FEB, ainda na Itália, o que certamente, não era o objetivo de seus comandantes.

A CONJUNTURA DA POLÍTICA INTERNA BRASILEIRA EM 1945

Não há provas se Getúlio Vargas em algum momento chegou a tomar conhecimento do teor do documento do general Mascarenhas de Moraes, contudo, havia motivos para que declinasse do convite.

O término da Segunda Guerra Mundial coincidiu com um período de grande instabilidade política no Brasil, com diversos movimentos populares insatisfeitos com a política vigente e o fortalecimento da oposição, situação que levou Getúlio Vargas a temer um golpe de Estado. Nesta conjuntura, a FEB passou a ser considerada uma ameaça em razão de ter combatido junto a países democráticos contra o totalitarismo nazifascista, um regime de governo não muito dife-



rente daquele que fora combater, e que poderia gerar algum eco nas forças armadas, especialmente no Exército.

Como tropa de ocupação, entre a transição do regime nazifascista para a democracia, como desejavam os norte-americanos, a situação poderia se agravar e novas ideias liberais colidiam frontalmente com o regime imposto no país.

Com efeito, Costa apresenta uma interessante análise afirmando que a maior preocupação de Vargas era de que ideias democráticas oriundas dos expedicionários fossem irradiadas no âmbito do Exército, e este, foi um dos principais motivos de sua rápida desmobilização, ainda na Itália¹¹.

Prova desta realidade se manifestou nos artigos 117 e 121, do Ato Constitucional nº 9, assinado em 28 de fevereiro de 1945, convocando eleições gerais, mas excluindo o direito de voto a todos os alistados e no serviço ativo das forças armadas, tornando-os inelegíveis, exceto os oficiais.

Ademais, outras questões diplomáticas interligadas merecem

destaque. A maior destas foi a contrariedade com a perspectiva de uma crescente dependência do Brasil em relação aos EUA e a preocupação com sua nova política externa, de caráter hegemônico no continente latino-americano ao término do conflito. Os antigos parceiros norte-americanos, construtores da política de boa vizinhança já não estavam mais no governo ou haviam sido designados para outras missões.

OS REVESES IPLOMÁTICOS E A REDUÇÃO DA INTERLOCUÇÃO BRASIL–EUA

Com a saída do governo Roosevelt e de seus dois principais arquitetos da política de boa vizinhança do Brasil com os EUA, Cordell Hull e Summer Welles, as garantias dadas para obter o apoio brasileiro na guerra, de desenvolvimento econômico e modernização das forças armadas, passou a ser uma incógnita.



Fig. 2 – Presidentes Vargas e Roosevelt na Base de Parnamirim Field/Natal, em 28 de janeiro de 1943 discutindo o acordo de colaboração e o envio de uma força brasileira a guerra.



Fonte: US Navy.

Outro ponto correlato a ser destacado é que, com a morte de Roosevelt, a política externa dos EUA, agora sob a gestão de Harry Truman, sofreu significativas modificações em termos de objetivos e os acordos firmados anteriormente passaram a ser contestados e revistos a guisa dos interesses norte-americanos, já prevendo uma nova guerra com os soviéticos.

Há que se considerar, ainda, que a importância estratégica do Brasil na guerra, especialmente, quanto a zona do litoral da Região

Nordeste, na Batalha do Atlântico, já não era mais decisiva, embora representasse um importante ponto estratégico.

O texto da obra de Lochery ratifica este argumento e vai além quando registra que os militares norte-americanos desejavam permanecer utilizando as bases aeronavais construídas no Brasil.

[...] na opinião de autoridades e militares americanos, uma vez que os Estados Unidos investiram muito na criação das bases aeronavais e outras instalações



marítimas no Brasil, eles deveriam continuar a ter acesso irrestrito a elas em tempos de paz¹².

Este fato demonstra que a preocupação brasileira não era desprovida de sentido. De fato, a ideia dominante entre os militares norte-americanos era que as bases pertenciam aos EUA e esta percepção foi alvo de comentários, inclusive, na Itália, quando foram surpreendidos com a presença dos militares brasileiros no teatro de operações. Segundo relata Moraes, “do Brasil apenas tinham notícias das bases aéreas de Belém e Natal, que, aliás, de brasileiras só possuíam o chão”¹³.

Inobstante, além de estar em completo desacordo com as cláusulas previstas nos Acordos de Defesa Mútua e de Cooperação Militar anteriormente assinados, a ocupação das bases era vital para o início da modernização e da construção de um novo pensamento estratégico militar brasileiro que ao final da guerra, emergiu como a maior

potência militar do sul do continente.

De qualquer maneira, a presença política norte-americana para tal desiderato era temporizada pelo embaixador Jefferson Caffery, amigo e aliado de Oswaldo Aranha que já havia se retirado do governo Vargas. A saída de Caffery, em janeiro de 1945, para ocupar um novo posto diplomático na França, se constituiu em um revés para o governo Vargas, pois ele era a figura que possibilitava uma linha direta do presidente brasileiro com Washington, e quem a partir de então, passou a ser dificultada por interesses diversos.

Lochery relata que seu substituto, embaixador Adolf Berle, logo atraiu uma onda crescente de críticas em várias esferas:

[...] o embaixador Adolf Berle, tinha ideias inovadoras sobre a relação Brasil – Estados Unidos e particularmente, sobre o regime de Vargas. Durante o período em que esteve à frente da embaixada dos EUA no Brasil, foi muito contestado, em parte, face as constantes intromissões deste, em assuntos da política



interna brasileira, dentre estas, a defesa de que o Brasil deveria realizar eleições livres. [...] consegui antagonizar tanto o governo como as forças de oposição¹⁴.

Por este e outros motivos, foi chamado a Washington para receber orientações a fim de não criar embaraços e uma possível crise diplomática entre os dois aliados, cuja relação já não era a mesma do período entre 1941 e 1944.

CONCLUSÕES

A pesquisa realizada para a elaboração deste breve artigo evidenciada, notadamente, pelos estudos de Giovanni Latfalla, que a teoria de McCann, a respeito do convite feito pelo general Mark Clark para que a FEB permanecesse na Europa como tropa de ocupação na Áustria, é verdadeira, superando o que se julgava, até então, apenas mito.

Todavia, difícil se torna a análise precisa acerca dos verdadeiros motivos que levaram o comandante

da Força Expedicionária Brasileira, general Mascarenhas de Moraes, a sugerir ao presidente Getúlio Vargas e ao ministro da Guerra que não aceitassem um convite desta natureza, alegando uma série de questões argumentativas e previsões que, com a FEB ainda na Itália, não se concretizaram.

Provavelmente, o estado emocional do efetivo submetido a longos períodos na zona de combate e os impactos psicológicos acarretados por esta condição foram um dos motivos para desejarem retornar ao Brasil após a rendição alemã, o que não impediria de substituir as tropas esgotadas por outro contingente da FEB, também treinados e equipados, que permaneceu no Brasil.

Uma linha teórica interessante de ser explorada reside no fato de não existir menção a este convite na literatura militar brasileira disponível como fonte de pesquisas. Isso permite a formulação de duas hipóteses distintas. Ou o fato foi considerado irrelevante, por questões da política interna e por ter sido considerado apenas uma son-



dagem, embora seja mais uma prova inequívoca do excelente desempenho da FEB ao longo da guerra, angariando o respeito de seus comandantes norte-americanos ou houve a percepção tardia de que a decisão teria sido equivocada.

Neste caso, sepultar definitivamente o episódio foi uma atitude racional para evitar futuras discussões do que foi uma oportunidade perdida, em aumentar a influência brasileira na política internacional, não apenas em tempos de guerra como também em tempos de paz.

Nas memórias de Vargas, não há menção acerca deste episódio embora entre as oportunidades perdidas e decisões inoportunas, motivo de reflexões em 1950, ele afirme que a demora em envolver o Brasil na causa aliada, quando o conflito já estava a favor destes, possa ter sido uma destas oportunidades perdidas.

De qualquer maneira, apenas a primeira parte da teoria de McCann pôde ser comprovada. A segunda, manifestada na assertiva de que, se o convite fosse aceito, facilitaria o

acesso do Brasil a uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, não pode ser considerada como fator condicionante, em face de mudança dos rumos da política externa dos EUA e a saída de cena dos principais interlocutores norte-americanos. Continuará uma incógnita, passível de futuras análises.

Inobstante, tal episódio pode ser considerado um reconhecimento da excelente performance da FEB como força de combate, obtida em curto espaço de tempo comparado a desconfiança inicial dos norte-americanos quando da preparação da força no Brasil e a chegada dos efetivos na Itália.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Arquivo Nacional. *Base de dados*. 1943, p. 107/243. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/>. BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0631_d0001de0001.PDF. Acesso em 19 mar 2021.



BRASIL. *Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicon/1940-1949/leiconstitucional-9-28-fevereiro-1945-365005-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 mar. 2021.

BRAYNER, Floriano de Lima. *Luzes sobre memórias*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1973.

COSTA, Octavio. *Trinta Anos Depois da Volta*. O Brasil na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

CLARK, Mark W. *Calculated Risk*. New York: Harper & Brothers. Depoiment Lieutenant General Willis D. Crittenberger Commander U.S. IV Corps, World War II, 1966.

LATFALLA, Giovanni. *Relações Militares Brasil - Estados Unidos (1939-1943)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

LOCHERY, Neill. *Brasil: os frutos da guerra*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

MEDAL, Doris Ann. *The Smoking Cobra: The Brazilian Expeditio-*

nary Forces in Italy during World War II. Research Project, San Jose State University, 1976.

MORAES, J.B. Mascarenhas. *Memórias*, v. 2, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

MORAES, J.B. Mascarenhas. *A FEB pelo seu Comandante*. São Paulo: Instituto Progreso, 1947.

MCCANN, Frank D. The Brazilian General Staff and Brazil's Military Situation, 1944-1945. *Journal of Inter-American Studies and World Affairs*, 25, n. 3, ago. 1983. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/165781>. Acesso em: 18 mai. 2020.

MCCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1889–1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.



¹ Arquivo Nacional, 1943, p. 107/243.

² LOCHERY, Neill. *Brasil: os frutos da guerra*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

³ Ibid.

⁴ Ibid., p. 280.

⁵ Ibid., p. 297.

⁶ MEDAL, Doris Ann. *The Smoking Cobra: The Brazilian Expeditionary Forces in Italy during World War II*. Research Project, San Jose State University, 1976, p. 45.

⁷ MCCANN, Frank D. The Brazilian General Staff and Brazil's Military Situation, 1944-1945. *Journal of Inter-American Studies and World Affairs*, 25, n. 3, ago. 1983. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/165781>. Acesso em: 18 mai. 2020.

⁸ MORAES, J.B. Mascarenhas. *Memórias*, v. 2, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

⁹ BRAYNER, Floriano de Lima. *Luzes sobre memórias*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1973, p. 199-200.

¹⁰ LATFALLA, Giovanni. *Relações Militares Brasil - Estados Unidos (1939-1943)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019, p. 264.

¹¹ COSTA, Octavio. *Trinta Anos Depois da Volta*. O Brasil na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

¹² LOCHERY, op.cit., p. 274.

¹³ MORAES, J.B. Mascarenhas. *A FEB pelo seu Comandante*. São Paulo: Instituto Progreso, 1947, p. 11.

¹⁴ LOCHERY, op.cit., p. 275.

As condecorações portuguesas às tropas da Força Expedicionária Brasileira¹

Humberto Nuno de Oliveira^a

Resumo: O presente artigo visa oferecer a imagem completa do panorama das condecorações portuguesas concedidas à Força Expedicionária Brasileira (FEB), seus militares e Ministro da Guerra do Brasil. Tais condecorações aos militares que aportaram a Lisboa, vindos de Itália, ocorreram em dois momentos distintos. Porque algumas delas não se fizeram sem alguns aspectos curiosos que se entendeu serem interessantes dar a conhecer, transcreve-se documentação inédita do Arquivo Histórico-Militar de Lisboa.

Palavras-chave: Força Expedicionária Brasileira, Medalha do Valor Militar, Ordem Militar da Torre e Espada, Ordem Militar de Cristo, Ordem Militar de Avis.

O impacto da presença da Força Expedicionária Brasileira em Lisboa, chegada a bordo do *Duque de Caxias*, no final do segundo conflito mundial, foi, de modo detalhado e cuidadoso, registado numa interessante publicação editada em Portugal por ocasião do 70º aniversário desse relevante acontecimento, pelo coronel Cláudio Tavares Casali e também recentemente revisitado em artigo na revista deste prestigiado Instituto

por João Natal, que, todavia, analisa, sobretudo, os aspectos militares do Depósito de Pessoal.

Se a publicação editada em Portugal dedica rúbrica específica, da autoria do confrade Rui Santos Vargas², “As Condecorações Portuguesas da FEB”, com base na legislação então publicada, o artigo publicado na revista do IGHMB limita-se a referir, sobre a questão das condecorações, “A maior autoridade militar brasileira era o coro-

a Historiador, doutor em História. Presidente da Academia Falerística de Portugal.



nel Mário Travassos, comandante do Depósito de Pessoal e do 3º. Escalão de retorno. Este oficial recebeu, em nome da FEB, a Medalha do Valor Militar, elevada condecoração militar da República Portuguesa, a qual foi afixada à Bandeira do Brasil pelo Presidente de Portugal, general Oscar Carmo-
na”³.

Assim, embora o artigo de Santos Vargas reflita de modo detalhado as outorgas ocorridas por ocasião do desfile de 3 de setembro de 1945, não revela alguns interessantes aspectos agora recuperados nos fundos do Arquivo Histórico-Militar de Lisboa (AHM) sobre as mesmas e, igualmente não aborda (por não ser esse o âmbito da publicação) um segundo importante momento de outorgas ocorrido a militares da FEB, que igualmente passaram em Lisboa, no mês seguinte, em 11 de outubro de 1945, numa comitiva liderada pelo general de divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes, oficial que, desde novembro de 1944, até à rendição das forças do Eixo na

Itália, em 2 de maio de 1945, comandara as forças brasileiras.

Julga-se, assim, oportuno, pelo presente artigo publicar no Brasil, pátria dos militares que se cobriram de glória em terras italianas, a totalidade do que se conhece até ao momento sobre o assunto das condecorações à FEB e seus militares em solo lusitano, com os dados resultantes da pesquisa efectuada.

Fig. 1 – Laço da Medalha do Valor Militar, grau Ouro, análoga à colocada na Bandeira da FEB.



Fonte: Acervo do autor.



O primeiro momento de condecoração no dia 3 de setembro e, seguramente o de maior valor simbólico, consistiu na condecoração em parada solene das forças portuguesas e brasileiras, na Praça do Marquês de Pombal, em Lisboa, pelas 10 horas da manhã, da bandeira do Batalhão de Infantaria do Depósito de Pessoal da Força Expedicionária Brasileira com a Medalha do Valor Militar (grau Ouro).

O Chefe de Gabinete do Ministro da Guerra⁴, tenente-coronel Faro Vianna leu o decreto de atribuição:

Querendo significar ao exército e á nação brasileira o publico testemunho do alto apreço do Govêrno e do povo português pelos actos de excepcional bravura praticados pelas forças do Corpo Expedicionário Brasileiro no teatro de guerra da Itália, em que as armas do Brasil se cobriram de glória; e sendo particularmente grato ao exército português poder verificar que na bandeira do exército brasileiro se ostenta o mesmo galardão comemorativo de brilhantes feitos de armas em campanha com que são recompensadas as suas

próprias glórias; usando da faculdade conferida pela 2ª parte do nº 2º do artigo 109,º da Constituição o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º - É concedida á bandeira do Batalhão de Infantaria do Depósito de Pessoal das tropas expedicionárias brasileiras na Europa, presentemente de passagem na capital portuguesa, a medalha de ouro de valor militar.

Artigo 2.º - Aos militares pertencentes ao batalhão, no momento da condecoração solene da sua bandeira com a distinção referida no artigo anterior, é conferido o direito de usar o distintivo especial representativo da medalha de valor militar, conforme o modelo regulamentar em vigor.⁵

A insígnia foi solenemente imposta, na Bandeira da FEB, pelo Presidente da República general António Óscar Fragoso Carmona⁶ que, vestindo o uniforme militar, ostentava apenas a placa de Grã Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada e, por cortesia e deferência, o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, que fora instituído em 17 de Julho de 1939, e



com o qual ele fora o primeiro condecorado em maio de 1940. Seguidamente, “e porque todos os oficiais e praças ali presentes, as podem usar – as insígnias azul, branco e ouro foram então impostas ao porta-bandeira, Lopes Cardoso⁷, ao segundo comandante Oscar de Sousa, e a dois soldados, em testemunho simbólico”.⁸

Parece-nos haver um lapso do jornalista, quanto ao apelido do segundo comandante das Forças brasileiras em parada, “Sousa”. Na realidade, embora não tenhamos logrado apurar quem foi o capitão que assumiu essa responsabilidade, apenas dois Oscar foram condecorados naquela tarde, de nomes “Paranhos” e “Savoia”, terá, garantidamente sido um deles aquele a quem o Presidente da República impôs a *fourragère* do Valor Militar.

Ofício de 17 de dezembro de 1945 do chefe do Gabinete do Ministro da Guerra para o nosso Embaixador no Rio de Janeiro⁹, refere

permiti-me mandar incluir na bagagem de V.Ex^a um caixote contendo 1.000 *fourragères* da Medalha de Valor Militar. Destinam-se a ser entregues pela forma que V.Ex^a entenda por mais conveniente – aos elementos que constituíram o Batalhão da Força Expedicionária Brasileira que em 3 de Setembro do corrente ano desfilou em Lisboa.¹⁰

Fig. 2 – *Fourragère* da Medalha do Valor Militar usada como distintivo individual.



Fonte: Acervo do autor.

Após a cerimónia militar pela manhã, o Presidente da República ofereceu um almoço à oficialidade brasileira, no Palácio de Belém, em Lisboa, após o qual se procedeu à condecoração individual de alguns oficiais.



Importa lembrar que tais concessões o foram no âmbito do Decreto nº 14.172, de 29 de Agosto de 1927 que alterara a legislação das Ordens Honoríficas Portuguesas, após as transformações decorrentes das circunstâncias políticas (a Revolução do 28 de maio de 1926) e da própria estrutura das Ordens (a regulamentação da Ordem Civil de Mérito Agrícola e Industrial, em novembro de 1926 e a criação da Ordem de Instrução e Benemerência, em abril de 1927). Assim, de acordo com a Lei em vigor a ordem de precedência entre as Ordens, referidas no presente artigo, era a seguinte:

1ª - Ordem Militar da Torre e Espada;

2ª - Ordem Militar de Cristo;

3ª - Ordem Militar de Avis.

Como já referido no artigo de Santos Vargas, foram os seguintes os militares da FEB condecorados pelo Presidente da República Portuguesa, na tarde do dia 3 de Setembro de 1945, no Palácio de Belém¹¹:

Ordem Militar da Torre e Espada - Comendador

- Coronel Mário Travassos, o comandante do Depósito de Pessoal;

Ordem Militar de Cristo, com Palma¹² - Comendador

- Capitão de fragata Raul Reis Gonçalves de Sousa, o comandante do navio *Duque de Caxias*;

- Major Joaquim Inocêncio de Oliveira Paredes, o comandante das Forças Brasileiras em Parada.

Ordem Militar de Avis

Grau de Comendador

- Capitão de corveta Alvaro Pereira do Cabo;

- Capitão de corveta Carlos Chagas Diniz;

- Capitão de corveta João Arthenio Marques;

- Capitão de corveta Jayme Espo-
ssel;

- Tenente-coronel Archimínio
Pereira;

- Tenente-coronel Intendente Isaac
Ferreira;

- Tenente-coronel Médico Gilberto
José Fontes Peixoto;



- Major Manuel Campos de Assunção;
- Major Lelio Rebêlos Miranda;
- Major Arnaldo Augusto da Mata.

Grau de Oficial

- Capitão-tenente Edmilson Fontenelle;
- Capitão Bolivar Oscar Mascarenhas;
- Capitão Clovis Galvão Silveira;
- Capitão Mário Martins de Freitas;
- Capitão Oscar Torres Paranhos;
- Capitão Oscar Viriato Tomé Savoia;
- Capitão Paulo Moretzan Brand;
- Capitão Valeriano Dias.

Grau de Cavaleiro

- 1º Tenente de Marinha Hamilton Barros;
- 1º Tenente Dário Gomes de Araújo;
- 1º Tenente Ithamar de Ipyranga Barbuda;
- 2º Tenente Carlos Lopes Cardoso.

Na ocasião foi ainda solicitado ao coronel Mário Travassos que fosse portador da insígnia de Grã-Cruz da Ordem Militar de Avis¹³,

destinada ao general Pedro Aurélio de Goes Monteiro, Ministro da Guerra do Brasil, que retornara ao cargo em 9 de agosto de 1945, nos últimos tempos do Presidente Getúlio Vargas no poder¹⁴.

Acontece que o general Goes Monteiro, devido ao prestígio alcançado no comando das tropas federais que debelaram a Revolução Constitucionalista de 1932¹⁵ contra as forças paulistas, fora nomeado Ministro da Guerra do governo Getúlio Vargas (entre 18 de janeiro de 1934 e 7 de maio de 1935) e já havia sido condecorado por Portugal em 1935 com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Avis (28 de março), no período da sua primeira passagem pelo Ministério da Guerra.

Ora este lapso só foi detectado já as suas insígnias navegavam a bordo do *Duque de Caxias*, determinando uma verdadeira catadupa de informações entre o Ministério da Guerra, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Secretaria Geral das Ordens, tendente à “substituição” da condecoração pela Grã Cruz da Ordem Militar de



Cristo que formalmente será efetuada a 8 de setembro de 1945¹⁶.

Atente-se, pelo interesse da informação, no ofício de 10 de setembro de 1945 do chefe de Gabinete do Ministro da Guerra para o Secretário Geral no Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Para cumprimento de ordens de Sua Ex^a o Ministro da Guerra e para reparar um lapso recentemente sucedido tenho a honra de solicitar a V. Ex^a o seguinte:

- a) Que o diploma e respectivas insígnias respeitantes à concessão da Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo ao Ministro da Guerra do Brasil, General Gois Monteiro, que acompanham este ofício, sejam remetidas pelo primeiro correio aéreo com destino ao nosso Embaixador no Rio de Janeiro afim de por ele serem entregues ao agraciado.
- b) Que seja expedido um telegrama cifrado para aquele nosso Embaixador informando da remessa e solicitando o obséquio de um funcionário da Embaixada ir, à chegada ao Rio de Janeiro do transporte de guerra “DUQUE DE CAXIAS” que deve verificar-se cerca de 18 do corrente, pedia ao Coronel Mario Travassos, comandante das

fôrças brasileiras transportadas, a entrega do diploma e insígnias da Grã-Cruz da Ordem Militar de Avis, por lapso, foram entregues em Lisboa (o General Gois Monteiro já possuía aquela Grã-Cruz).

Devido à urgência e porque se trata de remediar um lapso que deveria não ter tido lugar tenho ainda a honra de solicitar a melhor atenção de V.Ex^a para o assunto.¹⁷

Um mês após o glorioso desfile das tropas brasileiras em Lisboa, ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o Ministério da Guerra, de 9 de outubro, informa que

deve chegar a Lisboa na próxima 5^a. feira [dia 11] um avião especial conduzindo o general de divisão Senhor Mascarenhas de Moraes que foi o comandante do Corpo Expedicionário brasileiro à Europa”, indicando ainda o nome dos que o acompanham e esclarecendo que “são hóspedes do Governo durante a sua estada em Portugal¹⁸.

Em resposta, no dia seguinte o Chefe de Gabinete do Ministro da



Guerra, Coronel Faro Viana, oficia
ao Secretário Geral das Ordens,

No seguimento da conversa telefónica de hoje, tenho a honra de enviar a V.Ex^a as propostas para condecoração de oficiais do exército brasileiro baixo designados com os graus da Ordem Militar de Avis a seguir discriminados:

GRÃ-CRUZ

General de Divisão – Mascarenhas de Morais

GRANDE OFICIAL

General de Brigada – Zenobio da Costa
Brigadeiro do Ar – [Antonio] Appel Netto
Coronel – Paulo de Figueiredo
Coronel – [Alvaro] Prati de Aguiar X
Coronel – [Fernando Saboia] Bandeira de Mello
Coronel – [Nestor] Pena Brasil
Coronel - Humberto [de Alencar] Castelo Branco (Presidente da República)

COMENDADOR

Tenente coronel – [João] A[dil] de Oliveira

OFICIAL

Capitão - Rubens [Alves] de Vasconcellos

Capitão - José Maria Roma Gueira [Romagueira]

Capitão - Humberto [Luz] de Aguiar [Umberto]

Chegando estes oficiais amanhã a Lisboa onde se demorarão apenas 36 horas, solicito de V.Ex^a o especial obséquio de os respectivos decretos e diplomas serem enviados a este Ministério, amanhã 11, pelas 13 horas, afim de serem remetidos a Sua Ex^a o Ministro da Guerra para o referend^o¹⁹.

A condecoração, publicada em Diário de Governo, no dia seguinte²⁰, foi, todavia, alterada pelo Ministro da Guerra, pois de acordo com a orgânica da Ordem Militar de Avis, não era possível condecorar um general, o general de brigada, comandante da 1^a Divisão de Infantaria da FEB, Euclides Zenóbio da Costa, com o grau de Grande Oficial, sendo promovido ao grau de Grã-Cruz da Ordem Militar de Avis.



Tab. 1 - Resumo das condecorações individuais

	Grã-Cruz	Grande Oficial	Comendador	Oficial	Cavaleiro	Total
Ordem Militar da Torre e Espada	-	-	<u>1</u>	-	-	<u>1</u>
Ordem Militar de Cristo	2 ⁽¹⁾	-	2 ⁽²⁾	-	-	<u>4</u>
Ordem Militar de Avis	<u>1</u>	<u>6</u>	11	11	<u>4</u>	33
Total	<u>3</u>	<u>6</u>	14	11	<u>4</u>	38

- (1) Uma com Palma
(2) Ambas com Palma

Fonte: elaborada pelo autor

Nesta conformidade, e porque importava, atribuir uma condecoração de superior importância ao general de divisão comandante da FEB, João Baptista Mascarenhas de Moraes, foi o mesmo condecorado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, com Palma²¹.

As restantes mantiveram-se conforme a prévia solicitação do Ministro da Guerra, Fernando Santos Costa.

Para além da importante medalha de Valor Militar imposta na bandeira da FEB, e a concessão de um elevadíssimo número de *fourragères* da mesma medalha, Portugal concedeu trinta e oito Ordens nacionais aos bravos militares portugueses que se distinguiram nos campos de batalha, em Itália.

Tratou-se de uma muito relevante homenagem da nação portuguesa ao esforço dos militares do país irmão e que se regista neste trabalho para memória futura.

FONTES

Arquivo Histórico-Militar – FO/006/L/14 (751 a 763)

Fundos Orgânicos / 006 (Repartição de Gabinete do Ministro da Guerra / Exército) /L (Secção de Expediente e Arquivo) / 14 (Condecorações e Louvores) / Caixas 755 (16) e 762 (39)

BIBLIOGRAFIA

CASALI, Cláudio Tavares (Coord.). *Força Expedicionária Brasi-*



leira em Lisboa. Lisboa: Aditância do Exército e da Aeronáutica da Embaixada do Brasil em Lisboa, 2015.

NATAL, João Rafael Mallorca. O Depósito de Pessoal da FEB: do dulce far niente à apoteose em Lisboa, *Revista do IGHMB*, ano 79, n. 107, pp. 118-129, 2020.

VARGAS, Rui Santos, As Condecorações Portuguesas da FEB. In CASALI, Cláudio Tavares (Coord.). *Força Expedicionária Brasileira em Lisboa*. Lisboa: Aditância do Exército e da Aeronáutica da Embaixada do Brasil em Lisboa, pp. 10-14, 2015.

¹ Artigo elaborado em Português europeu, conforme nacionalidade do autor.

² O engenheiro Rui Santos Vargas é Académico Fundador da Academia Falerística de Portugal, Delegado em Portugal da Academia de História Militar Terrestre do Brasil-RJ e Correspondente Internacional do IGHMB.

³ João Rafael Mallorca Natal, O Depósito de Pessoal da FEB: do «dulce far niente» à apoteose em Lisboa, *Revista do IGHMB*, ano 79, n.º 107, 2020, pp. 127-128.

⁴ Era Ministro da Guerra, o então tenente-coronel Fernando dos Santos Costa (de 6 de setembro de 1944 a 26 de agosto de 1950 e de novo entre 12 de abril de 1954 e 14 de agosto de 1958).

⁵ Decreto-lei n.º 34881, *Diário do Governo*, n.º 196, 1ª Série – Suplemento, 3 de setembro de 1945.

⁶ Foi o 11.º Presidente da República Portuguesa, entre 29 de novembro de 1926 e a sua morte em 18 de abril de 1951. Recebeu o bastão de Marechal em maio de 1947.

⁷ 2.º Tenente Carlos Lopes Cardoso, também condecorado como Cavaleiro da Ordem Militar de Avis.

⁸ *Diário de Lisboa*, n.º 8181, ano 25º, páginas centrais.



⁹ O Chefe de Gabinete devia desconhecer que o nosso Embaixador no Rio de Janeiro, Martinho Nobre de Melo (desde 1 de janeiro de 1932), deixara o posto em 18 de setembro desse ano, seguindo o referido no ofício na bagagem do nosso Encarregado de Negócios, Carlos Pedro Pinto Ferreira, que assumiu nessa data e aí permaneceu até 1 de junho de 1946.

¹⁰ AHM/FO/006/L/14 (755). No AHM existe ainda uma solicitação, vinte anos passados, do 2.º sargento Deodato Freire Mariz, para que lhe fosse remetida a dita *fourragère* (o autor prevê abordar esse assunto no *Tomada de Caiena*, Informativo digital da Delegação de Portugal da AHIMTB-RJ).

¹¹ Todas pelo Decreto de 3 de setembro de 1945 (*Diário do Governo*, n.º 208, 2ª Série, 1945).

¹² A Palma, nas condecorações portuguesas indica feitos em Campanha.

¹³ Ver nota VIII e *Diário de Lisboa*, n.º 8181, ano 25º, páginas centrais.

¹⁴ Foi mantido no cargo durante o episódico governo de José Linhares e nos primeiros oito meses e meio da gestão Eurico Dutra, até 14 de outubro de 1946.

¹⁵ No decurso da qual perdeu seu irmão, o capitão Cícero Augusto de Góes Monteiro, do 9º Regimento de Infantaria.

¹⁶ Pela rectificação da Ordem pela Declaração de 8 de setembro de 1945 (*Diário do Governo*, n.º 212, 2ª Série, 1945).

¹⁷ AHM/FO/006/L/14 (755).

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ Todas pelo Decreto de 12 de outubro de 1945 (*Diário do Governo*, n.º 239, 2ª Série, 1945).

²¹ Pela rectificação das concessões por Declaração de 13 de outubro de 1945 (*Diário do Governo*, n.º 243, 2ª Série, 1945).

Símbolos e insígnias militares da Força Expedicionária Brasileira

Júlio César Fidelis Soares ^a

Marcelo Etienne Nunes ^b

Resumo: A Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi formada há 80 anos, como resposta aos ataques de submarinos alemães e italianos a navios mercantes brasileiros em águas territoriais e internacionais, o que levou o Brasil a ingressar na Segunda Guerra Mundial. Enviada para a Itália em 1944, a FEB desenvolveu uma campanha contra o Exército Alemão até a vitória final, em maio de 1945. Como é comum às unidades militares desde épocas remotas, a FEB possuía insígnias, flâmulas e bandeiras próprias, que a particularizavam e identificavam. O presente ensaio dedica-se ao estudo desses instrumentos de identificação no seio da tropa brasileira na Itália.

Palavras-chave: Insígnias, galhardetes, bandeiras e flâmulas..

AS INSÍGNIAS E SÍMBOLOS MILITARES POSSUEM UMA HISTÓRIA LONGA E COMPLEXA.

Ao contrário das instituições militares que vemos nas sociedades individualistas, ou pelo menos com feições muito nitidamente indivi-

dualistas, tal como são concebidas hoje, marcadas por sistemas hiper-codificadas, com uma série de regras, ordens, regulamentos, cerimônias e procedimentos estabelecidos, não apenas para ocasiões solenes, mas, mais precisamente, para os fatos triviais da vida de seus membros. Marcha, procissão,

^a Professor e economista, mestre em História Social.

^b Administrador. Associado aspirante do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



entrada em formação de batalha, vemos uma série de aspectos cerimoniais que marcam esses eventos. Porém, para acordar, sentar em uma escrivaninha, caminhar por um corredor, entrar em um elevador, dirigir-se a alguém, enviar um arquivo, criar um círculo de amigos – estender este protocolo ao seu núcleo familiar, inclusive – eis uma série de prescrições.

No brasão do Colégio Naval, uma âncora simboliza a visão esperançosa da Marinha para os alunos da Academia, representada por um livro aberto. Na parte inferior do escudo, a medalha de Mérito da Marinha, grau de Comandante, atribuída por despacho presidencial de 1963.

Outros elementos simbólicos são as bandeiras, pois representam, simbolicamente, a soberania das nações mundiais, refletindo as suas respectivas origens, valores, história e outras características. Cada país determina por lei os detalhes do protocolo oficial que rege o modo como a bandeira deve ser tratada. Segundo Jose Enrique Ruiz-Domenec, em seus estudos de

semiótica, existe uma história escondida no uso das bandeiras que age sobre o inconsciente. As bandeiras ou flâmulas nos primórdios tinham mais a função de identificar objetos e comunidades com o rei, como indicar o barco do monarca, ou um grupo de cavaleiros de uma escolta real, assim se sabia está chegando o rei nosso líder ou aquele que detém o poder. Com o passar do tempo, tais elementos como as bandeira passam a identificar uma coletividade nos momentos de festa e nos momentos de guerra elas começam a ter uma carga simbólica mais forte e mais emocional.

SÍMBOLOS E INSÍGNIAS MILITARES PODEM CONFUNDIR ESTRANHOS.

Entendemos e vemos, conscientemente, que eles os símbolos como uma bandeira se apresenta como um fenômeno circunstancial, ou seja, em versões. Hoje, grande parte das informações coletadas nesse âmbito, portanto, vem a partir do ponto de vista da máquina de



guerra norte-americana, por exemplo: não só por ela ser a maior inimiga dos “outros”, mas também por possuir o maior número de inimigos. Assim sendo, ela se torna o maior centro irradiador de versões sobre as máquinas de guerra alheias, assim como as outras máquinas também acabam por incorporar e fabricar suas versões da máquina norte-americana. Assim, como no passado e no presente, a bandeira com foice e martelo ou a bandeira com a cruz suástica causam temores e medo.

Ainda assim, como poderemos ver, grande parte da nomenclatura dos meios de guerra ao mesmo tempo contempla “solidariedades internas” e princípios estruturais, quase totêmicos, nas diferentes versões militares ou civis mercantes. Vejamos, por exemplo, alguns casos, partindo de frotas navais e seu sistema de nomenclatura. Do ponto de vista da semiótica, a flâmula reflete o estatuto militar do navio onde a mesma tremula e sua comunidade embarcada e sua origem nacional. No entanto, tecnicamente, representa o comandante do navio, e não

o navio em si. Assim, em seu significado original, a flâmula e o distintivo pessoal de um detentor de carta-patente de oficial da marinha de guerra, legando-o a carga de sua representatividade de poder legal.

O RESGATE DA BANDEIROLA E DAS INSÍGNIAS DE COMANDO DA FEB

Como sabemos, a Força Expedicionária Brasileira foi o contingente militar do Exército Brasileiro enviado à Europa para lutar na Segunda Guerra Mundial. Assim, há 80 anos passados, foi criada em 9 de agosto de 1943 em função das agressões feitas por ataques do Eixo contra os navios de bandeira brasileira. Organizada nossa força ofensiva em colaboração efetiva com os Aliados, houve a necessidade de criação de insígnias e símbolos representativos da Nação Brasileira, como uma dos poderes consortes do intento de destruir e vencer o que se chamou de Eixo.



Sabemos que toda organização necessita de seus símbolos organizacionais, pois eles são uma das formas de comunicar e criar identificação entre os colaboradores. Eles são uma das características mais visíveis da cultura de um empreendimento seja ele qual for. Essas características simbólicas carregam implicitamente as crenças, as relações, o que é valorizado por aquele grupo, ou seja, como nas religiões, sua profissão de fé.

O que ficou marcado como símbolo da Força Expedicionária Brasileira foi a jogada de *marketing* de política internacional, tentando criar ao fim do conflito um símbolo à moda de Hollywood, como parte integrante do V Exército dos EUA, que se estruturou operacionalmente com as seguintes grandes-unidades: II Corpo de Exército (EUA) e IV Corpo de Exército (EUA). Este último era composto pelos seguintes elementos:

- 6ª Divisão Blindada sul-africana;
- 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária brasileira;

- 85ª Divisão de Infantaria dos EUA;
- 10ª Divisão de Montanha dos EUA;
- 442º Regimento de Infantaria dos EUA;

Em meio a este grande aparato operacional militar, houve a necessidade de se criar identificações ora táticas, ora simbólicas, demarcando sua presença e identidade, tendo como ponto de partida o Exército dos EUA, do qual o V Exército (figura 1) recepcionou a FEB.

Fig.1 – Insígnia do V Exército dos EUA.



Fonte: US Army

Declinaremos de falar de outras unidades, sabedores de que cada uma delas possuía seus brasões, bandeiras e flâmulas. No caso



brasileiro, temos o elemento mais conhecido no meio daqueles que gostam de militar e estudam história militar, o famoso símbolo da cobra fumando.

Fig.2 – Insígnia “cobra fumando”, da Força Expedicionária Brasileira.



Fonte: Exército Brasileiro

Muito embora em nossas pesquisas redescobrimos as famosas flâmulas que representam a alma das tropas que atravessaram o oceano para participar do conflito mundial na Itália, a imagem acima (figura 2) trata-se de um brasão fazendo alusão à nossa Divisão de Infantaria. Fato é que tínhamos outros símbolos genuinamente brasileiros, oriundos de nossas tradições militares, pois nossas tropas se apresentaram na Itália por um bom tempo com a insígnia

divisional que chamamos carinhosamente de “coração do Brasil” (figura 3), que abaixo apresentamos como forma de ilustração.

Fig.3 – Insígnia “coração do Brasil”, utilizada inicialmente pela Força Expedicionária Brasileira.



Fonte: Exército Brasileiro

Com justiça apresentamos as flâmulas que representam a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, formada iconograficamente em um retângulo que segundo Joseph McMillan (2001), que assim a descreve:

A 1ª Divisão de Infantaria, núcleo da Força Expedicionária Brasileira que lutou ao lado dos Estados Unidos e outras tropas aliadas no norte da Itália durante a Segunda Guerra Mundial, usava bandeiras de comando que se diferenciavam das outras



divisões do Exército Brasileiro, pois as estrelas do Cruzeiro do Sul foram adicionados ao número da divisão e símbolos de ramificação na talha. Aqueles que conhecem a heráldica militar dos EUA podem reconhecer uma semelhança distinta entre o emblema da divisão, o numeral “1” cercado pelas estrelas do Cruzeiro do Sul. O emblema era notavelmente semelhante adotado quase ao mesmo tempo pela 1ª Divisão de Fuzileiros Navais dos EUA. Não tenho motivos para supor que isso seja apenas uma coincidência, já que a Divisão de Fuzileiros Navais lutou no Pacífico Sul, e não na Europa.¹

A insígnia de comando do general comandante da Divisão de Infantaria Expedicionária pode ser descrita da seguinte forma: “um Retângulo, subdividido por quatro outros retângulos menores, sendo o maior em cor vermelha e encimado ou sobreposto por um losango branco com o numeral 1 (um) de primeira divisão que figura bem no meio do losango que também tem nele gravado um cruzeiro do sul igualmente vermelhos” (figura 4).

Fig.4 – Insígnia do comandante da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária.



Fonte: Exército Brasileiro

Outro elemento simbólico importante gerado foi a insígnia de comandante da Infantaria Divisio-nária, onde se no qual figuram três elementos: o Cruzeiro do Sul, símbolo da infantaria brasileira que constitui-se de dois fuzis encimados por uma granada; o numeral “1” arábico, definindo como primeira divisão de Infantaria e, por fim, ao lado deste campo, mais dois: o superior verde e o inferior amarelo, fazendo valer as cores nacionais brasileiras (figura 5).



Fig.5 – Insignia do comandante da Infantaria Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária.



Fonte: Exército Brasileiro

Então, se de um lado tenta-se “minimizar” no indivíduo suas características paisanas até uma pretensa “essência militar” naturalizada, de outro se pretende preencher o que está lá com algo, no caso a presença da tropa brasileira.

A engenharia social que realiza esse feito baseia-se fortemente em um dia-a-dia ritualizado, inteiramente pautado pela repetição de um ordenamento da realidade. Tal fato é marcado por uma diagramação constante dos horários, dos modos de conduta, de reconhecimento automático de dispositivos de ação, como ordens, posturas corporais e etiqueta, assim como o reconhecimento de símbolos e notações, como os emblemas e

siniais que se estampam nos uniformes, e, finalmente, de uma terminologia realizada principalmente através do emprego de uma linguagem cifrada por meio de siglas e termos nativos.

Os exemplos podem ser agrupados em algumas classes terminológicas e classificatórias que escolhemos a fim de ilustrar esse corte indenitário. Como diz Peirce

teoria geral das representações, que leva em conta os signos sob todas as formas e que assumem (linguísticas ou não), enfatizando especificamente a propriedade de convertibilidade recíproca entre os sistemas significantes que integram.²

O que nos leva a entender a interface com uma linguagem simbólica que marca a presença de um determinado grupo em um local assim como foi a presença das tropas brasileiras no Teatro de Operações da Itália, entre 1944 e 1945.



BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Gustavo. *História militar do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2019.

PEIRCE, Charles Sanders. *Selected Philosophical Writings*, Indiana, v. 2, 1998.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Introdução à semiótica*, Lisboa: Editora Presença, 1991.

SANTAELLA, Lucia. *Teoria geral dos signos*. São Paulo: Pioneira, 2000.

LUZ, Milton. *A história dos símbolos nacionais: a bandeira, o brasão, o selo, o hino*. Brasília: Senado Federal, 1999.

¹ Impresso intitulado *Exercito Expedicionário—Insígnias de Comando*, publicado pelo Gabinete Foto cartográfico do Ministério da Guerra do Brasil, nos arquivos do US Army Institute of Heraldry. *Joseph McMillan*, 6 de maio de 2001

² PEIRCE, Charles Sanders. *Selected Philosophical Writings*, Indiana, v. 2, 1998.

RESENHA

1820 Revolução Liberal do Porto

Sebastião Amoêdo de Barros^a

**CORDEIRO, José Manuel Lopes. *1820: Revolução Liberal do Porto*.
Porto: Câmara Municipal do Porto, 2020.**



O presente resumo refere-se ao livro *1820: Revolução Liberal do Porto*, de autoria de José Manuel Lopes Cordeiro, e editado em 2020 pela Câmara Municipal do Porto.

O título da obra apresenta-se

genérico, como o são todas as citações desse importante evento da história do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, notoriamente em *terra brasilis*, onde o desenrolar dos acontecimentos então chegava com dois meses de atraso, e sua memória ainda se mantém retardatária, em mais de dois séculos. Com nove capítulos e 504 páginas, mais fotografias da exposição ocorrida na cidade do Porto, o livro apresenta uma pesquisa documental e iconográfica de todo o desenrolar dos acontecimentos que

a Professor, doutor em Comunicação. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



vão desde os antecedentes que se apresentam já em 20 de novembro de 1807, com a entrada de tropas napoleônicas e a fuga da família real para o Brasil, até seu retorno em 4 de julho de 1821, com o juramento das bases da Constituição.

Conta o livro com nota introdutória de Rui Moreira, presidente da Câmara Municipal e autarca do Porto, prefácio de Marcelo Rebelo de Sousa, presidente de Portugal, e os poemas “As férias” e “24 de agosto”, de Almeida Garrett.

O AUTOR E SUA OBRA

Seu autor é o professor doutor José Manuel Lopes Cordeiro, docente do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho; diretor científico do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, em Vila Nova de Famalicão, e presidente da Associação Portuguesa para o Património Industrial. É também membro do *Board* do *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*;

diretor da revista *Arqueologia Industrial*, e autor de inúmeros livros e artigos sobre história econômica e industrial, patrimônio industrial e história política contemporânea.

Uma das mais interessantes documentações apresentadas são os manifestos ou proclamações que foram editados ao longo de todo o processo revolucionário. Precisamos compreender a prática de um tempo em que não havia os avanços midiáticos que se apresentam na contemporaneidade. A própria imprensa era ainda incipiente e a forma corriqueira de fazer conhecer intenções era aquela de textos impressos que eram distribuídos, não raro clandestinamente, e afixados em pontos de alta visibilidade, onde a população ainda inculta contava com os préstimos dos mais letrados que os liam. Curioso notar que estes são algo extensos e mesmo intrincados, usando de alguma subjetividade a carecer de interpretações. O livro traz mais de 30 manifestos, muitos pormenorizadamente criticados.



CAPÍTULO I ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO.

A ênfase do primeiro capítulo é a Convenção Secreta em Londres, de 8 de novembro de 1807, acordando a ocupação da Ilha da Madeira com tropas britânicas, a proteção do embarque da Família Real, a ida da armada e da marinha mercante inglesa com D. João, as concessões comerciais – materializadas pela abertura dos portos e uma cláusula, não aceita, que garantiria aos ingleses um porto na ilha de Santa Catarina, ou em outro ponto da costa do Brasil, com importações livres e os mesmos direitos alfandegários que se cobravam por idênticos artigos nos portos de Portugal. Para o autor, tais cláusulas demonstram o antigo interesse britânico pelos mercados ultramarinos.

No pormenor das ausências tanto do Rei do Piemonte, quanto o das Duas Sicílias, para bem preservarem seus reinos, é demonstrado que a ida da Família Real portuguesa para o Brasil não representa

fato inédito ou inesperado, havendo aqueles que previam tal destinação.

No momento da segunda invasão francesa, a cidade do Porto sofre com brutal agressão e a terrível destruição da Ponte das Barcas. Os generais ingleses Beresford e Cradock não se entendem quanto ao deslocamento de forças estacionadas em Lisboa em socorro ao norte, desconsiderando o seu povo. Alegam a necessidade de defender a capital pela iminência de um ataque do marechal Victor, que se encontra na Extremadura espanhola. A Regência portuguesa, instalada por D. João VI, não se solidariza com os portuenses, não analisa seriamente as causas da queda da cidade e, em uma proclamação emitida a 7 de abril, acusa covardemente seus habitantes de terem sido os responsáveis pelo sucedido. O *Correio Brasiliense* de Hipólito José da Costa é “a única voz que então se levantou para contrariar, e corrigir, a tese da Regência”.

Em 22 de abril de 1809, o general Arthur Wellesley, mais tarde Duque de Wellington, chega a



Portugal e passa a reorganizar o exército. Já no Rio de Janeiro, em 1810, é firmado o Tratado de Comércio e Navegação com o Reino Unido. Em 1814 iniciam os entendimentos e estabelecimento dos princípios da Santa Aliança, com foco na restauração europeia e dos seus reinos absolutistas.

Logo em 1815, tem início o movimento abolicionista, marcado pela assinatura, em 22 de janeiro, do Tratado da Abolição do Tráfico de Escravos em todos os Lugares da Costa de África ao Norte do Equador, entre Portugal e Reino Unido.

O Congresso de Viena, de 3 de novembro a 9 de junho de 1815, obriga a Espanha a devolver a região de Olivença, não ocorrido até o presente momento. Por proposta do *czar* da Rússia Alexandre I, é feita uma coligação com os Impérios da Rússia, Áustria e o Reino da Prússia, para garantir suas decisões, dentre elas o direito de intervenção militar em qualquer região europeia onde se deflagra um movimento liberal, para sufocá-lo,

bem como travar e impedir os processos de independência.

A esse tempo, o Brasil é elevado a Reino Unido, e, logo depois, irrompe a Revolução Pernambucana.

CAPÍTULO II

A REVOLUÇÃO EM CURSO.

O segundo capítulo tem início com um acontecimento fatídico: a execução de Gomes Freire de Andrade, ato covarde e injusto, já que as acusações jamais foram comprovadas. Este triste episódio faz eclodir o movimento liberal do Porto, com a criação do Sinédrio, um grupo de patriotas que inclui juristas, comerciantes e militares, liderados pelo Desembargador da Relação Manoel Fernandes Tomás, que vem a ter papel de destaque no movimento. Os acontecimentos passam a se multiplicar afetando o ascender do Sinédrio. A abolição da Maçonaria por D. João VI, em 30 de março de 1818, proibida desde 1788 pelo Papa Clemente



XII, instituição que reunia a maioria dos sublevados.

Na Espanha, a 7 de março de 1820, o Palácio Real é cercado por uma grande multidão obrigando Fernando VII a jurar a Constituição nascida em Cadiz, que vem a ser chamada La Pepa.

Portugal reage, impondo censura aos jornais existentes e a Hipólito José da Costa. “Apesar de ter os cofres esauridos, Portugal enviava constantemente avultadas somas de dinheiro para o Brasil”. Com isso é financiada a esquadra que foi a Livorno trazer a arquiduquesa Leopoldina e sua numerosa comitiva e o financiamento de despesas dispendiosas da campanha da Cisplatina. Passa a ser consenso que só o retorno do Rei ou do príncipe Pedro poderia representar um fato de carga simbólico para modificar o quadro político português.

O Sinédrio tem altos e baixos, ora com dúvidas ante os perigos extensivo a obter novas adesões. Lisboa é acusada de indolência e covardia, principalmente ante a um autoritarismo com que Beresford governa as forças militares. A 15

de março de 1820, chega a Lisboa José Maria Pando, novo encarregado de negócios da Espanha, já constitucional. As autoridades não podem negar suas credenciais, mesmo considerando-o como um infiltrado para estabelecer o liberalismo em Portugal. Nasce nesse momento a ideia de uma união ibérica, sendo Lisboa a capital das Espanhas.

O tenente-coronel espanhol José Maria Barrero vai ao Porto e se reúne com o Sinédrio, representado por Fernandes Tomás, Ferreira Borges e Francisco Gomes da Silva, e declara que o governo de Madri está disposto a dar apoio militar e financeiro aos revolucionários, mas sob uma condição: Portugal tem de se unir com a Espanha, para ambos poderem reagir à Santa Aliança. Fernandes Tomás recusa alegando várias vezes que os portugueses não querem perder a sua nacionalidade.

Neste momento se discute até o término da dinastia da casa de Bragança a favor da casa do Duque de Cadaval.



Mas nem todos são a favor de tantas mudanças, e o Sinédrio passa por traições e perseguições. Reuniões ocorrem em ambientes onde não é permitida nem a luz de velas. O principal empecilho é ainda o consenso quanto à necessidade de uma reviravolta no sistema de governo então vigente.

A 14 de abril de 1820, Beresford deixa Lisboa e parte para o Rio de Janeiro, com o propósito de solicitar a D. João um reforço de poderes para combater mais eficazmente o que apelida de “jacobinismo”. Tal fato incita o Sinédrio a anteceder seus feitos antes do retorno do general. Manuel Fernandes Tomás vai a Lisboa e realiza várias reuniões, sem grandes conclusões. De Nápoles, chega a notícia da Revolução Liberal no Reino das duas Sicílias, ocorrida a 2 de julho de 1820, e na fronteira da Galiza são posicionadas tropas espanholas.

Na noite de 22 de agosto são registradas as derradeiras adesões ao movimento. As forças militares dispostas a participar na revolução agregam praticamente todos os

regimentos e batalhões do Norte do país.

O momento é de grande tensão, e todos os membros do Sinédrio mantêm-se em alerta e em permanente contato. Às 23 horas do dia 23 de agosto, o coronel inglês Maxwell Grant e o Governador das Armas do Porto general Filipe de Sousa Canavarro tentam anular o 6º Regimento de Infantaria. Os oficiais não aceitam, prendem Grant, e Canavarro se afasta, sob alegação de doença. “Neste momento já nenhum obstáculo impedia a concretização do projeto regenerador do Sinédrio. Dali a poucas horas eclodiria a Revolução Liberal”.

CAPÍTULO III

A REVOLUÇÃO LIBERAL DO PORTO

“Pelas 4 horas e meia da madrugada do dia 24 de agosto de 1820, o coronel Sebastião Drago Cabreira sai do aquartelamento de Santo Ovídio à frente do Regimento de Artilharia nº 4, cujos soldados



e oficiais manda formar em parada na extensa praça defronte daquele quartel militar”. Assim tem início a narrativa do dia decisivo. A seguir, reza-se missa e é feita a leitura de proclamações aos soldados por Cabreira e o coronel Bernardo Sepúlveda, este membro integrante do Sinédrio. A artilharia saúda com uma salva de 21 tiros e todos juram fazer cumprir a Constituição.

É criada uma junta Provisória do Supremo Governo do Reino, sendo presidente António da Silveira Pinto da Fonseca e vices Sebastião Drago Cabreira e Bernardo Sepúlveda. Havia mais 12 vogais, representando a nobreza, o clero, a universidade, a magistratura, o comércio e representantes das províncias do Minho, da Beira e de Trás-os-Montes. Tempos depois, no episódio denominado Vilafrancada, o *Livro de Vereações*, onde foi registrada tal reunião, é seriamente agredido com tinta negra, e somente restaurado em 2020. Seus dados são preservados em diversas publicações, notoriamente no *Diário Nacional*, primeiro jornal liberal lançado no Porto.

A partir daí iniciam uma longa jornada, obtendo-se sempre o juramento das Câmaras Municipais e demais autoridades de cada cidade, de obediência à Junta, às futuras Cortes e à Constituição que então elaborassem, mantidas a religião católica e a dinastia de Bragança. É preciso notar que em momento algum há descrédito ao Rei ou à Casa de Bragança, menos ainda à fé católica e sua Igreja.

Sebastião Drago Cabreira é indicado comandante-chefe das forças armadas, o governo seria em nome de El Rey, cujo retrato apresentado na ocasião é recebido com júbilo e provoca lágrimas de felicidade. Quanto aos oficiais ingleses, são informados que serão mantidos seus privilégios até a instalação das Cortes.

A região vive momentos de grandes festejos e a Regência reage tibiamente. Os revolucionários alegam que os decretos vindos do Brasil não são originários de D. João VI, mas sim da parte de pessoas interessadas em determinados assuntos.



A 28 de agosto é enviada a Lisboa uma longa mensagem manifesto que expressa:

O grito de cem mil almas, que nesta Cidade proclamarão solememente a vontade de recobrar seus direitos, retumbou nas Província, e foi repetido com aquelle santo entusiasmo, que tão heroico feito devia causar.

O autor encerra o capítulo demonstrando o elitismo do Sinédrio e do próprio movimento:

A Revolução Liberal do Porto de 24 de Agosto de 1820 não se pode reduzir ao pronunciamento militar no Campo de Santo Ovídio. Embora nenhum dos seus membros tivesse tido qualquer papel activo durante a execução do pronunciamento, que foi exclusivamente militar, na realidade este foi obra do Sinédrio, ou seja, da sociedade civil, que na última etapa dos acontecimentos incorporou esses elementos militares, uma vez que eram indispensáveis para o sucesso do empreendimento. Aliás, dada a composição social do Sinédrio, não existia alternativa nem se colocava a possibilidade de mobili-

zação popular para alcançar o objetivo pretendido.

CAPÍTULO IV A PROPAGAÇÃO DA REVOLUÇÃO LIBERAL DO PORTO

Em Lisboa, a repercussão dos manifestos no Porto provoca júbilo no povo e desaprovação entre os governantes, que os denominam “horrendo crime de rebelião” e manifestam confiantes que o exército “se apresse em apagar a mancha, de que a sua honra está ameaçada”. Mas suas proclamações não surtem efeito, entre outros fatores, porque os soldos dos militares já acumulam um atraso de pagamento de sete meses.

Enquanto isso, os líderes portugueses não se intimidam e percorrem todo o Norte do país a instar apoios e juras à constituição que ainda estava por ser exarada.

A 26 de agosto de 1820, em seu quartel-general em Chaves, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira, primeiro Conde de Amarante, faz uma proclamação



contra o movimento e exclama: “Transmontanos, conservemos a nossa fidelidade e seja o nosso grito geral: viva el-rei, e vivam os portugueses honrados, que lhe forem fiéis”. Imediatamente o Porto reage e envia novas proclamações. O Conde de Amarante é acusado de pretender uma guerra civil, e se exila em território espanhol.

Mais adiante o marechal Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda tenta uma reviravolta nos acontecimentos e solta sua proclamação, não autorizada, que tece ameaças aos militares e às povoações de julgá-los e castiga-los como traidores caso não prestassem juramento ao Rei, às Cortes e ao governo supremo estabelecido no Porto. A intempestiva mensagem, além de desnecessária, mostra-se ineficaz, visto que a maioria das regiões já se compromete com o movimento. Curioso notar que, tempos mais tarde, o marechal Gaspar Teixeira seria comandante das tropas miguelistas.

Com adesões em todo o Norte, muito graças ao empenho do coronel Bernardo Sepúlveda, se obtém

não apenas juramentos de fidelidade, como também recursos financeiros para a causa. Sua eloquência é sentida quando destaca as agruras de Portugal: “cospe sangue o lavrador”, é a imagem que traduz o sofrimento do povo.

O tenente-general António Marcelino de Vitória, governador militar da Beira, aceita aderir ao movimento, mas concertado com o Conde de Amarante, em 27 de agosto falta com a palavra, mandando avançar um regimento sobre Tondela, na tentativa de controlar as margens do Vouga e assim impedir as comunicações Norte-Sul. Em 29 de agosto, de seu Quartel General em Viseu, pronuncia-se contra o movimento revolucionário. Os portuenses respondem com nova proclamação e o coronel Sepúlveda, com suas tropas, faz o tenente-general Vitória recuar para Castelo Branco. Em tais embates não há derramamento de uma gota de sangue.

Aos 28 de agosto de 1820, a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino faz uma longa proclamação aos Habitantes de



Lisboa. Nela propõe representações aos moldes de Espanha. A seguir, em 3 de setembro, envia uma carta aos governadores do Reino e nela explicitam “ninguém melhor do que V. Ex. sabe o triste estado de miséria e opressão em que se achava nossa infeliz Pátria [...]”. Denunciam, ainda, as tratativas do Reino Unido da Grã Bretanha e da Espanha em destronarem a casa de Bragança, e ascenderem a casa de Cadaval, naquilo que seria o Reino da Ibéria.

Lisboa envia o marechal Manuel Pamplona Carneiro Rangel para combater a revolução, mas este não consegue ultrapassar a cidade de Aveiro, ante a insubordinação de seus comandados.

As tentativas da regência em conter o movimento tornam-se frustradas. Palmela, que retornara de Londres no início de agosto, fica vivamente surpreso. As Cortes começam a ser convocadas pelos governadores de províncias, com a insistência do retorno do Rei, que se encontra no Brasil. Palmela idealiza uma Carta ou Lei Constitucional do Rei, a ser proposta a D.

João VI. Os fatos se precipitavam em marcha acelerada. Persiste uma divisão entre moderados e revolucionários.

Em uma desesperada tentativa de sustentar o processo, a Regência emite uma proclamação em nome dos governadores do Reino aos Corpos do Exército “extraviados”, propondo anistia àqueles que manifestarem obediência. A Junta do Porto reage com nova proclamação, e é anunciada a presença de tropas espanholas na fronteira da Galizia. Pede-se “honra e imortalidade” e são desmentidas as reais intenções da convocação das Cortes pelos Governadores, como ato conspiratório contra a Revolução. Apesar das incertezas, ocorre a primeira reunião da Comissão para convocar as Cortes, da parte dos Governadores do Reino, na Torre do Tombo, em 6 de setembro de 1820.



CAPÍTULO V

LEVAR A REDENÇÃO AOS CATIVOS LISBONENSES

Como o próprio título enseja, o desafio é fazer conhecer, compreender e compartilhar os ideais da Revolução com Lisboa.

As províncias do Norte já aderem, os governadores do Reino – Cardeal Patriarca; Marquez de Borba; Conde de Peniche; Conde da Feira e Antonio Gomes Ribeiro – manifestam-se um pouco mais aderentes, ante a inevitabilidade do processo. Expressam que também desejam reformas, mas não uma revolução. Insistem na anistia a todos que participaram dos episódios iniciais. Citam como exemplo o ano de 1640, quando foi restaurada a independência de Portugal. Os acontecimentos do Porto trazem não apenas dificuldades militares à Regência, como também escassez de recursos financeiros. Mas os oficiais da cidade do Porto respondem com novo manifesto explicando que desejavam tirar os governadores, não o Rei. A 7 de setembro de 1820, a Regência tenta convocar

as tropas sob o comando do Conde de Amarante, já refugiado na Galízia. No quartel de Póvoa coube a Barbacena fazer duas proclamações à tropa, mas estas não encontram eco.

Demonstrando desespero a Regência, convoca a 9 de setembro as Cortes pelo regime antigo dos três Estados: clero, nobreza e povo. Previstas para 15 de novembro, tal idealização não faz realidade ante o avanço dos acontecimentos. Em 15 de setembro, Coimbra já se junta à causa dando grande recepção aos membros da Junta do Porto.

Os governadores em Lisboa ainda tentam negociar, moderam as acusações, mas “a ineficácia de suas proclamações e com os corpos militares que lhes são fiéis a desertarem e a submeterem-se à autoridade do Governo da Junta do Porto” tornam seus esforços inúteis. De todo modo, marcha o marechal Póvoas a 13 de setembro para combater os revolucionários, mas, ao chegar a Leiria, solicita reunião com a Junta que está em Coimbra. Cartas são trocadas, a Junta não aceita as credenciais de Póvoas, e



chega a notícia, a 17 de setembro, que Lisboa aderiu ao movimento. “Já não somos rebeldes”, com júbilo chega a notícia da deposição dos governadores em Lisboa.

Os acontecimentos de Lisboa sofrem várias narrativas, até mesmo de um tenente que tenta se apresentar como protagonista para pedir aumento de soldo, mas não obtém sucesso e é historicamente desmoralizado.

Em Lisboa é marcante o papel do Juiz do Povo, líder da Casa dos 24, secular entidade de raro prestígio e do marechal Luís Inocêncio Benedito de Castro, terceiro Conde de Resende, que foi tentar conter as tropas que se amotinavam e, como maior autoridade presente, acabou virando árbitro e aparente líder. Fato pitoresco foi o do general Manuel de Brito Mousinho. Este, ao chegar no meio do movimento, não gosta muito, mas foi cercado e obrigado a aderir, trocar de roupa e vestir a farda de gala.

Aos gritos e com anotações em uma folha de papel avulsa, a multidão indica quem deveria governar daí então, elencando pela

tradição clérigos e nobres e uma pífia parcela do povo. Mais uma vez, a elite é privilegiada, a despeito dos ventos reformadores.

Este novo governo envia a Leiria o capitão Bernardo de Sá Nogueira com mensagem para o Conde de Barbacena ficar estacionado e aguardar novas ordens. E, a partir daí, tenta assumir o protagonismo principal e até açulam os portuenses ao afirmar: “Nobres Portuenses! Vós nos ganhastes a primazia, mas não nos vencestes na virtude! E quem poderá vencer a virtude de um português? Nem um português mesmo!”.

Instituída a censura, é proposto o esquecimento dos males do passado, que não oculta certa intenção de retrocesso, e são realizadas muitas festas.

Curiosamente, no Porto a oficina que produz folhetos da Revolução sofre um pesado e suspeito incêndio.



CAPÍTULO VI

ENTRADA DA JUNTA DO PORTO NA CIDADE DE LISBOA

A 17 de setembro, o Governo Interino comunica formalmente os acontecimentos recentes de Lisboa e convida a Junta do Porto, neste momento já em Coimbra, a trabalhar em conjunto para a promoção do bem geral da nação. Com a citação “ambos os governos”, fica clara a tentativa de Lisboa em se mostrar protagonista e tentar controlar o movimento.

O Porto responde com mágoa às publicações, dando como “suprema” a Junta do Governo de Lisboa. Têm início divergências sempre epistolares. Lisboa cai ante o maciço apoio recebido pelo Porto, e propõe marcha com tropas para Lisboa pelo decoro e para que recebam aplausos pelo patriotismo.

Antonio da Silveira tenta dissolver a Junta do Porto, provocando séria reação. Em uma acomodação entre as partes, é criada, finalmente, nova Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, com

membros do Porto, alguns do Sinédrrio, e também de Lisboa. “A solução encontrada em Alcobça de incorporar os membros do Governo Interino não resolveu o problema das divergências existentes no seio do Governo Supremo e viria a ter implicações a médio e longo prazo”. Fernandes Tomás emerge como o grande conciliador e maior líder da Revolução.

Antônio da Silveira e Sebastião Cabreira propõem novo golpe, tido em sonho, a Silva Carvalho. Este responde com outro sonho, o de colocar duas balas na barriga de cada um. Como sempre, Sepúlveda intervém e acaba com a loucura. Críticos insinuem que Silveira queria dominar o exército e empregar amigos. Antonio da Silveira ainda tenta entrar Lisboa isoladamente, mas é dissuadido.

Grande festa, em 1º de outubro de 1820, é a entrada da Junta do Porto em Lisboa. Calculam-se mais de 100 mil pessoas na ocasião em apoteose raramente vista, ocorre o canto do Hino Constitucional e edições da Constituição de Cádiz de 19 de março de 1812.



No Porto, realiza-se um baile em homenagem ao príncipe D. Pedro de Alcântara de Bragança e Bourbon, que aniversaria no Brasil e é saudado pela manhã com uma salva de 21 tiros. Na praça de Santo Ovídio, há uma grande parada, com as tropas de guarnição da cidade, saudadas com muitos vivas a D. João VI, à Família Real, às Cortes, à Constituição.

Grandes festejos duram dias no Porto.

No Teatro de S. João “havia uma brilhante iluminação de novo gosto. Além de muitos lumes notavam-se vistosos obeliscos, onde se liam os nomes dos membros da Junta eleita e inscrições relativas ao assunto de dia. Na sala de espetáculo apareceram os nomes dos restaurados cercados de um grande esplendor com as datas da revolução. Eram sustentados pelas quatro virtudes de que estavam possuídos – amor da pátria – vigilância – grandeza de ânimo – defesa contra a tirania. No remate da medalha apresentava-se a fama, que devia conduzir os heróis ao tempo da glória. O retrato do Rei era sustentado pelas mesmas figura alegóricas.

A defesa contra a tirania sustentava a Constituição”.

Somente em 17 de outubro, chegam ao Rio de Janeiro as primeiras notícias sobre a Revolução Liberal do Porto.

CAPÍTULO VII AS ELEIÇÕES PARA AS CORTES CONSTITUINTES

Fidelíssimos a D. João VI e ao absolutismo, vários embaixadores de Portugal espalhados pela Europa expressam suas divergências com a Revolução e passam a boicotar trâmites diplomáticos, como emissão de passaportes, vistos, despachos aduaneiros etc. A esse tempo, nasce a Santa Aliança, que realiza seus congressos com aprovações de intervenções nos países que tentavam impor o liberalismo e destruir seus soberanos.

O Marques de Marialva, embaixador em Paris, tenta em Tropau fomentar uma intervenção armada em Portugal. Uma vez frustrada a tentativa, António Saldanha da Gama é enviado a Lai-



bach (Liubliana) para obter a intervenção, mais uma vez frustrada.

Pedro de Sousa Holstein, o Conde e Duque de Palmela, embaixador em Londres, dirige-se ao Rio de Janeiro, mas antes passa por Lisboa. Recusa-se a jurar o projeto de Constituição e segue ao destino onde passa a orientar a D. João sobre o perigo no atraso de suas decisões, alegando que cada semana no Brasil corresponde a um século em Portugal.

Beresford volta do Rio de Janeiro para Lisboa, mais empoderado, mas, ao adentrar o Tejo, é proibido de desembarcar. O marechal Campbell desobedece às ordens e contata Beresford, a bordo do *Phoenix*. Ambos são sumariamente expulsos e partem para Londres.

Tem início o crescimento da imprensa oficial com o *Diário do Governo*, e este governo chama a Lisboa assuntos que se decidem no Rio de Janeiro, por vezes com atrasos de mais de dois anos, mantendo uma postura conservadora, ainda que revolucionária. Em sua composição se fazem notar as três Ordens do Reino: Clero, Nobreza e

Povo. Borges Carneiro sugere eleições dos representantes, inclusive na América Portuguesa, leia-se Brasil. A imprensa Liberal apoia.

A Academia de Ciências encarrega Francisco Trigo, um liberal bastante conservador, a fazer uma proposta de processo eleitoral. Este não decepciona a tradição, e sugere seguir a norma das Ordens do Reino. A casa dos 24, algo como reunião de árbitros das representações laborais, é consultada e sugere, em 25 de outubro de 1820 seguir um processo eleitoral indistintamente em todo o povo, como na Constituição Espanhola, e encaminha ofício ao comandante do Exército, marechal Gastar Teixeira de Magalhaes e Lacerda, para executar tal intento.

Tanta tergiversação vai gerar o golpe político-militar de 11 de novembro de 1820, efetivado por jovens do Clube Militar com outros militares conservadores. Estes realizam movimento de tropas na Praça do Rossio, onde fica a sensação de um embate armado. A população de plateia eufórica se transforma em desesperada debandada. A



confusão gera forte reação moral, a opinião pública passa a exercer severas críticas aos militares, em “reação de todos contra autoritarismo com um povo recém-reerguido”. O fato fica conhecido como “Martinhada”, por ter acontecido no dia de São Martinho.

O brigadeiro Antonio da Silveira Pinto da Fonseca, partícipe do movimento, nega intenções de assumir o cargo de comandante do Exército, mas é afastado de suas funções no governo. Nessa mesma data, chega ao Rio de Janeiro a notícia da adesão de Lisboa à Revolução do Porto. São convocadas as eleições em três sofisticados turnos, mas com algumas fragilidades como alguns votos em aberto, o que provoca reação de segmentos mais à esquerda.

Finalmente, na tarde 17 de novembro de 1820, ao se dirigir do palácio do Marquês de Valada, Manuel Fernandes Tomás é reconhecido e apoteoticamente ovacionado, sendo levado nos braços do povo ao seu destino.

Finda a “Martinhada”, são elencadas Instruções eleitorais com

5 capítulos, 103 artigos, mais 7 adicionais sobre Lisboa e seu Termo. As eleições seriam feitas em quatro etapas, tendo como base o Censo de 1801. Em cada Freguesia se elegeriam os compromissários. As Juntas Eleitorais de Compromissários elegeriam os Eleitores Paroquiais. Estes elegeriam os Eleitores de Comarca, que, por sua vez, escolheriam os Deputados Titulares ou substitutos.

O Minho elege 25 Deputados; Trás-os-Montes 9; Beira 29; Estremadura 24; Alentejo 10; Algarve 3; totalizando 100 deputados. As Cortes são instaladas no Convento das Necessidades, tendo o Trono de El-Rei em local de absoluto destaque. O juramento de abertura dá-se a 26 de janeiro de 1821.

CAPÍTULO VIII A OBRA LEGISLATIVA DAS CORTES ATÉ O REGRESSO DE D. JOÃO VI

Na sessão de abertura das Cortes de 26 janeiro, estão presentes representantes da Espanha, Alema-



na, Suíça e Estados Unidos da América. Cabe ao Conde Sampaio fazer o discurso principal, onde se destaca a fidelidade ao Rei e à Religião. Dos 100 deputados eleitos, apenas 74 conseguem estar presentes.

A presidência dos trabalhos é entregue ao Frei Vicente da Soledade e Castro, arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, eleito deputado pela Província do Minho. A vice-presidência cabe a Manuel Fernandes Tomás. Logo na primeira sessão, é aprovado decreto para que a Junta Provisional se mantivesse até a indicação de uma regência. Ante a dúvida se os deputados poderiam participar do governo, a decisão é negativa.

A 30 de janeiro são eleitos o Marquês de Castelo Melhor para presidente da “Regência do Reino em Nome d’El-Rei o Senhor D. João VI”, que não pode tomar posse por motivos de doença, ficando então o Conde de Sampaio mais três vogais. Após os juramentos formais é composta uma comissão para redigir as Bases da Constituição.

As Cortes só estariam plenamente completas em 1822 e seriam compostas por 76% de magistrados, juristas, lentes e profissionais liberais e 24% de negociantes, proprietários, médicos e militares. A Província do Minho indica 41% de Deputados com formação jurídica, que são os grandes influenciadores do texto final.

Diplomatas representando o Reino de Portugal no Congresso Laibach - Liubliana pedem o não reconhecimento do novo governo em Portugal e até mesmo a intervenção militar. Mas os congressistas se concentram no desafio do Reino das Duas Sicílias. Saldanha da Gama lamenta a decisão em Laibach de não socorrer Portugal e considera mais grave ainda o fato de seus integrantes considerarem seu país um mero satélite do Reino Unido.

Os embaixadores portugueses mantêm-se contrários ao movimento e até boicotam serviços diplomáticos e aduaneiros. As Cortes discutem tomar todos os seus bens e impõem sanções a Marialva, Orição.



la, Saldanha da Gama, Francisco Brito e outros.

Na sessão das Cortes de 5 de fevereiro de 1821, é dado a conhecer o Relatório de Fernandes Tomás sobre o estado e administração do Reino durante o tempo da Junta do Governo Supremo, ou seja, desde o dia 1º de outubro de 1820 até a instalação da Regência em 30 de Janeiro de 1821. O agronegócio, a produção de vinho e o comércio estão catastróficos.

As relações comerciais com o Brasil caem para um quarto daquelas do início do século. Péssimas estradas até Lisboa ou Coimbra, sistema excessivamente protecionista, 86% dos estabelecimentos fabris estão em estado sofrível, e o exército encontra-se com 8 meses de atraso no pagamento dos soldos.

As Cortes ainda se mostram fiéis a D. João VI. Em carta falam que a inauguração do seu retrato provocara lágrimas. Lamentam a penúria do país e a anistia e informam a demissão dos oficiais ingleses com soldos equitativos.

Quando as Cortes decidem que os bispos da Igreja Católica

devem defender o liberalismo e jurar obediência, o Cardeal Patriarca de Lisboa não aceita e, ato contínuo, é extraditado.

As bases da Constituição, uma vez aprovadas, garantem a liberdade de imprensa e a abolição da inquisição. Quanto ao Rei ele passa a ter um poder suspensivo, ou de veto, mas com demais poderes bastante limitados. Em 1º de janeiro de 1821, o Grão-Pará adere à Revolução Liberal com fidelidade a El Rei e Senhor. A Bahia, a 3 janeiro 1821, também adere a revolução do Porto.

A 24 de fevereiro de 1821, decreto D. João VI aprova a Constituição em elaboração, e a 26 de fevereiro ocorre o auto de juramento de D. Pedro em nome de seu pai, que estava afônico de pavor. A 7 de março, é anunciada a partida do Rei para Portugal, deixando seu filho o Príncipe D. Pedro como Regente do Brasil.

A 6 de abril é a vez de o Maranhão aderir a Revolução do Porto.

Em Lisboa, pelo Decreto de 24 abril 1821, são aprovadas as



eleições no Ultramar. Seu primeiro artigo “divide o Brasil”, com isso todas “as províncias brasileiras passam a dispor do direito de elegerem os seus próprios governos, contribuindo também para atrair às posições das Cortes Constitucionais”. São aprovadas também ameaças a quem invadir porção do território português. Pará e Bahia animam o antagonismo ao Rio de Janeiro. É extinto o Reino do Brasil.

CAPÍTULO IX DA RECEPÇÃO DA REVOLUÇÃO NO BRASIL AO REGRESSO DE D. JOÃO VI

A notícia da Revolução Porto chega com grande lapso de tempo ao Rio de Janeiro, com os fatos já bastante adiantados e se precipitando em Portugal. A princípio, o silêncio do Rio de Janeiro é ensurdecido. Mais tarde, o Rei envia carta propondo anistia a todos que participaram da Revolução, em uma tentativa de retroceder o avanço dos acontecimentos.

No Brasil as opiniões se dividem. Alguns querem o retorno de D. Pedro a Portugal. Outros, que o próprio Rei vá até lá apaziguar os ânimos, e retorne ao Brasil. Uma terceira corrente deseja o Rei para sempre no Brasil. Esta é manifesta em folheto até na língua francesa. Corre a notícia, também em Portugal, que D. João VI pediu auxílio armado ao Reino Unido da Grã Bretanha.

Palmela chega ao Rio de Janeiro e passa a ter um pesado debate de ideias com Tomás Antônio de Vilanova. Palmela crê ser impossível deter um Portugal Constitucional, mas ainda não alargado ao Brasil. Propõe que o Príncipe Pedro vá para Portugal. Tomás deseja um Brasil forte e a intervenção da Santa Aliança.

Palmela detém maior visão geral, por sua alta vivência na Europa. Afirma ao Rei que um mês de crise é quase um século. Já Tomás Vilanova insiste que a vertigem revolucionária não pode durar muito tempo e quando ela passar devem reencontrar um Rei e não um Presidente. A 30 de janeiro Tomás



Vilanova aceita que o Príncipe parta. É editado decreto para tal cumprimento. D. Pedro intervém e não aceita.

As tropas portuguesas estacionadas no Brasil ficam preocupadas em não retornar à casa. A uma hora da madrugada do dia 26 de janeiro de 1821, as tropas se reúnem na Praça do Rossio, atual Tiradentes, no Rio de Janeiro. Pedro jura a Constituição, que está a se fazer, em nome de D. João. Constituição ou morte, expressa manifesto de apoio e alerta aos constituintes. D. Pedro aparece com D. Leopoldina grávida, razão para não viajar. D. João VI decide retornar a Portugal.

Agora, também no Brasil, os fatos passam a ocorrer com rapidez inédita. Convocação de eleições causam tumulto e mortes no Rio de Janeiro, quando alguns exaltados tentam impedir a saída de D. João do Rio de Janeiro com recursos financeiros. “Olho vivo, pé ligeiro, vamos a bordo, pegar o dinheiro” é o grito de guerra, já que todo o lastro do Banco do Brasil em ouro e diamantes tinha sido retirado.

Comissão preceptora é enviada a Portugal. Parte para Lisboa o desembargador João Severiano Maciel da Costa, com a missão de preparar a chegada de D. João VI. Mas este decide partir do Rio de Janeiro logo no dia seguinte e não parar na Bahia, como havia sido combinado. Com isso chegam quase juntos, e o desembargador não tem tempo para tamanhos consensos e preparativos. Os conselheiros do Rei não se entendem, o que vai propiciar um desembarque sem um plano e bem frustrante. Lisboa já está em alerta. O boato da hipótese da intervenção militar inglesa é corrente. As Cortes passam a discutir um projeto para receber de surpresa o Rei.

A frota real estaciona no Tejo e ninguém desembarca. Todo um cerimonial é detalhado meticulosamente. Membros das Cortes e demais autoridades devem usar roupas sóbrias. O povo é restringido a dar vivas à Religião, às Cortes, à Constituição, ao Rei Constitucional, à Família Real, com punição para casos de desobediência. As ruas são areadas, as janelas



enfeitadas, mas não ocorre a edificação de arcos do triunfo, elemento decorativo em homenagem aos reis vencedores. São proibidos de desembarcar Palmela, Tomás Vilanova e outros conselheiros que acompanham D. João VI.

As Cortes retiram a dotação financeira e o poder do Rei em nomear ministros. O Brasil deve retornar à condição de Colônia.

D. Vicente de Soledade, Arcebispo Baía, saúda o Rei. D. João VI, que recebe as bases da Constituição e faz seu juramento. É o fim da Regência e o início de um primeiro governo.

Considerações pessoais, não necessariamente consideradas na publicação:

Na Revolução Liberal do Porto não é possível estar ausente os momentos de desenvolvimento como também aqueles de contenção.

Assim, vemos o movimento de 24 de agosto antecedido pelas ocorrências na Europa e nas Américas e a criação e maturação do Sinédrio; as reações da Regência e

até um momento contrarrevolucionário tendo como protagonistas o Conde de Amarante, António Silveira e Sebastião Cabreira; a ocorrência de uma “para revolução” se apresenta quando Lisboa tenta tomar a frente do movimento; uma “meta revolução” acontece quando Lisboa e Porto se entendem e se unem; e por último uma “per revolução” quando o Juiz do Povo tenta precipitar os acontecimentos.

Conjuntura da época, as notícias no Brasil chegam com largo atraso e não acompanham o frenesi dos acontecimentos. O raiar da liberdade no Porto representa o crepúsculo do absolutismo em Portugal e, para além de 1820, o nascimento do Império do Brasil.

A obra do Professor José Manuel Lopes Cordeiro é riquíssima, e muitos e importantes momentos não foram aqui citados, razão por que há que se ler.



PRINCIPAIS PERSONAGENS

André Massena. Marechal francês, comanda a terceira invasão de 1810 a 1811.

Antônio Marcelino de Vitória. Tenente-general, governador militar da Beira. Aceitou aderir ao movimento, mas faltou à palavra.

Antônio Saldanha da Gama. Enviado a Laibach (Liubliana) para obter a intervenção em Portugal.

Antônio Silveira Pinto da Fonseca Coelho. Coronel de Milícias.

Arthur Wellesley. Marechal Britânico, Primeiro Duque de Wellington. Chega a Portugal em julho de 1808.

August Marmond. Marechal francês, comanda manobra de diversão (quarta invasão?) de 3 a 23 de abril de 1812.

Ayres Pinto de Souza. Chanceler da Relação no Porto, absolutista convicto, perseguiu fortemente os Liberais.

Bernardo Correia de Castro e Sepúlveda. Coronel comandante do Regimento Infantaria nº 18 se-

diado no Porto. Adere ao Sinédrio em 19/8/1820.

Bernardo de Sá Nogueira. Capitão. Leva mensagem para o conde de Barbacena.

Casa dos Vinte e Quatro, órgão deliberativo da administração municipal e, mais tarde, composto por representantes das corporações de ofícios ou guildas. Foi extinta em sequência da entrada do liberalismo e da monarquia constitucional.

D. Carlos da Cunha e Menezes. Cardeal Patriarca de Lisboa, não aceita jurar os Artigos 10 e 17 das Bases da Constituição.

Francisco da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira. Primeiro Conde de Amarante, Governador Militar Trás-os-Montes. Não consegue deter o movimento.

Francisco Gomes da Silva. Médico militar, membro do Sinédrio.

Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda. Marechal, comandante do Exército do Norte. Soltou manifesto desnecessário, tentou proclamar de imediato a Constituição



Espanhola, e, mais tarde, comandante das tropas miguelistas.

Jean-Andoche Junot. General francês, comanda a primeira invasão entre 1807-1808.

João Alves. Juiz do Povo, tentou convocar de imediato as Cortes de acordo com a Constituição Espanhola.

João da Cunha Souto Maior. Vice-presidente da Junta Provisória Preparatória das Cortes.

João Ferreira Vianna Cavalcante. Comerciante, membro do Sinédrio.

José da Silva Carvalho. Juiz de Órfãos, membro do Sinédrio. Ameaçou balear Silveira e Cabreira, que lhe propunham um golpe contra a Revolução do Porto.

José Ferreira Borges. Advogado e dirigente da Cia Vinhos, membro do Sinédrio.

José Gomes Freire de Andrade. Deão. Presidente da Junta Provisória do Governo Supremo do Reino.

José Maria Pando, encarregado de negócios da Espanha, negocia apoio à Revolução e à criação da Ibéria.

Luís Inocêncio Benedito de Castro. Marechal e terceiro Conde de Resende. Ao tentar deter movimento em Lisboa, acabou virando árbitro e aparente líder.

Manoel Fernandes Tomás. Desembargador, grande Líder do Movimento, membro do Sinédrio.

Manuel de Brito Mousinho. General. Não aprovou o movimento de Lisboa, mas foi instado a aderir e vestir a farda de gala.

Manuel Pamplona Carneiro Rangel. Marechal. É enviado para combater a revolução do Porto, mas não consegue ultrapassar a cidade de Aveiro ou deter a Revolução.

Marques de Marialva. Embaixador em Paris, tenta em Troppau, intervenção armada em Portugal.

Maxwell Grant. Coronel britânico do Regimento de Infantaria nº 6, tenta sustar o movimento.



Nicholas Jean-de-Dieu Sault.

General francês, comanda a segunda invasão em 1809.

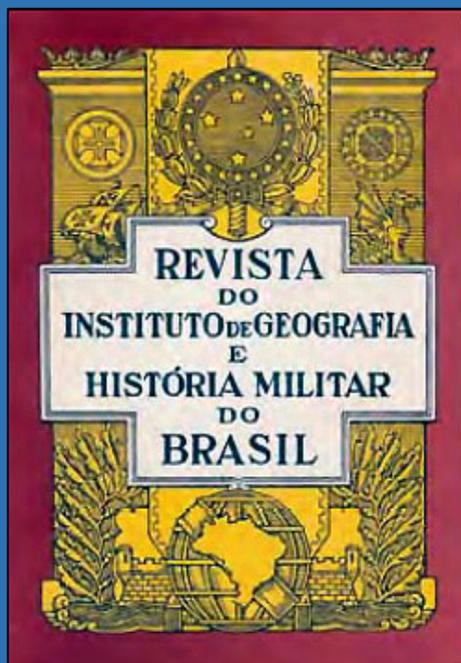
Pedro de Sousa Holstein, Duque de Palmela, vivia na Europa, conselheiro de D. João VI. Orienta D. João VI sobre os acontecimentos em Lisboa.

Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira. Coronel comandante do Regimento Artilharia, protagonista da revolução e da contrarrevolução.

Tomás António de Vila Nova Portugal. Desembargador e Ministro, conselheiro de D. João VI.

William Carr Beresford. Marechal-general Britânico. Chega em 1809 e se torna a principal autoridade militar e governativa em Portugal.

**REVISTA DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E HISTÓRIA MILITAR
DO BRASIL**



ANO: 82 N° 111 2º SEM. 2023

ISSN: 0020-3890